



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO/DOUTORADO PROFISSIONAL**

WILSON PINHEIRO ARAÚJO NETO

**PARODIANDO A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR NO MARANHÃO: Ensino
de História e práticas pedagógicas por meio da Música e da Imprensa (1964 - 1979)**

**São Luís
2024**

WILSON PINHEIRO ARAÚJO NETO

PARODIANDO A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR NO MARANHÃO: Ensino de História e práticas pedagógicas por meio da Música e da Imprensa (1964 - 1979)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional, da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador/a: Prof(a). Dr(a). Monica Piccolo Almeida Chaves

Linha de Pesquisa: Linguagens e construção do conhecimento histórico

**São Luís
2024**

Araújo Neto, Wilson Pinheiro.

Parodiando a ditadura empresarial-militar no Maranhão : ensino de História e práticas pedagógicas por meio da música e da imprensa (1964 - 1979) / Wilson Pinheiro Araújo Neto. – São Luís, 2024.
101f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Maranhão, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves.

1. Ensino de História. 2. Ditadura. 3. Maranhão. 4. Jornal Pequeno. 5. Música. I. Título.

CDU 93/94:37(812.1).088

WILSON PINHEIRO ARAÚJO NETO

**PARODIANDO A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR NO MARANHÃO:
Ensino de História e práticas pedagógicas por meio da Música e da Imprensa
(1964-1979)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado Profissional, da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves (orientadora)
(PPGHIST/UEMA)

Prof. Dr. Fábio Henrique Monteiro Silva (1º Examinador/a)
(PPGHIST/UEMA)

Profa. Dra. Juliana Andrade (1º Examinador/a)
(UFPE)

Profa. Dra. Carine Dalmás (suplente)
(PPGHIST/UEMA)

AGRADECIMENTO

Escrevo este agradecimento no dia em que minha esposa está acometida de uma gripe, na reta final da escrita deste trabalho. Na ocasião ela não pôde ficar com nosso filho de 4 anos de idade, o João Pedro, para que eu terminasse a escrita. Para que pudesse continuar o trabalho, tive que ir à casa dos meus pais para que cuidassem de João. Meus pais e meu irmão passaram o dia com meu filho para que eu pudesse escrever, enquanto nesse dia, somente nesse dia, minha esposa não pôde me ajudar cuidando no nosso filho enquanto terminava o texto.

Nesse parágrafo eu cito as cinco pessoas mais importantes da minha vida, que sempre estiveram comigo para tudo, toda hora, sempre que precisei sobretudo nos momentos mais difíceis. Meu pai, Arlindo; meu irmão, Walison; minha mãe, Célia e eles que me deram a honra de dizer que construímos uma família: Rita e João. Sem todos vocês essa jornada poderia até ter terminado, mas as motivações seriam outras, menos especiais. Vocês são as maiores motivações que eu poderia ter na vida. Amo vocês, mais que tudo.

Preciso agradecer a amigos que sempre me apoiaram nessa jornada acadêmica: Manoel Afonso e Victor Gabriel, obrigado pelas trocas, queridos amigos. Cada texto, cada projeto, cada discussão sobre o mestrado me ajudou muito. Agradeço ainda a uma querida amiga que sempre me motivou: Simone França, sem você esse mestrado não seria possível. Muito obrigado!

Agradeço aos meus amigos artistas que emprestaram seus talentos na gravação das paródias. Albert Abrantes, Jhoie Araújo e Ellen Oliveira, muito obrigado por deixarem a marca de vocês neste trabalho. Além deles, agradeço meu irmão de tantas lutas pessoais e profissionais. Osvaldo Galvão, muita coisa na vida não teria o mesmo resultado se você não estivesse comigo, me ajudando, dando conselhos e opinando sempre na intenção de ajudar. Você e toda sua família tem meu respeito e minha gratidão, muito obrigado.

Finalmente quero agradecer a quem me acompanha desde 2012. Que me deu uma vida acadêmica, que me motivou a graduar em História e depois de anos, salvou minha vida, mais uma vez: Monica Piccolo, obrigado por tudo e por tanto.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo dinamizar as aulas sobre a ditadura empresarial-militar no Maranhão utilizando a música como uma linguagem possível para o Ensino de História no Ensino Básico. Com base nos impressos do Jornal Pequeno, iremos apresentar o papel da imprensa na conjuntura do regime de exceção a partir de 1º de abril de 1964 até 1979, período de vigência dos atos institucionais que mudam a dinâmica de repressão durante o período ditatorial apresentando o posicionamento político do Jornal Pequeno. Ao apresentarmos uma discussão historiográfica sobre temas como golpe e atuação dos aparelhos de repressão, iremos confeccionar um produto educacional que dialogue de forma lúdica com um tema tão caro para a história brasileira e as suas especificidades no Maranhão analisando o Jornal Pequeno e utilizando a educação musical para fomentar o conhecimento histórico, sem perder o olhar atento do historiador para as questões que são fundamentais para o fazer histórico. Paródias, leitura com ritmos, utilização de novas tecnologias e uma readequação daquelas que já estão disponíveis, farão deste trabalho uma importante ferramenta para professores do Ensino Básico e servirá ainda como material didático para os alunos que anseiam aprofundar seus estudos sobre a Ditadura empresarial – militar no Maranhão através da música, sem distanciar-se dos preceitos do historiador.

Palavras-chave: Ensino de História, Ditadura, Maranhão, Jornal Pequeno, Música.

ABSTRACT

This research aims to streamline classes about the business-military dictatorship in Maranhão using music as a possible language for teaching History in Basic Education. Based on the printed material from *Jornal Pequeno*, we will present the role of the press in the context of the exceptional regime from April 1, 1964 until 1979, the period in which institutional acts that changed the dynamics of repression during the dictatorial period were in force, presenting the position politician from *Jornal Pequeno*. By presenting a historiographical discussion on topics such as coups and the actions of repression devices, we will create an educational product that dialogues in a playful way with a topic so dear to Brazilian history and its specificities in Maranhão, analyzing *Jornal Pequeno* and using musical education to transmit historical knowledge without losing the historian's attentive look at the issues that are fundamental to historical making. Parodies, reading with rhythms, use of new technologies and a readjustment of those that are already available, will make this work an important tool for Basic Education teachers and will also serve as teaching material for students who wish to deepen their studies on the corporate-military dictatorship in Maranhão through music, without distancing itself from the historian's precepts.

Keywords: Teaching History Dictatorship, Maranhão, *Jornal Pequeno*, Music.

LISTA DE ABREVIATURAS

A.I - Ato Institucional
AESI - Assessoria Especial de Segurança
APEM -Arquivo Público do Estado do Maranhão
ARENA- Aliança renovadora nacional
BC - Batalhão de caçadores
CENIMAR -Centro de Informação da Marinha
CESI - Centro de Informação de Segurança da Aeronáutica
CGI - Comissão Geral de Investigações
CIEX - Centro de Informações do Exército
CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNI - Confederação Nacional da Indústria
CPDOC - Centro de Pesquisa e documentação de história Contemporânea do Brasil
DCTMA - Documento Curricular do Território Maranhense
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DOI- Departamento de Operações de Informações
CODI - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS - Departamentos de Ordem Política e Social
DSN - Doutrina de Segurança Nacional
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação democrática
IEMA - Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM - Inquérito policial militar
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDB - Movimento democrático brasileiro
NUPEHIC - Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea
OSPB - Organização Social e Política Brasileira
PDC - Partido democrata cristão
PEC - Proposta de emenda constitucional
PECS - Projetos Empreendedores e Corresponsabilidade Social
PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPGHIST- Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão
PSD - Partido Social Democrata
PSP - Partido social Progressista
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
SFICI - Sistema Federal de Informações e Contrainformações SFICI
SINAPEM- Simpósio Nacional sobre a problemática da Pesquisa do Ensino musical no Brasil
SNI- Serviço Nacional de Informações
TDE - Terror de Estado
UDN - União democrática nacional
UNE - União Nacional dos Estudantes
URE - Unidades Regionais de Educação

Sumário

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I- ENSINO DE HISTÓRIA NO MARANHÃO: A MÚSICA COMO POSSIBILIDADE NO ENSINO BÁSICO	24
1.1 BNCC E NOVO ENSINO MÉDIO	24
1.2 DOCUMENTO CURRICULAR DO TERRITÓRIO MARANHENSE: ANÁLISE	29
1.3 ENSINO DE HISTÓRIA E MÚSICA: UMA POSSIBILIDADE	35
CAPÍTULO II- O GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR E O JORNAL PEQUENO	42
2.1 O GOLPE EMPRESARIAL- MILITAR: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA.	42
2.2 “O JORNAL DO POVO”	46
2.3 JORNAL COMO FONTE: HISTORIOGRAFIA E O JORNAL PEQUENO.	48
2.4 AGONIZA O REGIME DA LIBERDADE NO BRASIL: O JORNAL PEQUENO PÓS GOLPE.	50
CAPÍTULO 3 - A ESTRUTURA DA REPRESSÃO	55
3.1 REPRESSÃO NA ESTRUTURA MILITAR	55
3.2 OS ATOS INSTITUCIONAIS E O JORNAL PEQUENO	59
3.3 ATO INSTITUCIONAL NÚMERO UM: “CHEFES DA REVOLUÇÃO”	60
3.4 ATO INSTITUCIONAL NÚMERO DOIS: “RITOS DA REPRESSÃO”	64
3.5 ATO INSTITUCIONAL NÚMERO TRÊS: “INDIRETAS JÁ”	68
3.6 ATO INSTITUCIONAL NÚMERO QUATRO: “A CARTA”	70
3.7 ATO INSTITUCIONAL NÚMERO CINCO: “CANÇÃO DE TORTURA”	74
CAPÍTULO 4: PRODUTO EDUCACIONAL	81
4.1 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL :PARODIANDO A DITATURA EMPRESARIAL-MILITAR NO MARANHÃO	81
4.1 METODOLOGIA DA PESQUISA DESENVOLVIDA	82
4.3 METODOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
ANEXOS/APÊNDICE	92
REFERÊNCIAS	97

INTRODUÇÃO

Segundo estudos da Fundação Victor Civita, um em cada cinco estudantes querem terminar o ensino básico para a obtenção de um diploma¹. O estudo aponta vários aspectos que dificultam o processo de ensino e aprendizagem, tais como: falta de interesse dos estudantes, estrutura precária no ambiente de trabalho, falta de confiança no professor, entre outros.

Nesse sentido, a didática, como a arte de educar, passa a ser fundamental para a diminuição da distância entre o conteúdo apresentado e a apreensão do conhecimento. E a utilização de metodologias ativas, por sua vez, contribuiu para que uma disciplina fosse mais atrativa e inclusiva ao aprendizado dos alunos.

O contexto acima também se aplica ao Ensino de História, já que o interesse em aprender o conteúdo pode sofrer influência do senso comum que associa o estudo de História ao que é “antigo” ou “velho”, bem como direcionar os fatos históricos somente ao passado, como se eles não exercessem influência direta no cotidiano.

Mas quando associamos o ato de ensinar ao de aprender utilizando metodologias ativas destaca-se uma revolução didática impulsionada pelos acontecimentos pelo advento da pandemia do COVID-19, no ano de 2020, resultando em aulas remotas para a “transmissão” de conteúdos pela internet, o que transformou compartimentos de casas em sala de aula, tornando o ato de educar um processo mais desafiador do que normalmente o é, quando no formato presencial, tanto para quem aprende quanto para quem ensina.

Nesses termos, a pandemia do Covid-19 impactou na operacionalização do ensino, exigindo dos professores aprimoramentos tecnológicos já que o conceito de sala de aula foi ampliado, pela educação 4.0, cujos indícios de permanência estão refletidos no sistema educacional brasileiro, tanto como potencialidade como em sua fragilidade de funcionamento.

Tal processo se deu de forma abrupta e sem um preparo prévio, de forma rápida e eficaz de modo a atender aos processos da docência, e até mesmo dos alunos, pois ter a sala de aula e professores em casa exigiu aparato tecnológico, a exemplo de notebooks, tablets ou smartphones. As aulas remotas passaram a exigir novas abordagens dos conteúdos pela utilização de linguagens adaptadas ao ensino remoto, cujos reflexos na didática pelo Google Meet e demais “atrações” ofertadas em residências, bem como no contexto de carências de poder aquisitivo para o estudo realizado sem sair de casa. Portanto, o contexto pandêmico

¹ A Fundação Victor Civita é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 1985, tem como principal iniciativa o Prêmio Educador Nota 10, que reconhece professores da Educação Infantil ao Ensino Médio e também coordenadores pedagógicos e gestores escolares de escolas públicas e privadas de todo o país.

mostrou a necessidade urgente de repensarmos a forma de lecionar, resultando no questionamento quanto às linguagens utilizadas nas salas de aula convencionais.

Diante dos pressupostos citados, situam-se o fazer didático de historiadores quanto ao complexo questionamento de tornar o ensino de História mais atrativo e compreensivo ao estudante da educação básica para saber: Que ferramentas ou metodologias devem ser usadas para que isso aconteça?

Klauss Bergmann (1985) aponta um conflito entre a História e a Pedagogia, tendo em vista a discussão se, por um lado, o ensino de História esteja pautado no saber da disciplina a partir do domínio dos conteúdos. A pedagogia, por sua vez, analisa de que forma esse conteúdo deveria ser transmitido, logo o ensino eficaz não dependeria do domínio do conteúdo. Bergman, portanto, aponta a tarefa empírica da *Didática da História*, que, a priori, preocupa-se com o ensino e a aprendizagem, com o conteúdo e com o que podia e não podia ser compreendido.

Para fins práticos, a Didática da História significa investigar o que é aprendido no Ensino de História, tendo o que é apreendido como tarefa empírica; além do que pode ser apreendido como tarefa reflexiva; e do que deveria ser apreendido como tarefa normativa se preocupando com a formação, o conteúdo e os efeitos de uma consciência histórica.

No campo da tarefa empírica, Bergmann aponta que a didática da História investiga os processos de ensino da disciplina História que formam indivíduos, grupos e sociedades a partir da e pela História (Bergmann, 1985, p.30). Para ele, as informações históricas são assimiladas a partir da: a) história vivida e experimentada, que tem relação direta com o cotidiano e suas experiências de vida diária; b) história não experimentada nem vivida imediatamente, esta tem base no conhecimento científico ou não e está diretamente relacionada com o processo de ensino; c) história apresentada pela Ciência Histórica como disciplina, esta trabalha com as problemáticas específicas, hipóteses, intenções e toda metodologia que envolve o processo de investigação.

No que se refere à tarefa reflexiva, os processos são expostos para uma autorreflexão e formação do indivíduo e sua atuação no seu próprio tempo histórico. Por sua vez, a tarefa normativa refere-se à forma de exposição e representação dos fatos históricos feita pelos vários agentes que constituem o nosso cotidiano, meios de comunicação em massa como televisão, internet, imprensa, além da possibilidade de estruturação dos conteúdos, técnicas e materiais de ensino que possibilitam a normatização e regulação do ensino de História.

Estas tarefas aplicadas na Didática da História nos ajudam a entender, à luz da reflexão de Bergmann, os elementos que envolvem ou podem envolver o Ensino de História, capazes de

mudar a perspectiva do aluno do ensino básico que ainda enfrenta alguns desafios que destoam do seu real sentido.

Outro aspecto a ser considerado nessa discussão sobre o ensino de História é a ideia de uma disciplina aprendida por meio de processos mnemônicos, cuja memorização excessiva, geralmente atribuída às disciplinas das ciências humanas, deram à História um caráter factual, muitas vezes desprovidos de análises e investigações empíricas, portanto, apontar que o golpe militar aconteceu em 31 de março de 1964 importa

Nesse contexto, a História, dentro de uma lógica mais geral, pode se render ao senso comum que afirma ser uma disciplina restrita ao estudo do passado, no entanto, embora ela também desenvolva esse papel, vem com uma autoridade em relação ao presente. Certamente é a atualidade que coloca temas e discussões e por isso a História está sempre mudando. Assim é possível pensar que a História, enquanto saberes constituídos, existe porque há mudança, afinal queremos um dia entender como as os fatos foram no passado.

Por outro lado, as distintas linguagens usadas para a ministração das aulas em quaisquer disciplinas, a exemplo do cinema, teatro, música, entre outras, são linguagens que podem dinamizar uma aula. Por esse motivo, a música será utilizada como linguagem no presente trabalho pelas possibilidades de dinamização das aulas de História, no entanto, sem perder o olhar atento do historiador.

A música é um elemento de grande importância no processo de formação de um indivíduo, seja no desenvolvimento da concentração, estímulo do raciocínio lógico, assimilações de conteúdos dentre outras potencialidades. No campo do ensino tem-se caminhado para a institucionalização e aplicação efetiva da obrigatoriedade do Ensino de Música na Educação Básica.

As propostas da SINAPEM (Simpósio Nacional sobre a problemática da Pesquisa do Ensino musical no Brasil) em 1987 articularam pedagogicamente uma direção para a educação musical no Brasil, da Educação Básica ao Ensino Superior. No entanto, as propostas, na prática, ainda não foram cristalizadas (OLIVEIRA, 2014).

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1989, propôs a inclusão das artes como disciplinas obrigatórias para a Educação Básica, no entanto, somente em 2008 o Ensino de Música no Brasil passa a ser obrigatório, tendo em vista a promulgação da lei 11.769 que determina a obrigatoriedade do Ensino de música na escola, tendo sido sancionada pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Todo ser humano consome algum tipo de música e isso faz dessa arte uma alternativa viável para o processo de aprendizagem. Dessa forma, a escola precisa ser considerada um

espaço social em que a música esteja presente na rotina de qualquer cidadão. A historiadora Célia David (2012) afirma:

Privilegiar a linguagem musical no ensino de História significa construir conhecimento, por meio de um recurso didático motivador e prazeroso que envolve larga possibilidade de trato metodológico. Para tanto, faz-se necessário, principalmente, reconhecer que a música é arte e conhecimento sociocultural, portanto, uma experiência cotidiana na vida do homem (DAVID, 2012, p.97).

No processo educacional e nas questões políticas e sociais que estão inerentes a uma educação de qualidade, Paulo Freire corrobora com o afirmado acima, quando relaciona a questão educacional no Brasil ao conceito de cidadania, considerando os direitos básicos que cada cidadão necessita para dispor de uma educação de qualidade (FREIRE,1979). O autor destaca ainda que a vivência do aluno precisa ser levada em consideração e que a relação entre professor e aluno deve se dar de forma espontânea para que haja uma troca de conhecimentos, estando de acordo com o que propõe Célia David (2012), dialogando sobre utilização da música em sala de aula a partir das experiências do cotidiano.

Defende-se, portanto, que o professor utilize a música em sala de aula, considerando a realidade na qual estão inseridos os alunos, a exemplo de analisar a pertinência da apresentação da música clássica em uma escola de bairro periférico, cuja maioria das pessoas escuta Funk, pode não ser a melhor alternativa, o que não obriga o professor a excluir a música clássica das suas aulas.

Portanto, o professor estabelece um olhar atento em relação ao que é consumido, quais são os *hits* do momento, observando a música que estourou no *Tiktok*, pois ela pode servir para a aula de História; se tais questões são levadas em consideração, certamente haverá mais possibilidade de atrair a atenção dos alunos às aulas, tornando-as mais contagiantes.

Assim, ao considerar a música como um canal de captação de conhecimento importante no processo de ensino e aprendizagem, faz-se com que

Cada civilização, cada grupo social tem sua expressão musical própria, nesta perspectiva a linguagem musical caracteriza-se como uma fonte que se abre ao pesquisador, de cujos registros a Historiografia tradicional não se deu conta. Importa perguntar o que ela significa para nós e para determinado tempo histórico, ademais, o que esta arte tem sido para os homens de todos os tempos e lugares. (DAVID, 2012, p. 98).

A autora citada acima completa o argumento aqui apresentado afirmando que a utilização da linguagem musical é uma possibilidade de romper os padrões tradicionais de ensino de História, uma vez que esta faz parte do processo de construção social do indivíduo em qualquer grupo no qual ele esteja inserido. A música como uma arte apresenta-se como uma

forma de representação eficaz na medida em que considera as distintas realidades sociais dos seus agentes percebendo que a música e o homem estabelecem uma simbiose entre tempo e espaço.

Diante de tais pressupostos, esta dissertação tem como objetivo a elaboração de um produto educacional sobre o golpe empresarial-militar², tendo em vista servir de suporte para os estudos do tema na Educação Básica no Maranhão, abordando as questões relacionadas à censura por parte dos militares depois do golpe que destituiu João Goulart em março de 1964, utilizando a música como elemento de linguagem.

Em relação ao corpus documental da pesquisa, o *Jornal Pequeno* será privilegiado por ter sido um dos maiores jornais de circulação no estado do Maranhão. Assim, a proposta é analisar os conteúdos a partir dos impressos do Jornal Pequeno do ano de 1964 a 1979, dando ênfase aos diversos tipos de publicação, como reportagens, colunas e editoriais, que tiveram como tema a história política da ditadura empresarial-militar, propondo uma abordagem do Ensino de História por meio da análise da atuação dos *aparelhos de repressão* a partir do *Golpe em março de 1964* e dos *Atos institucionais*³ na Ditadura Empresarial-militar no Maranhão de forma lúdica estabelecendo um diálogo entre as duas disciplinas, **História e Música**, a fim de contribuir com o ensino e aprendizado sobre a Ditadura empresarial-militar no Maranhão, nas escolas de ensino básico (público e privado) através da publicação de um material didático propondo um método de abordagem através da Educação Musical.

² Perspectiva defendida pelo professor Demian Bezerra de Melo na obra: *A miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Essa análise tem base na opção conceitual defendida por Dreifuss, em sua obra “1964: A Conquista do Estado” que enfatiza a participação dos civis, reunidos no complexo IPES/IBAD, na organização do golpe empresarial-militar de 1964.

³ Trabalharemos com os 5(cinco) primeiros atos institucionais. Isto justifica nosso recorte temporal até 1979, levando em consideração que o AI-5 foi instituído em 1968, trabalharemos com seus impactos até o momento de sua revogação em 1979.

A Ditadura empresarial-miliar durou mais de 20(vinte) anos e deixou traços marcantes na História do Brasil que ainda hoje não foram pesquisados ou sequer descobertos. No Maranhão não foi diferente, pois o regime de exceção teve suas influências diretas e indiretas sobre os rumos do estado, principalmente no campo social e político, em um momento de mudanças no governo estadual pouco depois do golpe e o endurecimento do regime a partir do AI-5 em 1968.

O contexto da dificuldade de tratar do assunto devia-se à presença de agentes atuantes no período da Ditadura empresarial-militar ainda se encontrarem vivos e, alguns deles, atuantes no cenário nacional, seja no campo político, midiático, cultural ou militar. Além das questões pontuadas acima, cita-se a ausência dos temas locais no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que direciona as matrizes curriculares das escolas de ensino privado e público no estado do Maranhão, inviabilizando questionamentos específicos acerca da ditadura empresarial-militar no Maranhão.

A necessidade de pesquisas e produções de materiais didáticos sobre a ditadura contempla uma vertente da historiografia de muita relevância ao cotidiano: a História do Tempo Presente. Segundo o historiador Erick Hobsbawm, “o estudo sobre o tempo presente pressiona o historiador a rever as suas perspectivas, ressignificar, redefinir periodizações e entender as modificações do tempo” (HOBSBAWM, 1995).

Essa investigação de temas com importantes demandas sociais como racismo, escravidão e regimes ditatoriais, por exemplo, confirma a urgência destes estudos analisando as rupturas e continuidades dos momentos históricos que mudaram a dinâmica política e social do Maranhão, servindo como proposta de reparação aos danos causados à sociedade contemporânea.

A experiência de ser professor da Educação Básica, ministrando temas que vão desde a Pré-história⁴ até Iluminismo, Revolução Industrial, Revolução Francesa etc, por meio da utilização de paródias e técnicas de educação musical como estratégias didáticas, visando à adequação rítmica dos textos, tornava os conteúdos mais atrativos aos alunos, o que converge com o historiador Reiner Gonçalves, quando afirma em seu artigo *O uso de música no ensino de História*⁵, a prática musical em sala de aula não é novidade, no entanto, precisamos nos debruçar mais sobre essa prática não apenas levando em consideração a análise de letras e canções.

⁴ O termo contestado pela historiografia recente é por considerarem que existe História antes da escrita.

⁵ Disponível em <https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/o-uso-musica-no-ensino-historia.htm> Acessado em 10/01/2022.

No contexto da ditadura empresarial-militar as produções são vastas no campo cultural musical, a exemplo das letras de músicas de compositores no cenário nacional como Caetano Veloso, Chico Buarque, Tom Zé etc., que foram analisadas e contextualizadas por vários historiadores. A presente proposta não inclui a análise de canções, mas a criação de paródias a partir dos impressos do Jornal Pequeno.

Assim nesse trabalho os fatos serão “cantados” visando demonstrar o que aconteceu entre o ano do golpe até a revogação do AI-5, para que o aluno da Educação Básica consiga compreender: o que o jornal publicou sobre o golpe; os motivos que levaram o Jornal Pequeno a ser censurado pelos militares; entender a mudança de posicionamento político ao longo do tempo acompanhando a mudança de postura dos seus editoriais inclusive o termo *golpe* para o *revolução*⁶. Esses fatos serão expostos ao estudante utilizando a música como linguagem a partir de paródias e leituras com ritmos musicais.

No campo teórico teremos como foco o Ensino de História. Leituras como *A Escrita da História* de Michael de Certeau, ressignificando a maneira de escrever a História e apontando caminhos para o fazer histórico. Circe Bitencout trata do Ensino de História e suas várias vertentes que vão desde a análise da estrutura escolar, preparação do corpo profissional até o processo de ensino e aprendizagem da História em sala de aula. No mesmo contexto do Ensino de História, os autores Olavo Soares e Célia David dialogam de forma interessante com o uso da música nas aulas de História. Logo, o objetivo deste trabalho é criar um produto educacional que envolva o lúdico através da música lembrando de métodos do fazer histórico dentro da sala de aula sem abrir mão do ofício do historiador.

À luz do conceito de Estado Ampliado de Gramsci, presente na obra de Dreifus (1987), “*1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*”, é de suma importância para entender a dinâmica da concretização do golpe militar enfatizando a participação dos civis, reunidos no complexo IPES/IBAD, na organização do golpe militar de 1964. De uma forma mais precisa o professor Demian Bezerra de Melo na obra: *A miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo* e em outros artigos publicados, caracteriza o golpe não só com o apoio dos civis, mas se tratando especificamente de um movimento organizado pela classe burguesa ou empresarial na articulação do grande empresariado através do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) criado logo após a posse de João Goulart com um duplo objetivo: promover uma campanha de desestabilização do governo de Jango e planejar além de um golpe de Estado, um projeto de classe que toma o

⁶ Termo usado pelos militares para justificar o golpe empresarial-militar não como um regime de exceção, mas um ato revolucionário no Estado Brasileiro.

poder em 1964 e que estruturou o período ditatorial no Brasil por mais de 20 anos. Concordando com essa vertente, utilizamos o termo Ditadura empresarial-militar.

Outro referencial teórico fundamental para esta pesquisa é a obra de Maria Helena Capelato e seus estudos sobre a imprensa. Na obra *Imprensa e história do Brasil* a autora analisa o papel da imprensa na construção da história brasileira, desde a época colonial até a contemporaneidade e de que forma esta influenciou a formação da opinião pública e participou de momentos cruciais da história do país, como a independência, a Proclamação da República, as guerras mundiais, o golpe militar de 1964 e a redemocratização. A autora faz uma revisão crítica da historiografia brasileira, apontando para a importância de se considerar a imprensa como fonte histórica e reconhecendo a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre o tema. Além de Capelato, Tânia Regina de Lucca servirá como arcabouço teórico no que diz respeito ao trabalho com periódicos.

A metodologia usada para a realização deste material foi o aprofundamento das leituras de bibliografias atualizadas referentes ao Ensino de História, Ensino de História e música, Imprensa e o período empresarial-militar. No segundo momento analisamos o acervo do *Jornal Pequeno* que se encontra acondicionado na íntegra na Biblioteca Pública do estado do Maranhão no ano de 1964 e também digitalizados pelo projeto Organização, Indexação, Informatização e Publicização do acervo documental sobre História Contemporânea Brasileira Presente no Maranhão (1964-2002), organizado pela professora Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves. Após esta análise criaremos um material didático que dialogue com o aluno de forma lúdica estabelecendo uma relação entre o Ensino da História contemporânea do Maranhão utilizando a música como linguagem.

A fonte utilizada para a realização deste trabalho consiste nos impressos do *Jornal Pequeno* no ano de 1964 até 1979, tomando como parâmetro a vigência do AI-5. Será objeto de investigação ainda a interpretação construída pelo *Jornal Pequeno* acerca do golpe, analisando no impresso o que concerne à instauração e o fortalecimento dos aparelhos de repressão e os atos de censuras sofridos pelo editorial do *Jornal Pequeno* no ano de 1964.

Maria Helena Capelato no texto *Imprensa e História do Brasil* destaca a importância da imprensa para entender aspectos significativos da vida social daqueles que nos antecederam e o papel do historiador de acompanhar esse percurso temporal. Para Capelato (1988), a imprensa sempre se colocou como uma força política e esse aspecto faz dela um objeto de pesquisa primordial para entender a dinâmica política do Brasil.

Nas últimas décadas observa-se, no Brasil um crescente interesse com relação a esse tipo de documento. Ao repensarem o seu objeto, os

historiadores vencem os receios e preconceitos, passando a reconhecer a importância da imprensa nos estudos históricos. Várias pesquisas têm sido realizadas nesse campo, mas o terreno começa apenas a ser desbravado, necessitando ainda de muitas outras contribuições para que se torne fértil. (Capelato,1988, p.14).

As indagações que a autora faz ao longo do texto sobre: “Quem são os proprietários? A quem se dirige? Com que objetivos e quais os recursos utilizados na batalha pela conquista dos corações e mentes? (CAPELATO,1988. p. 14) são questões a serem respondidas durante a apresentação deste material utilizando não somente a questão musical, mas analisando o posicionamento político dos editoriais do Jornal Pequeno que serão analisados à luz da teoria Gramsciana, principalmente por meio dos conceitos de Estado Ampliado, aparelho privado de hegemonia e os intelectuais orgânicos, responsáveis pela nacionalização de um projeto hegemônico.

Ainda na orientação metodológica na análise da imprensa, Tânia Regina de Lucca em seu texto “*História dos, nos e por meio dos periódicos*”, ressalta a importância da revolução feita pela Escola dos Annales como fator primordial para a utilização da imprensa como método do fazer histórico. Destaca ainda a importância dos autores marxistas que impulsionaram as discussões sobre a cultura de resistência. Thompson com a história vista de baixo, que deu voz aos excluídos, considerando a história do tempo presente e a volta da história política (que havia entrado em ostracismo no século XX) como fatores essenciais para o uso da imprensa como fontes históricas (LUCCA, 2005, p. 114).

Segundo o historiador Rafael Lapuente (2016) a importância da discussão do uso da imprensa como fonte denota um acompanhamento maior sobre a problematização dos acontecimentos históricos. Para ele, além de observar as questões clássicas de análise de periódicos, como as citadas acima por Capelato e Tania Regina de Lucca, é importante analisar o público, opinião pública, penetração política e observação dos interesses a partir da análise do seu discurso. Nesse contexto, Lapuente analisa a relação direta entre a opinião pública, o público e a relação do jornal com o segmento empresarial. Esta prerrogativa se sustenta com o próprio uso do termo empresarial-militar adotado neste trabalho, uma vez que ele destaca a participação da sociedade civil, representado pela classe empresarial como peça fundamental para o desenrolar do golpe empresarial- militar de 1964. Dessa forma, a partir dos novos caminhos propostos por estes historiadores é importante usar novas metodologias para os estudos da história do tempo presente dando voz àqueles que antes não a tinham.

O material será intitulado “Parodiando a Ditadura Empresarial-militar no Maranhão”. A utilização deste produto educacional visa dinamizar e apresentar novos caminhos para o ensino

de História do Brasil contemporâneo, especificamente no Maranhão. A partir das análises dos impressos do Jornal Pequeno será utilizada, a educação musical como elemento condutor para o ensino de História sobre a ditadura empresarial-militar no Maranhão.

Esta demanda surgiu a partir de experiências exitosas em sala de aula com a utilização de dois métodos básicos: **Paródias** e utilização de **leituras** em diversos **ritmos**. As Paródias são apropriações feitas com o intuito de alterar ou copiar ideias musicais sem alterar a melodia da versão original de uma determinada música. No início do ano de 2020 a pandemia nos trouxe um novo formato de ensino, ministrar aulas pela tela do computador era cada vez mais desafiador.

Em uma experiência na utilização da música nas aulas de História no ensino básico ainda de forma remota, ministramos uma aula sobre a “Mesopotâmia” com os alunos do primeiro ano do Ensino Médio do IEMA PLENO da cidade de Bacabeira. Na ocasião, trabalhamos com a música “Dona Maria”, do cantor Sertanejo Thiago Brava, para abordar o tema trabalhado nas aulas passadas. Após as devidas alterações a música ficou descrita da seguinte forma:

Entre rios é lá na mesopotâmia,
 Entre o tigre e o eufrates também,
 tinham os sumérios, os acadianos,
 Amoritas e assírios, e caldeus que também tem
 Na política tem teocracia,
 Sociedade tipo estamental
 Na economia servidão coletiva,
 Religião politeísta fatalismo coisa e tal
 e lá se cria, escrita cuneiforme astronomia
 Os astros podem ser o nosso guia,
 Também surgiu aqui a legislação
 E lá se cria, escrita cuneiforme astronomia
 os astros podem ser o nosso guia,
 Também surgiu aqui a legislação,
 É hamurabi e a lei do talião.

Na aula remota os alunos participaram vencendo o desafio da timidez, além de questões estéticas, que podem consistir em empecilhos caso o professor não conduza bem o

processo didático, pois alguns alunos não ligam a câmera do computador, dificultando o processo de interação durante as aulas remotas. Apesar dos entraves, notou-se que a paródia contribuiu como um recurso pedagógico eficiente, dando autonomia ao aluno na participação das aulas, independente de questões técnicas, a exemplo de saber cantar, manter a afinação e o ritmo, podendo ser uma saída para vencer a timidez e contribuir com a aula⁷.

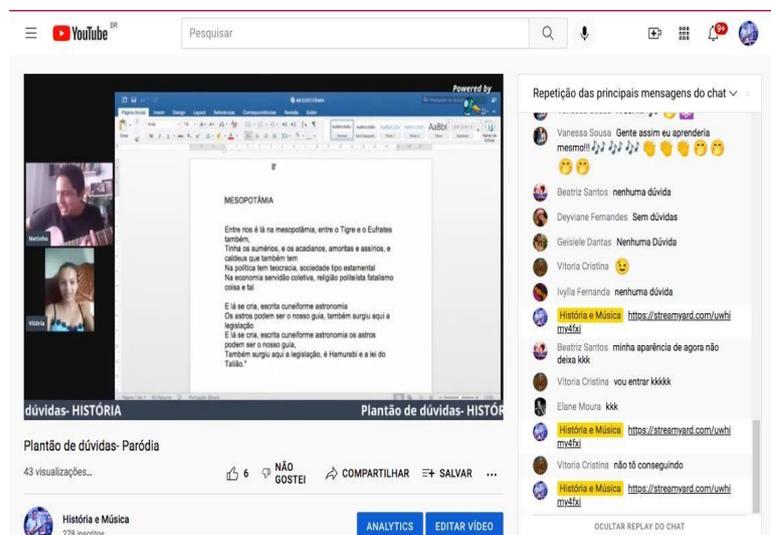


Figura 1: Print de tela com uma aluna em aprendizado da letra de paródia para cantar com o professor. IEMA PLENO Bacabeira, 2 de junho de 2020. Turmas do 1º ano do Ensino médio.

Ressalta-se que a situação demonstrada anteriormente representou um recurso muito eficaz, tanto nas aulas presenciais, quanto em modo remoto. Neste produto educacional mediremos os caminhos para que o professor possa usar a música em aulas, por meio de *links* e aplicativos de modo a facilitar a execução dos métodos musicais, que vão desde a abordagem feita ao aluno para cantar ou incentivar a participação durante as aulas.

Outro recurso apresentado neste produto é a **leitura com ritmos** que consiste na aplicação do método baseado na explanação de determinado conteúdo com o auxílio de ritmo musical que dinamiza a leitura e a assimilação do que foi lido/cantado. É importante destacar que este trabalho é voltado para o ensino de História, no entanto, professores de outras disciplinas com algum conhecimento musical básico (não precisando necessariamente tocar ou dominar um instrumento musical) poderão desenvolver atividades musicais em todas as disciplinas, utilizando *links* para aquisição do material de ritmos (*Youtube* ou outra plataforma) e *playbacks* para utilização nas paródias.

Com este trabalho, “**PARODIANDO A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR NO MARANHÃO**” propõe-se uma abordagem lúdica e interdisciplinar dos assuntos sobre a história e política na ditadura empresarial-militar no Maranhão a partir das análises dos

⁷ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=uyahhLlEqG0&t=2139s>.

impressos do Jornal Pequeno para que seja aplicado nas salas de aula da Educação Básica das escolas maranhenses incluindo o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia (IEMA) por sua abrangência em todo Estado maranhense, favorecendo as discussões sobre a ditadura empresarial-militar no Maranhão por meio de projetos, aplicações em disciplinas eletivas que trabalhem as especificidades do período empresarial-militar nas escolas de tempo regular e integral (IEMAs e Centros Educa mais)

A partir das considerações apresentadas, apresenta-se a estruturação da dissertação em seções que visam à utilização da música como linguagem para o ensino de História, utilizando o Jornal Pequeno como fonte para fatos relacionados à ditadura empresarial-militar no Maranhão.

O **primeiro capítulo** irá tratar sobre o Ensino de História e uma discussão frente a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e as dificuldades que o currículo tem sofrido com a reforma do NEM (Novo Ensino Médio), além de fazer uma análise estrutural do Documento Curricular do Território Maranhense a fim de analisar o cenário do Ensino de História a partir da legislação e a possibilidade de aplicabilidade no ensino básico. Após a análise destes documentos, propomos a utilização da música como aliado para o Ensino de História. Desta forma, ao fim do primeiro capítulo iremos propor a possibilidade da inclusão da educação musical no ensino de História apresentando discussões de historiadores como Olavo Soares, Celia David, Marcos Napolitano, dentre outros, que utilizam a música como ferramenta didática para o Ensino de História, e autores do campo da educação musical como Teca de Alencar de Brito.

O **segundo capítulo** irá tratar sobre o golpe empresarial-militar analisando de que forma a imprensa maranhense, a partir dos editoriais do Jornal Pequeno, atuou na disseminação do golpe empresarial militar e de que forma isso reverberou no estado do Maranhão. Na primeira seção traremos algumas discussões historiográficas do golpe empresarial-militar utilizando leituras como Alfred Stepan, Thomas Skidmore, Demian Melo, Fábio Konder, dentre outros. Na segunda seção do capítulo será destinada à análise da fonte de pesquisa: o Jornal Pequeno, analisando a sua história no cenário local desde sua fundação, seu início como Jornal Esportivo, posteriormente como importante comunicador social e político. Além disso faremos uma análise do jornal como fonte norteadada pela discussão estabelecida por Tânia de Lucca e Maria Capelato. Na última seção iniciaremos a discussão sobre a atuação da imprensa maranhense a partir dos editoriais do Jornal Pequeno a partir do golpe de 31 de março de 1964. A intenção é fazer um diálogo entre a historiografia do golpe e o que foi publicado pelo Jornal Pequeno durante os primeiros dias do golpe assim como o ato de repressão sofrido pelo jornal

5 (cinco) dias após o golpe militar e a mudança de postura do Jornal Pequeno a partir da possível ameaça sofrida no 24º BC no dia 05 de abril de 1964.

No **terceiro capítulo** trataremos sobre a estrutura da repressão fazendo um diálogo com a fonte, o Jornal Pequeno. Neste capítulo tentaremos responder as seguintes perguntas: Como funcionava a estrutura de repressão respaldada de forma jurídica através dos atos institucionais? Quais as implicações dos atos no Maranhão e como foram noticiados pelo Jornal Pequeno? Nesse capítulo analisaremos a estrutura de repressão montada pelos militares para coibir e reprimir aqueles que eram contra a “revolução”. Desta forma analisaremos a postura do editorial do Jornal Pequeno mediante esses fatos fazendo uma análise dos aparelhos de repressão do Estado, entendendo de que forma reverberaram no Maranhão a partir dos primeiro cinco atos institucionais.

No **quarto capítulo** apresentaremos um produto educacional com o objetivo de dinamizar as aulas sobre a ditadura no Maranhão utilizando a música como canal de aprendizagem. O produto será um conjunto de **paródias** criadas a partir das análises citadas acima além do direcionamento para a utilização de técnicas de **leitura com ritmo** a fim de promover o ensino de história utilizando a música como linguagem e intervenção nas práticas pedagógicas. Portanto, viabilizaremos com esta material, além das paródias o direcionamento para o professor para a criação de tópicos trabalhando leitura com ritmo utilizando *play backs*; disponibilização de letras, áudios das paródias criadas além da disponibilização dos áudios no site YOUTUBE.

Desta forma, buscamos, nos três capítulos, subsidiar a continuidade do debate sobre a Ditadura empresarial-militar no Maranhão, uma vez que este ainda não ocupa lugar de destaque nas discussões e nas aulas de História. A partir das discussões estabelecidas, o produto educacional apresentado poderá servir de suporte para o professor e aluno utilizando a música como fio condutor de aprendizagem. O objetivo principal deste trabalho é fazer com que o(a) aluno(a) aprenda sobre a ditadura militar no Maranhão de forma lúdica, uma temática que faz parte de período que jamais deve ser esquecido e que nunca deverá ser repetido. Que comece a jornada.

CAPÍTULO I- ENSINO DE HISTÓRIA NO MARANHÃO: A música como possibilidade no Ensino Básico

1.1 BNCC e Novo Ensino Médio

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que norteia as legislações previstas para a educação básica em todo Brasil com base na Constituição Federal (CF) de 1988, prevista no artigo 210º e no artigo 26º da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) de 1996. O documento começou a ser escrito em 2014 no Plano Nacional da Educação (PNE) e apresentado em 2015. Nesse contexto de mudanças curriculares acontecia concomitantemente um processo de crise nas instituições políticas, resultando em desestabilização da sociedade brasileira em campos distintos, um deles a educação. Desta forma, ao ser apresentado nessa configuração, uma série de dúvidas e questionamentos foram colocados na necessidade de revisão do currículo educacional para o país.

A BNCC não pode ser considerado um documento inovador uma vez que faz parte de uma construção iniciada em 1988 com a Assembleia Nacional Constituinte e passa por uma série de influências como os Parâmetros curriculares Nacionais, Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e outros (RALEJO, A. S.; MELLO, R. A.; AMORIM, M. de O, 2021). Tal pressuposto não diminui o mérito da BNCC, a exemplos dos seguintes avanços: o olhar pelo outro, caracterizado pelas lutas vindas do discurso da história vista de baixo, dando voz às minorias; o olhar do ensino a partir da análise das competências incorporando uma proposta inovadora de ensino, que busca caracterizar a escola não como um espaço de produção de conhecimento técnico, mas de análise de questões que estão presentes no cotidiano.

As competências de *comunicação* e *autocuidado*, por exemplo, tratam de questões que outrora não eram vistas com grande ênfase nas aulas de História, já que questões de saúde deveriam ser tratadas apenas em aulas de Ciências. Na História, por sua vez, a discussão sobre a forma como os fatos históricos do cotidiano são discutidos pode gerar nos estudantes mais ansiedade e conseqüentemente problemas sérios de saúde. Tal hipótese remete à necessidade de diálogo entre os conteúdos das disciplinas.

Nesse sentido, as atitudes do cotidiano podem consistir em palco de discussões importantes acerca da interferência do que está prescrito na BNCC, considerando a construção de um currículo que aborde questões atuais e interdisciplinares. Tal análise das competências relacionada ao ensino de História permite desmistificar o ensino de História que aborda apenas o passado como fatos isolados, a exemplo de datas e nomes, o que contribui para uma docência a partir do olhar positivista.

No entanto, a ênfase em práticas positivistas no ensino de História ainda torna perceptível um olhar histórico eurocêntrico para a realidade como um todo. Nesses termos tal construção faz parte de demandas que, não somente são lutas por mais tolerância às diversidades, ao papel das minorias, o que implica em estruturas políticas que atendam a uma série de interesses; porém perdura uma série de marcas autoritárias no campo das tradições conservadoras refletidas no ato de ensinar história. Citando-se como exemplo os episódios inerentes ao mandato do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, tendo representado frentes de extrema direita, com viés autoritário no Brasil.

Os reflexos desse período de governo bolsonarista estão presentes em números desastrosos na educação, cuja gestão pode ser classificada como a pior condução educacional dos últimos anos no Brasil, segundo trecho de artigo de Natalie Beghin:

Os recursos da função educação, por seu turno, foram caindo em termos reais ao longo dos quatro anos do governo Bolsonaro, passando de R\$ 131 bilhões em 2019 para R\$ 127 bilhões em 2022, uma diminuição de 3% para uma política historicamente subfinanciada. Na área ambiental, a queda no quadriênio foi de 17% em termos reais, pois em 2019 a execução financeira foi de R\$ 3,3 bilhões, passando para R\$ 2,7 bilhões em 2022 (BEGHIN, 2023 p.2).⁸

Acrescenta-se à falta de investimento, um processo de demonização das instituições federais de Ensino Superior, tendo sido definidas como “lugar de balbúrdia”, pelo então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, que ainda tripudiava do papel dos professores das Ciências Humanas ao afirmar: “Não quero sociólogo, antropólogo e filósofo com meu dinheiro”.⁹

Para entender esse processo é necessário analisar a crise social e financeira que assolava o país após o *impeachment* da então presidente da República, Dilma Rousseff. As elites brasileiras e os setores neoliberais se articularam com o presidente golpista Michel Temer, para uma contenção de gastos e ajustes fiscais legitimados pelo golpe aprovando o esvaziamento dos direitos sociais e contendo os gastos para setores que precisavam de assistência maciça do Estado, um deles a educação. Após essa série de medidas que comprometiam a estrutura curricular, além de corroer a estrutura das disciplinas obrigatórias pelo efeito da PEC 241/55 e da medida provisória 746/2016, que promoveu alterações no orçamento do Ensino Médio, o

⁸ Disponível em https://www.inesc.org.br/depois-do-desmonte-reconstruir/?gclid=CjwKCAjw3dCnBhBCEiwAVvLcu_iL6qfYFBqUYEQKofHo-9tI9SN49R2RIsgjbbDSZITjQSQV3JsE6BoCMvYQAvD_BwE acessado em 29 de agosto de 2023.

⁹ Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/colunas/constanca-rezende/2020/06/14/weintraub-nao-queru-sociologo-antropologo-e-filosofo-com-meu-dinheiro.htm?cmpid=copiaecola>

governo Temer protagonizou com o apoio da mídia, e das elites brasileiras, um dos maiores desmontes na Educação Básica, considerando a questão orçamentária, quanto na estrutura curricular uma vez que, na ilusão de oportunizar o direito de escolha para o jovem, nega um conjunto de conhecimentos indispensáveis para a formação básica (LIMA; MACIEL, 2018).

No processo de aprovação do “Novo Ensino Médio”, as disciplinas das Ciências Humanas podem ter sido as que foram mais prejudicadas em sua essência curricular. A historiadora Carolina Maciel, faz uma comparação com a década de 1970 em que houve a descaracterização das Ciências Humanas no Brasil durante o regime de exceção da Ditadura empresarial-militar (1964-1985) com a fusão das disciplinas de História e Geografia que gerou a disciplina de Estudos Sociais. A autora destaca ainda a inserção da Educação Moral e Cívica e a disciplina Organização Social e Política Brasileira (OSPB) essas que prejudicaram os estudos das Ciências Humanas, com a reducionismo das discussões em disciplinas específicas além da diminuição da carga-horária em detrimento da ampliação da carga-horária para as disciplinas das Ciências Exatas e suas Tecnologias (MACIEL, 2023).

O pressuposto acima refere-se à dicotomia entre um olhar mais técnico à educação, em detrimento de uma perspectiva mais crítica, o que cristaliza algumas circunstâncias factuais no cenário político e social brasileiro. A falta de conhecimento das raízes históricas e quais os caminhos percorridos para chegar até aqui (História); a incapacidade de olhar criticamente para a formação da sociedade, tanto como classe social ou como indivíduo (Sociologia/ Filosofia); a falta de análise dos dados sociais que constituem o espaço aos melhoramentos dos índices sociais (Geografia), podem ser exemplos do que tem sido a perda com a desvalorização das Ciências Humanas em detrimento das disciplinas técnicas e de certa forma, isso explica o porquê temos produzido uma sociedade incapaz de olhar para os problemas sociais e minorias que necessitam de políticas públicas para a construção de soluções para problemas históricos.

Algumas críticas pontuais são colocadas em discussão a partir da instauração do Novo Ensino Médio aprovado em 2022. Uma das perspectivas de sucesso para este modelo vem a partir da implantação da escola de tempo integral que, na teoria, tiraria o aluno da ociosidade de um turno em casa, na rua, ou na criminalidade além de possuir alimentação com lanche, almoço e lanche da tarde. Resolveríamos dois problemas: segurança e alimentação. Por outro lado, muitos alunos precisam trabalhar para complementar a renda de casa, ou inscrever-se em estágio de Jovem Aprendiz, programas de primeiro emprego, entre outros. Assim, essa resolução cairia por terra a partir do momento em que o acesso à educação não dá conta de resolver um problema social que envolve as famílias de baixo poder aquisitivo do país que não conseguem, às vezes, manter a própria casa.

Outra crítica consiste na falta de formação para professores a fim de cumprir com os chamados itinerários formativos. Cabe aqui um breve relato do pesquisador, enquanto professor com atuação na Educação Básica. Uma das disciplinas propostas pelo Novo Ensino Médio é a chamada Projeto de Vida. O fato da transferência do professor da disciplina NEM para uma outra unidade, fez com que a coordenação pedagógica chamasse outro professor para substituí-lo.

O argumento utilizado pela gestão era de que o perfil para assumir a disciplina exigiria boa relação com os alunos e sensibilidade a algumas questões sociais como família, preconceito, religiosidade.¹⁰ Inicialmente a perplexidade ganhou destaque pela responsabilidade exigida em assumir a referida disciplina, cuja experiência era inexistente, sem nenhum processo de formação. O aceite a tal convite resultou de estar recém-chegado à escola como professor contratado para atender às necessidades da instituição. Em seguida foi entregue material de apoio como parte de um conjunto de diretrizes da própria instituição. Após a leitura e estudo, foi dado início às aulas que até pareciam divertidas, em dois horários que passavam rápido dadas as discussões que fluíam, estando envoltas em experiências cotidianas dos alunos, eram histórias de vida que incluíam também relatos sobre os familiares.

Em termos de trabalho pedagógico exitoso destaca-se um mês de ministração de aulas presenciais de Projeto de Vida, mas no início de 2020 a pandemia do Covid 19 apresentou-se ao mundo, e obrigatoriamente resultou em oferta de ensino remoto. A partir desta data, os desafios ao processo de ensino e aprendizagem na pandemia os alunos ficaram desmotivados e desejosos do retorno das aulas presenciais. O aumento de casos de contaminação no segundo semestre do mesmo ano, resultou em ansiedade dos discentes, aliada ao receio de retorno às aulas, considerando o perigo real de contaminação presencial.

O alinhamento com a coordenação pedagógica resultou na utilização de habilidades musicais e para apresentar por uma semana, todos os dias, utilizando grupo de WhatsApp como forma de acompanhar os alunos na disciplina eletiva, sendo a estratégia de usar a música precedida de uma mensagem de motivação para sinalizar que as coisas ficariam bem.

As evidências de que a estratégia de utilização da música era positiva aconteceu logo no segundo dia da experiência por meio de relatos de alunos emocionados com as canções, com a beleza das músicas e respectivas mensagens. No entanto, outro grupo chorava copiosamente em alguns casos, outros relataram problemas de depressão, compartilhavam histórias pessoais

¹⁰ Esta questão me parece uma associação constante aos professores das Ciências Humanas, no entanto, a disciplina de Projeto de vida, por exemplo, trabalha temas que envolvem não só questões sociais, mas psicológicas que estão em outra área de conhecimento. O desenrolar disso segue na continuidade do texto.

de abusos e relações complexas nas famílias. Esse foi o momento mais difícil de lidar. Imediatamente, em comum acordo com a Gestão Pedagógica as mensagens foram suprimidas. Embora a situação tenha sido considerada grave, aparentemente a ansiedade diminuiu por meio da adaptação de estratégias didáticas ajustadas à disciplina resultando em mais 1 (um) ano de trabalho docente nesta disciplina. Durante esse período, a estratégia implicou em aulas postadas no Youtube sobre temas transversais como sinceridade, ética e moral, qualidades e defeitos¹¹. Destaca-se que outras necessidades da escola apareceram e como consequência acabei por assumir o cargo de coordenador de área das disciplinas das Ciências Humanas.

A discussão em reuniões pedagógicas foi responsável pela reflexão coletiva sobre a atuação do professor de História, lecionando uma disciplina que desperta uma série de gatilhos nos alunos cujo despreparo dificulta uma solução eficaz do contexto de vida dos alunos. Trabalhar com educação, além do exercício de muita sensibilidade, empatia, humanidade, exige ainda estudo, técnica, aplicabilidade de métodos ativos cientificamente comprovados por profissionais que foram formados para esta ou aquela demanda. O risco de não atender a todas as demandas implica em muitas dificuldades para lecionar de acordo com as diretrizes exigidas nos itinerários formativos. Por mais que os historiadores ou educadores de modo geral tenham uma visão holística sobre a sociedade, meio ambiente, um profissional formado em áreas específicas tem um aproveitamento muito maior na efetivação do seu papel como educador e na ação de intervenção a favor do aluno.

Esta experiência me fez questionar duas questões cruciais: a necessidade de preparo do profissional, já exposta acima, e a submissão de professores contratados que, em várias situações, se propõem a ministrar a disciplina, sem ter o preparo, com receio pelo desemprego. No mesmo contexto, na escola de atuação, um professor efetivo se recusou a ministrar a disciplina de PECS (Projetos Empreendedores e Corresponsabilidade Social), levando às instâncias superiores, tendo êxito de causa para não ministrar a disciplina dada a alegação de não estar preparado. Essa questão é uma realidade no Ensino Público no Maranhão que corrobora com uma prática antiga do professor que era formado em matemática, mas ministrava aulas de português para acrescentar dobra de carga-horária. Este fato perpassa pela insegurança laboral e, ainda, pela desvalorização do professor.

¹¹ Vídeos disponível no meu canal do Youtube que foi criado especificamente para as aulas remotas na Pandemia do Covid-19. Acesso no link <https://www.youtube.com/@historiaemusica4828/videos>

1.2 Documento Curricular do Território Maranhense: análise

O movimento encabeçado pela Escola do Annales, no início do século XX, trouxe uma nova perspectiva de pensar questões relacionadas à economia, cultura e sociedade no fazer histórico, possibilitando avanços para uma nova abordagem historiográfica, contrapondo as raízes do ensino de História no país que tinha em seu bojo o panorama pedagógico do colégio Pedro II que chegou no Brasil em 1837 com a corte portuguesa que veio fugida de Napoleão Bonaparte.

As novas percepções do conceito de Tempo Histórico, destacadas por Braudel (1978) questionavam a linearidade e levantavam questionamentos quanto a temporalidade dos fatos históricos. Temas como as Grandes Guerras Mundiais, a crise do capitalismo de 1929, eram analisados de forma genérica e embora tenhamos caminhado drasticamente para a utilização de um novo modo de fazer o Ensino de História, ainda percebemos um processo tímido de inserção dessa nova abordagem mais sofisticada dos fatos históricos.

Um passo importante para o Ensino de História foi a mudança nos currículos acadêmicos e escolares com a inclusão dos estudos sobre História da África, cultura afro-brasileira e da história indígena previstas nas leis 10.639/03 e 11.645/08 (DCTMA, p.436, 2019). Desta forma, Circe Bittencourt (1992) afirma que as mudanças de currículo devem se basear nas mudanças pelas quais a sociedade tem passado que desembocam no ato de conhecer e aprender mais sobre a sociedade (BITTENCOURT, 1992, p.135,). A inclusão dos temas acima referidos tem pautado intensas discussões sobre os preconceitos da sociedade contemporânea com relação às minorias. Nesse contexto, não se trata somente do racismo, mas de outras formas de preconceitos, a exemplo de LGBTQIA+ e o preconceito religioso, que tem assolado as religiões e matrizes africanas.

O Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA) propõe, na interface com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 9.394/1996) a composição de uma base curricular que contemple essas novas propostas pedagógicas para o Ensino de História no Maranhão. O documento evidencia qual o seu intuito com relação ao Ensino de História:

Qual deve ser, então, a função do ensino de História? O estudo da ação coletiva dos grupos sociais ao longo do tempo pode demonstrar a complexidade e a multiplicidade da experiência humana, des-naturalizando o presente ao demonstrar que todas as sociedades estão sempre se transformando e que, se o passado foi diferente do presente, o futuro também o será. A nossa disciplina trabalha, portanto, com a alteridade, o que pode ajudar os estudantes a desenvolver empatia para entender as diferenças em vez de rejeita-las sem pensar (DCTMA,2019, p.437).

A afirmativa feita nas últimas linhas da citação acima remete a uma questão importante acerca da proposta para o Ensino de História na Educação Básica: o contexto socioeconômico do Estado. O Maranhão ainda possui um dos mais baixos índices de escolaridade do país, além de ser um dos estados mais pobres. Em alguns anos prestando serviços como professor em escolas públicas, comprovei a necessidade de empatia diante das questões apresentadas pelos discentes, em plena consonância com uma das primeiras competências proposta pelo DCTMA para o Ensino de História no Ensino Fundamental: a *construção do sujeito* e a *percepção do outro*. Essa formação, portanto, se dá a partir da construção social de cada indivíduo que vive em realidades diferentes.

Tornar a escola um lugar mais agradável ao aluno pode ser imprescindível para a construção de um novo indivíduo que por vezes vive em situação de vulnerabilidade social, abusos e escassez financeira. Após esta percepção de caráter construtivo do cidadão, o documento propõe práticas mais efetivas para o ensino de história e suas técnicas como o desenvolvimento de habilidades para interpretar criticamente um documento inscrito, análise de imagens, análise de rupturas e continuidades de um processo histórico, relatos orais dos fatos e discorrer sobre os temas (DCTMA, 2019, p.439).

Para os anos finais do Ensino Fundamental, o documento propõe o que está prevista na Base Nacional Comum Curricular:

do 6º ao 9º ano a disciplina deverá valorizar as diferentes matrizes culturais que compõem a sociedade brasileira, a saber, a África, a Europa e a América, de modo que os adolescentes tomem consciência de que a memória e a história são produzidas a partir de diferentes perspectivas e interpretações, devendo os professores e professoras fazer uso de variadas linguagens para analisar os fenômenos históricos (DCTMA, 2019, p.439.).

Segundo a BNCC (2017) é neste momento da vida escolar que o estudante passa por grandes mudanças psicológicas, hormonais e físicas, portanto, a capacidade de desvio do foco é proporcional a essa transformação. Nesse momento, a participação do professor e toda comunidade escolar é fundamental na questão do desenvolvimento da autonomia e capacidade de interação social. O desenvolvimento desses itens poderá fazer com que o jovem possa desenvolver responsabilidades e estabelecer conexões que podem ser benéficas na sua atuação como estudante e como ser social.

Na perspectiva metodológica, o documento propõe uma discussão acerca do planejamento e acompanhamento no trabalho do professor que oferece diferentes objetos de aprendizagem, sistematização, criticidade, potencialidade e intencionalidade (DCTMA.2019, p.440). O trabalho a partir de tais aspectos pode fazer com que o estudante potencialize sua

capacidade de analisar os fatos e gerar soluções para os diversos problemas históricos aos quais ele pode ser submetido. Este processo deverá ser feito com o auxílio das novas tecnologias que deverão servir de suporte para o aprendizado. O olhar crítico sobre os problemas do cotidiano é fundamental para analisar os fatos sociais e gerenciar/solucionar problemas. Esse intermédio se dá através do diálogo a partir das diferentes visões e construções de narrativas históricas.

Na questão avaliativa, o documento se debruça sobre uma ótica apontada pela BNCC (BRASIL, 1996) em que a avaliação deve ser analisada de forma qualitativa distanciando-se das abordagens que analisam um fato de forma isolada visando garantir a qualidade do processo avaliativo e não a quantidade a partir de respostas dadas de forma mecânica. Segundo o documento, o professor deve selecionar abordagens que façam sentido com o cotidiano do estudante, estabelecendo conexões entre a aprendizagem com a sua experiência de vida. Dessa forma, o professor precisa avaliar tanto a proposta pedagógica como o caminho percorrido pelo estudante.

O segundo volume do Documento Curricular do Território Maranhense tem suas atenções voltadas ao Ensino Médio. A priori ele segue a mesma construção com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/1996) apontando no artigo 22 que a Educação Básica “tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (LDBEN, 1996.). Dessa forma, o documento garante que o ensino deve ser assegurado para todas e todos os estudantes do território maranhense.

Para que se iniciassem as intervenções e as ações a serem planejadas no Ensino Médio no Maranhão, foi realizado um diagnóstico na rede estadual para entender a real situação da oferta de um ensino de qualidade para o Ensino Médio. Por meio do Programa Escola Digna, foram definidas políticas educacionais de intervenção no Ensino Médio a partir de escutas pedagógicas realizadas junto com a comunidade escolar em 19 (dezenove) Unidades Regionais de Educação (UREs) direcionando as ações de planejamento para a Secretaria de Estado da Educação. (DCTMA, 2019, v.II, p.63).

O documento aponta que o Estado tem se dedicado em contemplar todos os públicos que precisam serem alcançados pela educação:

O Estado do Maranhão atende toda sua diversidade de público: quilombolas, indígenas, campo, apenados, EJA e educação especial, tendo, ainda, sido garantida a expansão do acesso e permanência. Também atende com a ampliação das escolas de tempo integral, por meio dos 55 Centros Educa Mais, que gradativamente estão sendo ampliadas, buscando-se alcançar a meta da oferta da escola em tempo integral até 2024 prevista no Plano Nacional de

Educação e reiterada no Plano Estadual de Educação do Maranhão (PEE-MA). (DCTMA, 2019, v.II, p.62).

As escolas de tempo integral são uma realidade no Maranhão. Os Centros Educa Mais e os IEMAs possibilitam que os alunos, em tempo integral, construam seus Projetos de Vida, exercendo o seu protagonismo e galgando de forma integrada o ensino médio e técnico, no caso dos IEMAs. A carga horária anual prevista para a implementação do Novo Ensino Médio é aplicada no Maranhão desde 2010, tendo em vista a carga horária de 3.000 horas previstas para os Centros de Ensino de tempo parcial e 4.500 horas para os Centros Educa Mais (DCTMA, 2019, v.II, p.70).

Com a proposta do NEM (Novo Ensino Médio) o DCTMA trata o Ensino de História dentro do Área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas com a finalidade de aprofundar os estudos já adquiridos no Ensino Fundamental vislumbrando a continuidade dos estudos, dessa vez, voltados para o mercado de trabalho¹². Dessa forma, o desafio para o currículo da Área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas no Ensino Médio gira em torno da mediação entre a ação do professor na construção do estímulo ao protagonismo juvenil fortalecendo o seu projeto de vida, aliado ao seu protagonismo juvenil analisando princípios básicos como justiça, ética e cidadania.

Nas questões metodológicas o documento propõe uma construção democrática a partir do diálogo entre o professor e o conhecimento do estudante pois a formação emancipatória deste sujeito histórico, que deve ser protagonista, só será eficaz quando ele questiona e se posiciona diante de um fato e a escola deve ser a principal motivadora do desenvolvimento de tais competências. Dessa forma, à luz da BNCC, é necessário atentar para as demandas da juventude quanto ao acesso à cultura de modo a ampliar a reflexão além da escola para a contribuição na formação do estudante a partir do estudo das ações humanas no campo das relações sociais (DCTMA, 2019, v.II, p.100).

Nota-se no documento do Ensino Fundamental a ausência da participação efetiva do investimento do Estado para que as práticas pedagógicas e metodológicas sejam desenvolvidas. O documento dá ênfase na participação do professor como agente de transformação do fazer pedagógico, no entanto, a falta de estrutura para as escolas da Educação Básica são uma realidade no Estado, a ausência de materiais para a realização de uma atividade, a falta de um ambiente devidamente climatizado, de materiais pedagógicos que dão suporte para o ensino podem comprometer o aprendizado. Não é possível desvincular a elaboração de um currículo

¹² Há uma série de críticas em relação ao NEM já expostas nesse trabalho na seção anterior.

que exige criatividade, atenção, percepção do professor se as estruturas para a realização dessas atividades forem inviáveis. No entanto, no segundo volume do DCTMA consta que o Estado realizou um diagnóstico nas escolas da rede pública por meio do Programa Escola Digna a fim de intervir não só em questões de estrutura física da escola, mas na formação de professores, investimento em tecnologias e outros recursos pedagógicos.

Sob a ótica da discussão em torno da avaliação, destacamos que a análise quantitativa ainda faz parte do processo avaliativo da Educação Básica de forma efetiva. A atribuição das notas ainda se dá pelos números. No caso do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia (IEMA), são atribuídas três notas durante o bimestre chamadas de Av1, Av2, Av3.

A Av1 consiste em uma avaliação semanal para obtenção da primeira nota bimestral, geralmente aplicada com parte das questões objetivas e subjetivas (estas em menor número). O mais curioso acontece nas Av2 em que o critério se dá pela análise qualitativa do estudante, mas no lançamento de notas no boletim se dá de forma quantitativa. A Av3 segue a mesma lógica da Av1, geralmente em caráter de recuperação de conteúdo.

Por outro lado, a Secretaria de Educação organiza a avaliação SEAMA implantada em 2019 a fim de avaliar a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno da rede pública do Estado. Sua aplicação ocorre nos moldes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), utilizando critérios de segurança rigorosos desde a abertura dos pacotes em que se encontram os cadernos de prova, até o acompanhamento dos cadernos de respostas com o preenchimento da maior quantidade de informações possíveis sobre o teste. Ao final do processo a lista com as melhores notas são divulgadas para efeito de análise da qualidade do Ensino.

Ambos os documentos abordam a questão formação docente para a aplicação em sala de aula do NEM. No entanto, essas formações não ocorrem com a regularidade que deveriam e além de tudo deflagram uma questão já citada neste trabalho que é a falta de preparo para a ministração de algumas disciplinas propostas pelos itinerários formativos.

O documento para o Ensino Fundamental apresenta uma proposta de organizador curricular para o 1º (primeiro) ano do Ensino Fundamental como segue abaixo:

ORGANIZADOR CURRICULAR

1º ano						
Unidades temáticas	Objetos de conhecimento	Habilidades	Atividades sugeridas			
Mundo pessoal: meu lugar no mundo	As fases da vida e a ideia de temporalidade (passado, presente, futuro). Relações sociais nos espaços onde frequenta: família, escola, instituição religiosa, rua, bairro, povoado, distrito etc. Cotidiano das tradições e brincadeiras dos povos maranhenses.	(EF01H01) Identificar aspectos do seu crescimento (brincadeiras e tradições populares de sua comunidade) por meio do registro das lembranças particulares ou dos membros de sua família, relatando, fatos e acontecimentos oralmente, empregando conceitos de anterioridade e posteridade a partir da realidade cotidiana.	Roda de conversa Sugerir que os discentes conversem sobre as brincadeiras e tradições populares de sua comunidade e posteriormente registrem algumas delas por escrito ou por meio de desenhos. Mural informativo Propor às crianças que construam um mural informativo sobre o repertório que elas sabem acerca do ambiente doméstico e da escola, separando as regras de convivência e hábitos de cada um desses espaços.			
	As diferentes formas de organização da família e da comunidade: os vínculos pessoais e as relações de amizade.	(EF01H02) Identificar a relação entre as suas histórias e as histórias das famílias. (EF01H03) Descrever e distinguir os seus papéis e responsabilidades relacionados à família, à escola e à comunidade.	Exposição cultural Propor a produção de brinquedos com uso de sucatas, apresentando os resultados em uma exposição no pátio da escola (todos os brinquedos precisam estar legendados). Roda de leituras Resgate de histórias que remetem ao cotidiano das famílias da comunidade, que depois podem ser representadas por meio de danças, teatro de fantoches e demais manifestações históricas que remetam ao contexto histórico e tradições da comunidade.			
	A escola e a diversidade do grupo social envolvido.	(EF01H04) Identificar as diferenças entre o ambiente doméstico e o ambiente escolar, reconhecendo as especificidades dos hábitos e das regras que os regem, para diferenciar o espaço que é público do espaço privado.	Museu da pessoa viva Exposição de fotografias de pessoas da comunidade, separando-as de acordo com os papéis sociais que exercem. Os estudantes também podem utilizar fotografia de membros de sua família, legendando-as para que o restante da escola os conheça. É possível ainda fazer uma relação com o componente de Geografia ressaltando os lugares de vivência dessas pessoas.			
Mundo pessoal: eu, meu grupo social e meu tempo	A vida em casa, a vida na escola e forma de representação social e espacial: os jogos e brincadeiras como forma de interação social e espacial com enfoque no resgate de brincadeiras da cultura local.	(EF01H05) Identificar semelhanças e diferenças entre jogos e brincadeiras atuais e de outras épocas e lugares, valorizando as tradições e costumes dos povos brasileiros com enfoque no Maranhão.	Exposição Com uso de imagens/fotografias de grupos sociais diversos, apresentados em suportes como livros, revistas, computadores, celular, entre outros. Sugerir às crianças que pesquisem tipos de brinquedos e brincadeiras utilizados por esses grupos e em seguida apresentem suas descobertas.			
	A vida em família: diferentes configurações e vínculos.	(EF01H06) Conhecer as histórias da família e da escola e identificar o papel desempenhado por diferentes sujeitos em diferentes espaços. (EF01H07) Identificar mudanças e permanências nas formas de organização familiar, de modo a reconhecer as diversas configurações de família, acolhendo-as e respeitando-as, no espaço familiar e escolar.	Tabela informativa Solicitar aos estudantes que preencham os espaços em branco da tabela e, em seguida, promovam a socialização de suas contribuições. <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 33%;"><i>Informações que sabem sobre as famílias da sua comunidade.</i></td> <td style="width: 33%;"><i>O que mais deseja aprender sobre a história dessas famílias.</i></td> <td style="width: 33%;"><i>Listar as descobertas que fizeram e o que mais chamou atenção sobre as famílias.</i></td> </tr> </table>	<i>Informações que sabem sobre as famílias da sua comunidade.</i>	<i>O que mais deseja aprender sobre a história dessas famílias.</i>	<i>Listar as descobertas que fizeram e o que mais chamou atenção sobre as famílias.</i>
	<i>Informações que sabem sobre as famílias da sua comunidade.</i>	<i>O que mais deseja aprender sobre a história dessas famílias.</i>	<i>Listar as descobertas que fizeram e o que mais chamou atenção sobre as famílias.</i>			
A escola, sua representação espacial, sua história e seu papel na comunidade.	(EF01H08) Reconhecer o significado das comemorações e festas escolares, diferenciando-as das datas festivas comemoradas no âmbito familiar, valorizando-as no contexto da diversidade cultural, presente na escola, na comunidade e no estado do Maranhão.	Encenação Proporcionar às crianças momentos de reflexão sobre as festividades maranhenses, especialmente músicas/cantigas populares e religiosas que existem em suas comunidades. Em seguida propor que socializem esse conhecimento por meio de encenação.				

(Figura1: Organizador Curricular Fonte: Documento Curricular do Território Maranhense, 2019, vol.1, p.444)

Na figura acima, observa-se que o quadro está dividido em 4 colunas: unidades temáticas, objetos de conhecimento, habilidades e atividades sugeridas. Nas *unidades temáticas* é proposto um tema a ser trabalhado. No segundo, os objetos de conhecimento consistem em assuntos a serem abordados ao longo de cada componente curricular¹³. Logo após, as *habilidades* são apresentadas como aptidões a serem desenvolvidas para contribuir para a concretização das competências gerais. Por fim, observam-se as *atividades sugeridas* que são as propostas para trabalhar o tema sugerido em sala de aula.

As informações no quadro precedente apresentam um ponto de partida, ainda que não complemente os anseios do olhar do historiador, serve como um direcionamento para o professor ao propor o que pode ser trabalhado. É importante destacar que a figura acima deve servir como um caminho a ser seguido. Este não pode neutralizar a criatividade do professor a partir das realidades de cada sala de aula ou de cada estudante.

No documento direcionado ao Ensino Médio não temos essa representação. Isto acontece porque as unidades temáticas se diluíram nas competências gerais das Áreas de Conhecimento que, de certa forma, são abrangentes, mas não são capazes de abarcar as especificidades dos fatos históricos. No entanto, a prerrogativa de não cerceamento da criatividade é uma possibilidade. A utilização da criatividade, vivências e experiências do professor podem mudar o curso do marasmo das aulas de História ou qualquer outra disciplina.

Concluimos que as duas versões do Documento Curricular do Território Maranhense, tanto a do Ensino Fundamental, quanto do Ensino Médio, apresentam inconsistências que, em alguma instância, não contemplam a efetivação do Ensino de História na educação básica. No entanto, muito se tem caminhado para a efetivação dessas ações. Desde o início do governo Flávio Dino, o investimento em educação foi uma marca desse governo. A implantação das escolas de tempo integral e o programa Escola Digna inauguram um novo momento de implantação de políticas públicas no campo da educação. Por outro lado, não se deve furtar de questionar as instituições que são responsáveis pelas produções de materiais didáticos quanto aos critérios utilizados para essa produção e efetividade das ações de intervenção para seu público alvo: o estudante.

1.3 ENSINO DE HISTÓRIA E MÚSICA: uma possibilidade

Michel de Certeau, na obra *Escrita da História*, reflete sobre os paradoxos existentes na escrita da História. O autor estabelece uma relação dúbia entre o que se produz e todo o

¹³ Conhecido anteriormente como conteúdo

procedimento que gera o resultado do que foi escrito. Isso significa refletir sobre o discurso por meio do qual o *Tempo* e a *História* se revestem de inteligibilidade, deixam de ser abstratos e exigem que se debruce sobre os problemas de metodologia que sempre preocuparam os historiadores. Isso significa compreender o olhar que se tem sobre o passado de resgate e a partir dele pensar o que se fará enquanto historiadores até a versão final da interpretação do fato e finalmente, do que foi escrito.

No século XX, antes de Certeau iniciar suas escritas sobre a História, essas questões metodológicas foram recolocadas entre os historiadores que ocupavam os espaços institucionais capazes de disseminar esse método, estamos falando, sobretudo, da escola historiográfica francesa. Logo, partindo das críticas feitas à memória nacional produzida ao longo do século XIX, foram repensando o método, a prática e o ofício do historiador.

Nesse sentido, a obra de Micheal de Certeau, passa pelo questionamento contínuo de duas questões: o que é o historiador e o que é fazer a História. Desta forma, os historiadores do século XX passam a questionar os historiadores da época, os procedimentos do “fazer História”, as práticas que disciplinavam o fazer histórico e a construção de narrativas que estavam sendo usadas, registradas e divulgadas. Lucien Febvre e Walter Beijamim, um historiador por formação, outro um filósofo que fez muitos questionamentos sobre a História, enfatizam a importância da intervenção do historiador na fabricação e seleção dos fatos e o peso do presente na definição das formas a partir das quais o passado era interrogado.

Uma das questões fundamentais que Certeau coloca no texto como função do historiador é a capacidade de dar voz ao que não é dito. Para ele, a escrita é representação, pois não é uma reprodução literal da realidade, é uma tentativa de reestabelecimento de algo que não pode ser dito, dar presença há algo que não está presente a partir de referências. Para Certeau, existe uma condução do que seria a construção do real, sem ter a pretensão de construir a própria realidade, de uma interpretação que estará representada a partir de quem faz a escrita. Esse processo de construção da escrita do historiador está dividido em três partes: a definição e compreensão de que o historiador tem lugar social; que existem práticas científicas a serem seguidas e que a combinação entre os itens acima será articulada em uma representação que podemos chamar de discurso historiográfico (CERTEAU, 1975).

A partir desse olhar de construção da escrita da História, há outro desafio: fazer com que a História se faça entendida pelos alunos na sala de aula. Para que o ensino de História seja significativo, a atuação do professor é a ferramenta imprescindível.

Circe Bittencourt (2017) destaca que o profissional escolar desempenha um papel fundamental no ensino de História a fim de organizar as informações, fazendo uma seleção de

dados para a produção cultural. Na ocasião, a autora cita Gramsci com o seu conceito de intelectuais orgânicos, os agentes capazes de nacionalizar um projeto cultural para que se chegue a hegemonia. Nestes termos, é possível dizer que o ensino de História e suas nuances precisam fazer parte da rotina do estudante para que ele possa ter sua percepção sobre o mundo a partir de suas realidades e experiências.

Desta forma, o ensino de História deve ser um lugar em que os sujeitos sejam capazes de desenvolver práticas de intervenção no meio em que vivem. Nesse contexto, vários autores veem na *pesquisa* uma possibilidade real de intervenção do modo de ensinar História. Estabelecer um elo entre pesquisar e ensinar é primordial para um bom ensino com a finalidade de estabelecer uma conexão com os sujeitos. No entanto, existe um abismo entre a formação e a prática. Nesse contexto autores como Maria Amélia Santoro Franco ressaltam:

Formar um professor para trabalhar na/com as contradições da realidade educativa requer, fundamentalmente, formar um professor que se utilize da pesquisa para compreender e dialogar com essa realidade. É preciso reafirmar a inerência da pesquisa com a práxis docente e enfrentar a questão política/pedagógica que converge para esclarecer as intencionalidades dessa formação: Formar para quê? Formar como? Questões que expressam valores e posicionamentos. Assim perguntaríamos: Quem tem medo do professor-pesquisador? (FRANCO, 2017, p.15).

Por sua vez, Crislane Azevedo afirma que:

Ser professor-pesquisador no âmbito na escola básica significa compreender as grandes questões do ensino e agir sobre elas, tendo sempre como foco a aprendizagem dos alunos, apesar das possíveis adversidades que as instituições de ensino apresentam. Observar o público com o qual se trabalha; compreender e considerar seus pontos de vista como ponto de partida de práticas didático-pedagógicas e discussões de cunho histórico, no caso do professor de História; refletir e teorizar sobre o ensino que ministra e sobre como seus alunos aprendem – tudo isso exige do professor de História, conhecimentos para além da História. (AZEVEDO, 2017, p.12).

Paulo Freire (1979) apontava que o professor deveria se adequar às realidades da sala de aula a partir das vivências e experiências dos seus alunos, no entanto, isso não é o suficiente para a realização do ensino de História. Desta forma, Maria Amélia Franco afirma que é necessário utilizar a pesquisa para compreender e dialogar com as realidades. A proposta aqui é pensar a pesquisa que transcende o ensino acadêmico, mas a pesquisa que dá subsídios ao historiador para dialogar com essa realidade. Esses diálogos, para Azevedo (2017) possibilitam conhecimentos além da disciplina de História, tanto para alunos, quanto para o professor.

Desta forma, existem várias linguagens, como a música, que podem contribuir para o processo de ensino e aprendizagem, em qualquer disciplina. A música sempre esteve presente

em nossas atividades pedagógicas para o Ensino de História. Segundo David (2019), a música guarda a propriedade intrínseca de veículo de comunicação e de relacionamento extrapolando o conceito que de que esta é apenas uma combinação de sons, mas uma forma natural de expressão e representação (David, 2012).

Quando se pergunta aos alunos, quando entram em sala de aula, no primeiro dia, se eles gostam de História, geralmente as respostas dependem de como a disciplina foi abordada e apresentada ao estudante. Por isso é importante pensar nas linguagens como elemento essencial para aproximar os alunos às disciplinas que lecionamos, em qualquer área de conhecimento.

No caso do ensino de História não é diferente. Olavo Soares (2017) destaca que ensinar História no Brasil sempre foi uma tarefa árdua, principalmente pela relação que se faz ao que é “antigo” ou “velho”. Não há uma preocupação com a manutenção do patrimônio histórico. Para o autor, temos o contrário: a destruição de igrejas, casarões e construções. Além disso, o autor destaca a falta de diálogo do passado com o cotidiano no ensino de História expressos em filmes, documentários, novelas etc. Nem sempre tem compromisso com a veracidade dos fatos dando lugar a ficção.

Essas questões despertam para a urgente necessidade, já apontada no capítulo anterior, de estabelecer relações entre o passado e o presente para que o estudo da história cumpra com uma de suas funções como disciplina: trazer as questões do passado para análises do cotidiano. Os professores precisam estar atentos às metodologias e aos diálogos com as vivências e realidades de cada aluno para que o ensino de História não esteja fadado ao fracasso. Muitos perderam o prazer do estudo pela disciplina pela forma como ela foi trazida para a sala de aula e é compreensível que o aluno *bombardeado* de tantos *streams*, *games* e temas atuais, perca o interesse por uma disciplina que trata da escravidão no Brasil no início do século XVI sem entender as influências deste momento histórico nas relações de trabalho estabelecidas nos seu cotidiano, por exemplo.

A mestre e Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC, Teca Alencar de Brito, expõe a importância do ensino de música no processo de aprendizagem. Para ela, a música representa muito mais que um saber técnico.

Os sons que nos cercam são expressões da vida, da energia, do universo em movimento e indicam situações, ambientes, paisagens sonoras: a natureza, os animais, os seres humanos traduzem sua presença, integrando-se ao todo orgânico e vivo deste planeta (BRITO, 2003, p.17).

No contexto do ensino de História, Olavo aponta a música como um aliado para o professor.

a análise das relações entre música e ensino de história é fundamental por duas razões básicas: porque as músicas têm importância significativa na cultura cotidiana dos alunos, e porque o professor de história pode encontrar na música um aliado, um recurso didático dos mais importantes, que cria empatia com os alunos (SOARES, 2017, p.79).

Os dois autores veem na música um elemento importante para o ensino, a partir de uma constatação: todos escutam música, ela está presente em todos os espaços, em casa, nas trilhas sonoras dos filmes, *videogames*, *tik tok* etc. Trabalhar com uma paródia em sala de aula traz memórias afetivas de um tempo ou espaço vivido em algum momento pelo aluno, logo a capacidade de assimilação dos conteúdos se alia à música que ele já aprendeu por escutá-la constantemente.

No entanto, não é tão simples quanto parece. Soares aponta os riscos de se trabalhar com música em sala de aula justamente pela influência que ela exerce sobre o sentimento das pessoas. É possível que a escolha de uma determinada música exerça reações diferentes nos estudantes por conta de suas vivências individuais. A música “Evidências”¹⁴ pode ser a canção que é “a cara dos meus pais” para o aluno A, mas pode lembrar o fim do relacionamento dos pais do aluno B. Desta forma, Soares afirma:

Este é, a nosso ver, uma das principais dificuldades em se utilizar as músicas nas aulas de história: a incompreensão de que a música é um artefato cultural que desperta nos alunos diferentes vivências, e que, portanto, a não compreensão da relação que os alunos têm com a música pode limitar as possibilidades de aprendizagem sobre as músicas, a linguagem musical e o conhecimento histórico ao qual se referem (SOARES, 2017, p.86).

Outra questão apresentada por Olavo é a fuga daquilo que se apontou no início desse trabalho: pensar o ensino de História como uma disciplina decorativa. Muitas pessoas se apegam ao gênero musical ou ritmo, nem sempre à reflexão da letra ou da história que a música conta é o motivo para escutá-la incansavelmente.

Com o mercado musical transformado pelas plataformas digitais (*Deezer*, *Spotify*, etc) que agem diretamente nas redes sociais (*Facebook*, *Instagram*), as canções ouvidas e aprendidas até por osmose, por vezes, fogem ao “querer ouvir”, isso pode fazer a canção passar pelos seus ouvidos sem reflexão alguma. Da mesma forma, a utilização da música pode ser um desserviço para o ensino de História se esta passar pelo aluno apenas como uma estratégia para decorar acontecimentos e datas, os fatos históricos devem vir à tona junto com as problemáticas do cotidiano que precisam ser discutidas e analisadas. A música nesse caso deve ser apenas uma linguagem para a apreender conhecimento.

¹⁴ Letra de José Augusto, mas a canção ficou conhecida pela interpretação da dupla sertaneja Chitãozinho e Xororó

Ao trabalharmos a análise de uma canção é necessário localizar-se no tempo histórico, identificar os fatos e problematizar as questões que nem sempre estão presentes na letra da canção. No caso das paródias, geralmente os pontos, as características e fatos estão destacados. Estes devem ser analisados pelo professor de forma cuidadosa fazendo o diálogo necessário com a letra e com *o que não está escrito*, parafraseando Michael de Certeau.

A historiografia recente tem se debruçado sobre os riscos de usar músicas na sala de aula. É consenso entre os historiadores que têm a música como objeto de estudo, que “a subjetividade é um fator que deve ser considerado não apenas no que tange a execução da aula planejada em si, que pode sofrer alterações em decorrência dos mais variados possíveis.” (SANTOS, 2018, p. 200), como afirma o historiador Rodrigo Luis dos Santos. Para ele, as primeiras providências a serem tomadas é observar como os estudantes interagem com a canção proposta, assim como a percepção do gênero musical.

Para a análise de repertório musical que deve/ou não ser usado em sala de aula, Marcos Napolitano, uma das maiores referências nacionais tanto nos estudos de música popular quanto no campo da historiografia da cultura brasileira, aponta que deve haver um estudo de caso entre professor e aluno. Em entrevista publicada no Dossiê Música e Ensino de História organizado por Olavo Soares e Miriam Hermeto, Napolitano afirma:

Acho deve haver uma combinação entre o gosto musical dos estudantes e a ampliação de seu repertório como eixo de planejamento de atividades. A escola não deve ser mera reverberação do gosto geracional, construído a partir do mercado. Por outro lado, ela não pode impor um repertório aos alunos e não parta de suas experiências e preferências, buscando, obviamente, ir além (NAPOLITANO, 2017, p.144).

Para Napolitano, o professor deve encarar a utilização da música na sala de aula como um elemento “sério” de aprendizagem e não deve temer as represarias. O diálogo não deverá ser fácil uma vez que muitos estudantes não trabalharam sua audição para ouvir coisas novas (ou velhas). Isto está atrelado à realidade social. No entanto, é dever do professor apresentar novas experiências de repertório aos estudantes e encarar a canção como documento histórico (NAPOLITANO, 2017).

No artigo intitulado *Canção, ensino e aprendizagem histórica*, Luciano de Azambuja aponta que toda e qualquer música pode ser apropriada como fonte histórica para a aprendizagem histórica (AZAMBUJA, 2017), pois toda ação humana pressupõe uma temporalidade que pode se tornar uma evidência histórica. No entanto, cabe ressaltar que essa associação depende dos critérios históricos e metodológicos adotados para tornar uma canção objeto de estudo. Para Azambuja, o processo depende da pergunta histórica formulada e do grau

de adesão que se quer alcançar, indicando um caminho a ser seguido apropriando-se da canção que vem do gosto dos jovens. Aqui se destaca um ponto de divergência em relação ao que propõe napolitano? Não. A proposta é um equilíbrio entre o que os jovens escutam e aquilo que o professor deseja apresentar aos estudantes.

Outro aspecto importante citado por Azambuja é o *artefato estético* que o trabalho com a música pode direcionar.

Nessa concepção, a justificativa e a finalidade do uso da música se confundem e se reduzem a tornar as aulas de História mais divertidas, descontraídas e dinâmicas; nesse caso específico, a dimensão estética torna-se um fim em si mesma e instrumentaliza as dimensões cognitiva e política, correndo o perigo de efetivar-se uma estetização do histórico que rompe o vínculo com a experiência histórica que possibilita a interpretação fundamentada do presente e a expectativa orientada do futuro (AZAMBUJA, 2017, p.43).

O trecho citado serve como luz para este trabalho. A concepção histórica, sentimento, vivência e experiência que toda música carrega consigo podem encaminhar o debate histórico apenas por um apelo estético. É trabalho do historiador dinamizar e conduzir esse processo de forma que o fazer histórico não seja comprometido. As paródias, que é uma das propostas pedagógicas deste trabalho, podem levar a um caminho sem volta na constituição histórica de sentido se as questões de estética não forem colocadas em pauta. Assim, o autor aponta que se deve analisar *como ensinar*, metodologias do ensino de História; *o porquê*, consiste na justificativa do uso da música; *e para quê*, analisando a finalidade do uso da música. (AZAMBUJA, 2017)

À luz dos diálogos aqui estabelecidos, adotam-se novas metodologias propostas pelos historiadores como sendo benéficas, tendo cuidado com as armadilhas da inclusão da música no Ensino de História, destacando a importância de discussão dessas metodologias. É possível que um professor aplique em suas aulas todas as artes, não somente a música, como cinema, teatro, dança etc, e considere que a aula será um sucesso. A partir do diálogo com os autores acima os riscos são palpáveis e possíveis, no entanto, podem ser evitados quando o historiador se compromete com o fazer histórico.

CAPÍTULO II- O GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR E O JORNAL PEQUENO

2.1 O GOLPE EMPRESARIAL- MILITAR: uma análise historiográfica.

Alguns pesquisadores, aos quais abriremos espaço para a exposição de suas teses, propuseram-se a elaborar, a partir do aprofundamento teórico e documental de seus trabalhos, um conceito sobre o golpe e a ditadura no Brasil.

Nesse movimento se destacou uma ênfase em trabalhos sobre a História política no Brasil, elaborada por historiadores estrangeiros, conhecidos como “brasilianistas”, entre os quais destacamos Thomas Skidmore, com sua clássica obra *Brasil: de Castelo a Tancredo*; e Alfred Stepan com seu trabalho intitulado *Os militares na política: mudanças de padrões na vida brasileira*.

O trabalho de Thomas Skidmore gira em torno do questionamento acerca dos elementos explicativos da manutenção dos militares por mais de 20 (vinte) anos para devolver o poder aos civis. Como resposta para esta indagação, o pesquisador aponta os fatos que permeiam as questões políticas que envolvem os militares tendo como base uma análise sobre as contradições dentro do militarismo expresso por dois grupos com posturas distintas pós golpe de 1964.

Os "castelistas", que eram considerados mais moderados, segundo Skidmore, estavam dispostos a transformar o Brasil em uma democracia que estava a serviço do capital estrangeiro. Por outro lado, um segmento mais radical, conhecido por "linha dura", possuía postura bem mais autoritária e antidemocrática, tendo como base o ataque ostensivo aos direitos humanos, consolidado sobretudo com base nos atos institucionais que serão objetos de estudo deste trabalho. No entanto, a historiografia recente encarregou-se de desfazer essa hipótese considerando a abordagem de Skidmore carregada de ingenuidade.

Para Skidmore, "a destituição de João Goulart foi primeiro e, sobretudo, uma operação militar." Dessa forma, segundo ele, a ofensiva autoritária no dia do golpe representou frágil articulação dos segmentos civis que faziam oposição ao governo de João Goulart, pois, "foi a relativa fraqueza das forças civis adversárias do presidente que levaram oficiais do alto nível a concluir que somente sua intervenção podia salvar o Brasil de uma prolongada guerra civil" (SKIDMORE, 1988, p. 41.)

No mesmo caminho, o historiador Alfred Stepan contribui sobre uma hipótese de que as Forças Armadas brasileira prezaram pela busca incessante de unidade, como também de uma reação de tipo “moderadora”. Ou seja, os militares reequilibram, de maneira autoritária, a

política nacional atreladas as questões ideológicas e o golpe de 1964 rompe com um modelo padrão de intervenção militar na política brasileira.

No entanto, a historiografia mais recente aponta algumas questões que parecem mais contundentes acerca do padrão político nacional que se observa até os dias de hoje. A participação burguesa no golpe de 1964 e posteriormente nos quadros administrativos da ditadura reitera, segundo esses historiadores, a necessidade de utilização da denominação "Empresarial-Militar" como justificativa do forte teor de classe (segmento empresarial) existente no processo de tomada e remodelagem do Estado a partir de 1964.

O trabalho de René Dreifuss intitulado *1964: A Conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*, segue esse parâmetro. A linha de pensamento traçada pelo autor é de que existia a necessidade de apontar o papel primordial exercido pelas elites através do capital multinacional e associado. A parcela civil da sociedade, com ação direta no golpe e na ditadura, segundo o próprio Dreifuss, estava aliado ou fazia parte de importantes aparelhos privados de hegemonia¹⁵.

A historiadora Martina Spohr Gonçalves (2012) dissertou sobre a visão "Empresarial-Militar" do golpe e da ditadura na obra *A relação empresarial-militar entre Brasil e Estados Unidos no golpe de 1964*, apresenta um conjunto de documentos que sustenta a existência, na conjuntura do golpe, do protagonismo do empresariado nacional e estrangeiro em aliança com o alto escalão militar.

Citando René Dreifuss, a professora do CPDOC evidencia a ação do IPES/IBAD dentro das Forças Armadas com a intenção de cercear os dispositivos militares do presidente Goulart. Valendo-se de correspondências pessoais do adido militar norte-americano no Brasil, Verno Walters, a historiadora reitera a relação próxima deste com membros do alto escalão do governo dos Estados Unidos, como o embaixador Lincoln Gordon e o presidente Kennedy.

Ainda nesse contexto, Paulo Ayres Filho, que era empresário e amigo íntimo de muitos membros do alto escalão do exército brasileiro, é objeto de estudo que consolida e atuação do empresariado nacional no golpe que destituiu João Goulart em março de 1964. Figura muito próxima a Golbery de Couto e Silva¹⁶, o empresário demonstrava ter muita afinidade com as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

¹⁵ Para Gramsci, Hegemonia pode ser entendida como um caminho para a moral, político, cultural e intelectual a partir da coerção, que representa a dominação de uma classe ou fração de classe.

¹⁶ General e geopolítico brasileiro, reconhecido como um dos principais teóricos da doutrina de segurança nacional, elaborada nos anos 1950 pelos militares brasileiros da Escola Superior de Guerra (ESG), sendo um dos criadores do Serviço Nacional de Informações (SNI).

A análise de suas correspondências esclarecia o seu posicionamento liberal e os caminhos que deveriam ser traçados pela política internacional do governo brasileiro. Desta forma, não havia apenas uma consonância de interesses entre o setor empresarial nacional e o capital estrangeiro, mas também com membros das Forças Armadas e da alta cúpula do poder executivo norte-americano.

A pesquisa *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro*, produzida pelo historiador Fábio Konder Comparato (2014), caracteriza o golpe de 1964 a partir da desarmonia do empresariado, os grandes latifundiários e a classe política. Para muitos, Jango não era a resposta para os anseios das elites dominantes. Para Konder (2014), a radicalização dos setores políticos antagônicos (direita x esquerda) romperam com a tradição de resolução dos problemas políticos no Brasil a partir da conciliação. Isso se deve à parte da classe média brasileira que se encontrava aliada ao discurso da esquerda, que representara uma parcela da população aliada com as reformas de base propostas por João Goulart.

A ameaça à hegemonia das elites brasileiras do país e o fato de ter seus privilégios ameaçados, levaram estes a buscar alianças com segmentos das Forças Armadas. Konder afirma que era natural que os empresários temessem o futuro e tendessem para o lado dos militares afim de estabelecer conexões políticas com os governos em exercício. (COMPARATO, 2014)

Portanto, a ação de deposição de João Goulart a fim de implantar um Estado de exceção no Brasil caracterizou-se como uma intervenção militar contra um governo eleito constitucionalmente, findando a democracia. Dessa forma, com a ditadura, foram implantadas políticas econômicas de aceleração da acumulação de capital através da exploração dos trabalhadores.

O historiador Renato Lemos, com seu trabalho intitulado *Contrarrevolução e Ditadura: ensaio sobre o processo político pós-1964*, aborda a questão do golpe de 1964 como um elemento localizado no campo de análises que sublinha a participação da classe empresarial com o intuito de desestabilizar o governo Jango e posteriormente da estrutura burocrática do regime.

Fernand Braudel serve como base teórica para Renato Lemos (2014) pesquisar acerca do ato de localizar o rompimento democrático ocorrido no Brasil em 1964 como um objeto do longo século XX, à luz do conceito braudelianiano sobre os processos de “curta, média e longa duração”. Além disso, observa-se ainda o conceito de contrarrevolução no desenvolvimento dessa investigação histórica acerca do tema.

Na tentativa de explicar as motivações do golpe, Renato Lemos (2014) as classifica como ações de um aparato burguês-militar, retomando relações históricas da curta, média e

longa duração entre 1914-1989, período que vai do início da Revolução Russa até o fim da Guerra Fria, com a dissolução da União Russa Socialista Soviética. Portanto, para Lemos, o golpe e a ditadura caracterizam-se como reflexos do processo de acumulação do capital em escala global que intensificam as lutas de classe pelo mundo.

Dessa forma, o conceito de contrarrevolução seria o elo entre esses tempos em que a crise democrática brasileira, no contexto da luta de classes, se enquadra no que Braudel chama de "longa duração". O golpe de 1964 e a ditadura são elementos reativos a uma política econômica e ideológica de contestação do capitalismo, esse movimento é chamado de socialismo.

O historiador Demian Melo (2012) usa o conceito de Ditadura "Empresarial-Militar" ao se referir sobre o período de exceção instituído em 1964. Em seu texto intitulado *Ditadura civil-militar? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do Tempo Presente* tece críticas ao revisionismo à atuação das elites no processo de destituição de Jango.

O historiador aponta indícios que reforçam o pensamento de que existiu no Brasil um regime de exceção ditatorial encabeçado pela elite representada pela classe empresarial que justifica o uso do termo "Empresarial-Militar". No trecho abaixo o autor aponta:

Como exemplos eloquentes, pensemos o empresariado ligado à construção civil (como os grupos Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior e Odebrecht), à indústria pesada (Gerdau, Votorantim, Villares, entre outros), sem esquecer o sistema bancário (de que são exemplos os grupos Moreira Salles, Bradesco e Itaú), grupos que construíram ou consolidaram seus impérios naquele contexto. No ramo das telecomunicações, a maior empresa do país, a Rede Globo, cuja trajetória de colaboração com o regime ditatorial está bem descrita no documentário *Muito Além do Cidadão Kane*, de Simon Hartog (Reino Unido, 1993), deve ser incluída na lista (MELO, 2012, p.3).

A partir deste enunciado, o termo "empresarial-militar" significa a defesa de posição dentro dos embates presentes na historiografia atual acerca da ditadura brasileira. Elaborado originalmente por René Dreifuss, em sua obra *1964: a conquista do Estado*. Demian Melo, assim, busca estabelecer uma crítica a discursos que tem a intenção de "anistiar historiograficamente" grupos políticos que se empenharam na instalação do regime antidemocrático brasileiro, fazendo relação aos segmentos que foram usurpados do poder e outros que sofreram repressão durante o período ditatorial brasileiro.

Esta concepção teórica reflete sobre questões referentes ao lugar social dos gestores e poderá auxiliar a pesquisa aqui desenvolvida quando da análise do Jornal Pequeno. . Assim como no eixo sul-sudeste, os proprietários dos meios de comunicação no Maranhão foram

empresários que aderiram ao projeto elitista que se tornava hegemônico em 1964 ou ainda aqueles que por motivo de repressão por parte dos militares, como foi o caso do Jornal Pequeno.

Nesse sentido, é importante localizar os atores políticos e da sociedade civil que conspiraram contra um regime democraticamente eleito. A exemplo dos dias atuais, temos observado quais os danos de um projeto que atenta contra a democracia e os seus impactos sociais observados durante os 4 (quatro) anos do governo do ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro, entre os anos de 2018 a 2022.

Dessa forma, refletir sobre o cenário maranhense no período ditatorial nos possibilitará uma análise de uma construção social e a percepção das rupturas e continuidades deste período que ainda influenciam na sociedade maranhense. A partir dessas análises, torna-se necessária a construção de um projeto educacional que discuta a questão dos direitos humanos para as novas gerações de estudantes iniciando no Ensino Básico, para caminharmos para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

2.2 “O Jornal do Povo”¹⁷

José Ribamar Bogéa era funcionário do Jornal O GLOBO e além de cobrir matérias esportivas, relatava sobre casos policiais. A origem do Jornal Pequeno relaciona-se diretamente à cobertura de Bogéa a um jogo de futebol entre o Moto Clube (time maranhense) e o Fluminense (time carioca).¹⁸ O time da casa venceu o jogo por 3x1, no entanto, o árbitro Elvio Furtado beneficiou o time carioca, que venceria a partida por 6x4.

No dia seguinte o então redator Ribamar Bogéa apontou várias críticas ao árbitro que era um oficial do Exército, do Ceará, tecendo várias críticas. O então diretor do jornal, José Pires Sabóia Filho, censurou a matéria e proferiu as seguintes palavras: “Quando você tiver o seu jornal, poderá escrever o que quiser, por enquanto, não.” Passados alguns dias, seria fundado um jornal impresso, para concorrer com O GLOBO.¹⁹

No dia 21 de julho de 1947, foi criado o jornal *O Esporte*. Este foi um dos grandes jornais esportivos do Nordeste que teve como fundador o ex-funcionário do jornal O GLOBO, José Ribamar Bogéa. A proposta era criar um jornal específico para assuntos referentes a temas esportivos que, embora tivesse o futebol como sua principal fonte de notícia e objeto de análise, O Esporte dedicava-se a fazer cobertura das atividades esportivas tanto no Estado do Maranhão

¹⁷ Frase dita por José Samey em uma homenagem ao Jornal Pequeno em 10 de outubro de 1962.

¹⁸ O documento não disponibilizou a data da partida.

¹⁹ Revista Especial do Jornal Pequeno: 60 anos de resistência. São Luís, maio de 2011, p.20

como no Brasil. A divulgação de notícias esportivas vindas do interior do Estado eram uma novidade. Além disso, foi ganhando destaque nacional recebendo menções de grandes escritores e redatores maranhenses como Vargas Neto e Ruy Moraes. A proposta de circulação era semanal com publicações aos domingos. No entanto, para se manter, o jornal precisaria publicar edições diárias. A partir de 11 de abril de 1951, *O Esporte* passava a exibir publicações vespertinas.

Embora *O Esporte* tenha apresentado uma circulação razoável nos inícios, as notícias esportivas não seriam suficientes para manter o jornal. Em 22 de abril de 1951 a edição foi intitulada: *Jornal Pequeno O Esporte*. A partir de 29 de maio de 1951, *O Esporte* que dedicava cerca de 60% de suas publicações para matérias esportivas e 40% para noticiário geral, agora seria o *Jornal Pequeno*, dedicando 60% do seu noticiário para questões gerais como saúde, educação e política e 40% para outros assuntos como humor, memórias e mantendo notícias esportivas.

O *Jornal Pequeno* recebeu esse nome por ter iniciado com poucos recursos financeiros, dependendo de ajuda de lojistas, patrocinadores e amigos que acreditavam no potencial do impresso. Desde *O Esporte*, o *Jornal Pequeno* se apresentou como uma forma de escrita em uma linguagem acessível. Os espaços destinados ao humor como as seções do *Dicionário do Povo*, *Língua de trapo* e *Conversa no Cafezinho*, faziam o *Jornal Pequeno* ganhar leitores com um público popular.

Com o passar do tempo, o jornal caracterizou-se por fazer críticas ferrenhas ao governo do Estado, mais especificamente à administração de Newton Belo, que governava o Maranhão no início de década de 60. Foi, inclusive, elogiado pelo então Deputado Federal José Sarney:

Este é apenas a complementação e um abraço de congratulação que tenho o dever de trazer ao *Jornal Pequeno*, no momento em que este *Jornal* inaugura a sua sede própria. Na realidade, você, Ribamar Bogéa, conseguiu ter um jornal, que nesta cidade de São Luís, é um patrimônio da cidade... tem sido até hoje um jornal do povo, identificado com as causas do povo, e daí o sucesso da sua grande vitória...²⁰

Anos mais tarde o *Jornal Pequeno*, com as mudanças no cenário político no Maranhão, se tornou um dos maiores opositores à família Sarney no campo da imprensa. Segundo a Revista de comemoração dos 60 anos do JP, o jornal assumiu uma luta contra a família Sarney com a convicção de que durante mais de 40 anos no poder do Estado, não trouxe as benesses de que

²⁰ Revista Especial do *Jornal Pequeno*: 60 anos de resistência. São Luís, maio de 2011.

o Maranhão precisava.²¹ Essa cisão foi exposta no livro do ex-presidente José Sarney intitulado: *Sarney- a Biografia*, escrito pela jornalista Regina Echeverria.

Na página 186, Sarney atacou Bogéa, que já havia falecido²². No diálogo exposto no livro, Sarney se recusa a efetuar a compra de uma casa que o jornalista requeria em troca do apoio político e midiático durante a sua eleição. No diálogo a jornalista afirmou que Ribamar Bogéa chantageou José Sarney e como não houve consentimento, o jornalista havia proferido a seguinte frase: “Então vou arrebentar você”. Segundo a biografia, José Ribamar Bogéa atacava Sarney por motivos pessoais e não políticos.

2.3 JORNAL COMO FONTE: Historiografia e o Jornal Pequeno.

Numa perspectiva do positivismo Rankeano, o historiador deveria usar as fontes históricas a partir do que se pode enxergar recuperando os eventos e estabelecendo conexões entre os documentos criando narrativas, limitando assim a interpretação dos fatos a documentos escritos e oficiais. Para o historiador Fabio Alves a utilização da palavra “vestígio” foi empregada para que se condicionasse um determinado fato histórico a algo que vá além do documento oficial (ALVES,2006).

Com a inovação proposta pela Escola nos Annales no início dos anos 1930 e a contribuição do Marxismo, foi se modificando a metodologia para análise dos documentos e das fontes históricas. Segundo Alves (2006) a imparcialidade seria impossível porque o próprio historiador pertence a uma classe social e isto é condição indiscutível para que o meio em que ele vive influencie em suas análises.

Dessa forma, a utilização do Jornal Pequeno como fonte histórica para este trabalho está atrelada à uma trajetória de posicionamento político que se imprimiu durante os anos que se aliou à forma de pensar as questões políticas e sociais. A oposição histórica do Jornal Pequeno à família Sarney foi ponto de partida para o interesse nas análises deste periódico. As pesquisas no acervo do jornal acabaram por revelar que o Jornal Pequeno conferiu espaço para centenas de notícias sobre o golpe empresarial-militar e que ainda sofreu um ato de repressão por parte dos militares em 6 de abril de 1964.²³

²¹ Idem, p.5

²² Jose de Ribamar Bogéa faleceu em 4 de março de 1996 com 71 anos. O Livro foi publicado em 2011.

²³ Ver em monografia intitulada: O JORNAL PEQUENO E A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR NO MARANHÃO: A perspectiva política do Jornal Pequeno após o ato de 6 de abril. UEMA (NETO, 2016)

Maria Helena Capelato é, ainda hoje, uma das maiores referências nos estudos sobre a imprensa no Brasil. Na obra intitulada *História do Tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de Estudo* a autora propõe uma discussão sobre o significado da grande imprensa como ator político relevante nesse período, não só no que se refere a relações de poder, mas como o papel que desempenhou como formadora de opinião (CAPELATO, 2014). A autora faz uma crítica aos trabalhos em que utilizavam a imprensa apenas como fonte e não como objeto de estudo. Tania Regina de Lucca (2005) vai mais além quando propõe uma análise acerca dos materiais de impressão utilizados nos jornais. Para Lucca, não há naturalidade nos aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seu suporte.

Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê. É óbvio que as máquinas velozes que rodavam os grandes jornais diários do início do século XX não eram as mesmas utilizadas pela militância operária, o que conduz a outro aspecto do problema: as funções sociais desses impressos (LUCCA, 2005 p.132).

Dessa forma, segundo Tania de Lucca (2005), a qualidade do material que era produzido deveria ser levada em consideração para a análise dos impressos, porque esta característica determinava o seu público-alvo. Esta percepção dialoga com a tese de Rafael Lapuente (2016) que afirma que todo periódico está vinculado a dois conceitos importantes na discussão da construção jornalística: o público e a opinião pública (LAPUENTE, 2016). A partir disso, é possível considerar que um periódico possui uma gama de possibilidades que podem/precisam ser analisadas para que se dê um veredicto parcial dos fatos. Essas variantes se dão desde o material usado até de que forma este impresso chega ao seu público-alvo, a disposição dos conteúdos, os espaços que cada jornal confere a determinados assuntos.

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas. (LUCCA,2005 ,p.140)

Deste modo, cabe destacar que o Jornal Pequeno dedicou um espaço razoável aos assuntos relacionados ao regime empresarial-militar. Ao longo do ano de 1964, foram publicadas 184 (cento e oitenta e quatro) matérias relacionadas ao regime de exceção empresarial-militar²⁴. Em que pese os conteúdos publicados e o ato de repressão sofrido pelo

²⁴ REVISTA ESPECIAL DO JORNAL PEQUENO: 60 anos de resistência. São Luís, maio de 2011, p.44.

Jornal Pequeno, um espaço significativo foi destinado ao leitor do Jornal Pequeno no ano do golpe.²⁵

2.4 AGONIZA O REGIME DA LIBERDADE NO BRASIL: O Jornal Pequeno pós golpe.

O título desta secção foi escrito fazendo alusão à primeira matéria publicada pelo Jornal Pequeno pós golpe empresarial-militar em 31 de março de 1964. No processo de transição entre um jornal esportivo para um impresso que passou a ter um significativo engajamento político, o Jornal Pequeno se consolidou no cenário maranhense como um periódico que estava inserido nas discussões políticas referentes ao Maranhão.

Embora nosso marco teórico inicial seja em 1964, é importante entender como o Jornal se posicionou mediante a ameaça de golpe prevista desde os momentos de instabilidade política encabeçados pela renúncia de Jânio Quadros como os momentos pós eleição do presidente João Goulart.

Em matéria do dia 4(quatro) de maio de 1961, o então redator Paulo Nascimento Moraes, publicou um texto referente a um discurso que o presidente Jânio Quadros proferiu: “E era justamente disto que estava precisando o Brasil: um governo forte, uma administração honesta e produtiva. E é sempre bom lembrar as palavras do presidente.”²⁶ O editorial enfatizava o discurso de um governo que prezava pela moralização e o combate à corrupção.

Com base nesse discurso, Jânio se tornou Deputado Estadual em 1950 e prefeito da cidade de São Paulo em 1953, destacando-se com notoriedade. Uma das suas ações como prefeito foi a demissão em massa de funcionários públicos com a justificativa de enxugar a máquina pública. Foi Governador do Estado de São Paulo e sua gestão era próxima do então presidente Café Filho.

Durante o Governo de Juscelino Kubitscheck (JK) a cidade de São Paulo continuou sendo beneficiada pelo Plano de metas²⁷ e mesmo com a distância das ideias do Governo JK, o crescimento econômico da cidade fez com que Jânio se projetasse à presidência da República assumindo o governo em 31 de janeiro de 1961 tendo como vice-presidente João Goulart. A

²⁵ Adiciona-se que há pretensões de realizar uma entrevista na sede do Jornal localizado no Centro Histórico da Cidade de São Luís, onde está sediado o Jornal, para a busca de uma possível lista de assinantes do Jornal Pequeno, durante o período de análise da pesquisa. Tal estratégia busca a visualização dos locais da cidade que mais consumiam o Jornal, mas a referida entrevista até o presente momento não foi realizada por fatores externos ao pesquisador.

²⁶ Jornal Pequeno, 04/05/1961, p.2

²⁷ Com o lema “Cinquenta anos de progresso em cinco” o governo de Juscelino Kubitscheck adotou o plano de metas como uma alternativa econômica para o crescimento do país através da indústria.

figura de Jânio era contraditória e estabeleceu relações dúbias com movimentos sociais, alinhamentos com China, URSS e Cuba em detrimento de empresas e da camada empresarial mais conservadora que havia financiado sua candidatura. Mesmo em meio a essa contradição, o editorial do Jornal Pequeno se posicionou a favor de Jânio Quadros adotando o discurso de anticorrupção e a “varredura”²⁸ do ambiente político brasileiro. Em 26 (vinte e seis) de maio de 1961, Paulo Nascimento Moraes publicou:

E com o atual presidente da república está a esperança e a fé do povo, esperança e fé tantas vezes utilizadas para o engodo das lutas eleitorais, agora é caminhar pra frente, olhando o futuro e nada estará, não duvidamos, a ressurreição nacional: o progresso da pátria, total, resplandecente de sólidas reconstruções nacionais. (Jornal Pequeno, .26/05/61, p. 2)

Entre 1961 e 1964, o Jornal Pequeno publicou em seu editorial textos com títulos como “ditadura ou república popular?”. Esse cenário se deu com o momento de instabilidade política instaurada no país após renúncia de Jânio Quadros e ascensão de João Goulart na cadeira presidencial.

Antes do golpe no ano de 1964, o também escritor do Jornal Pequeno, Eyder Paes, sugeriu um posicionamento enfático acerca de qualquer processo ditatorial em matéria publicada em fevereiro daquele ano:

No Estado Novo que era uma ditadura branda, houve tantos crimes, violências e desmandos pelos agentes do poder, favorecidos pela impunidade que caracteriza todo sistema policial. Os regimes de força não respeitam os direitos, violam os princípios de defesa da pessoa humana, estrangulando a consciência da pátria. Ditadura é um governo de uma minoria que impõe sua vontade a todo país através de um criminoso processo de cerceamento da opinião nacional. A ditadura suprime a liberdade e sem condições de liberdade o homem torna-se um fantoche, por que perde o direito de se pensar, de discordar do que é injusto, subjugado ao castigo do silêncio. (Jornal Pequeno, 14/02/64, p. 3)

O cenário estava pronto para o golpe. Desde a vinda de João Goulart para o Brasil após a renúncia de Jânio Quadros, militares e conservadores da elite conturbavam o cenário político brasileiro pela deposição da chapa que havia sido eleita democraticamente. O apoio de movimentos sociais e figuras políticas como Lionel Brizola, mantiveram de pé o governo de Jango mesmo com os acordos estabelecidos pelo parlamento reduzindo os poderes do presidente. O primeiro presidente *parlamentarista* da história conseguiu apoio popular para o *presidencialismo* via plebiscito, no entanto, não resistiu aos grandes empresários e ao apoio norte americano para a desestabilização política e social que culminaria num golpe de estado.

²⁸ Relação com o slogan do governo de Jânio “varre,varre, vassourinha, varre varre a bandalheira”

Dessa forma, o Jornal Pequeno publicou no primeiro dia do mês de abril de 1964: *“Agoniza o Regime da liberdade no Brasil”*

Um movimento importante para perceber a dinâmica de publicação do Jornal Pequeno é que este publicava matérias de outros jornais do Brasil em suas páginas. Ainda no dia primeiro de abril o JP noticiou uma matéria publicada do jornal Última Hora do Rio de Janeiro: *“ÚLTIMA HORA: Tropas do I Exército estão se deslocando para Minas com a missão de sufocar o movimento rebelde. Foi exonerado o comandante do IV Exército que não acatou a decisão.”* (JP, 01/04/1964, p.1).

No caso acima, a matéria reporta sobre o movimento de sublevação articulado pelo General Olímpio Mourão Filho em Minas Gerais com o apoio do seu então governador Magalhães Pinto. O levante contava com a marcha de 6 mil soldados para o estado da Guanabara. Nesses termos, o Jornal Pequeno publicou a decisão de João Goulart em combater o movimento contra a presidência.

PRONTIDÃO GERAL- O ministro de Guerra distribuiu circular a todos os comandantes dos 4 exércitos, comunicando que após o seu restabelecimento retomou o expediente de sua Pasta, tendo ordenado a prontidão geral de todas as unidades do País. Disse o Gal. Jair Dantas que a ordem será mantida a qualquer preço.²⁹

Ainda no dia primeiro de abril de 1964, o Jornal Pequeno publicou matérias do dia 31 de março reportando os movimentos que haviam acontecido no Rio de Janeiro publicadas por outros jornais. Em outra reportagem o JP conta sobre a invasão dos militares ao Jornal do Brasil com o título: *“TROPAS OCUPAM JORNAIS: Continua dramática a situação nacional. Tropas de fuzileiros armadas de metralhadoras, ocuparam o Jornal do Brasil não permitindo a entrada de ninguém”* (JP, 01/04/1964).

No dia 2 (dois) de abril o JP abriu espaço para o discurso de Lionel Brizola em que ele anuncia que não houve renúncia. O que sabemos é que João Goulart assim que percebeu a ameaça vinda Minas Gerais e a adesão do I Exército, foi para Brasília e posteriormente para o Rio Grande do Sul para tentar uma contrapartida com Brizola. Entre os dias 4 (quatro) e 5 (cinco) de abril as matérias intitulavam-se “Degola geral”, “Clima de Confusão”. Nesta última publicada no dia 5 um escritor com pseudônimo de nome “X-23” publica:

O Brasil vive um clima de confusão. A Alma sazonal acha-se profundamente apreensiva. A vida Brasileira, sofreu um impacto violento caindo na anarquia. A ambição de poder dos grupos da direita cujos os interesses chocam entre si arrastou a Pátria à desordem social. Sente-se que uma grave ameaça para

²⁹ Jornal Pequeno, 01/04/64, p.1

sobre os destinos da república que atravessa um momento crítico da sua história.³⁰

No dia seguinte, após as publicações do Jornal Pequeno, o proprietário do JP, Ribamar Bogéa foi convocado a comparecer no 24º batalhão da cidade de São Luís a fim de prestar esclarecimentos sobre as matérias publicadas no dia anterior. Não há relatos do que aconteceu naquele dia, no entanto, o dia 06 de abril de 1964 o Jornal pequeno publica a seguinte “Nota da Redação”:

O Jornalista Ribamar Bogéa, diretor proprietário do Jornal Pequeno foi chamado ontem à presença do seu Cel. Comandante da guarnição Federal a fim de prestar esclarecimentos sobre o paradeiro do senhor Pirauncy Gomes de Castro e de outros jornalistas que assinaram artigos publicados em nossa edição de ontem tendo também comparecido ao nosso quartel do 24 BC os nossos redatores Eyder Paes e Luís Vasconcelos...”³¹

Em outro trecho da Nota o redator afirma que:

Na oportunidade fomos informados que o movimento de libertação nacional surgido em Minas Gerais e em S.Paulo, não foi de iniciativa dos governadores Magalhães Pinto e Adhemar de Barros como tanto apregoaram as emissoras da Cadeia da Legalidade e sim produto do patriotismo de bravos oficiais das nossas Forças Armadas, não se justificando aquele tópico da primeira página de ontem que falava em revolução financiada pelo capital estrangeiro.³²

A “reportagem do dia anterior” apontada na citação acima não foi encontrada nos periódicos analisados. O fato é que os argumentos usados pelos militares para intimidar o proprietário do Jornal Pequeno e todos aqueles que compareceram ao 24º batalhão naquele dia, eram verdadeiros. Sabe-se que os governadores de Minas e São Paulo tinham interesses atrelados a classe dominante que queria o golpe juntamente com os militares. Além disso, a historiografia provou a relação de financiamento dos Estados Unidos em todos os golpes militares na América (FICO, 2008).

A nota continuou:

Colaborando com aqueles que desejam ver a paz reinar em todos os recantos deste país, a direção do Jornal Pequeno achou por bem impedir temporariamente a publicação de quaisquer comentários políticos, sejam da direita, da esquerda ou do centro, inclusive os assinados, limitando-se nestas folhas nesses dias, a divulgar apenas reportagens e informações da cidade, do país e do exterior para que os nossos leitores tenham conhecimento do que ocorre em todos os recantos do Mundo.³³

30 Jornal Pequeno,05/04/64, p. 2

31 Jornal Pequeno,06/04/64, p.1

32 Jornal Pequeno,06/04/64, p.1

33 Jornal Pequeno,06/04/64, p.1

O Jornal Pequeno, para não sofrer maior intervenção, acatou a recomendação do 24º Batalhão e a partir do dia 06 de maio de 1964 as reportagens de críticas ao golpe cessaram e as críticas dos editoriais não eram tão efetivas, o golpe não era mais objeto de críticas pelos seus editoriais. O Jornal Pequeno, a partir de então, muda o discurso de “ditadura” e “golpe militar” passando a nomear o movimento que instaurou a ditadura empresarial-militar como “Revolução”.

No dia 14 de maio, após a intervenção dos militares, a postura das publicações havia mudado. A matéria fora transcrita do Jornal do Brasil e era intitulada: *Traçado o esquema da Revolução, desde 1961*. O texto apontava dez indícios de que a “Revolução” estava sendo planejada pelos militares desde 1961, quando Jânio Quadros ainda era Presidente.

A partir das análises acima é possível concluir que o JP se manifestou contra a ditadura empresarial-militar demonstrando nos seus editoriais uma nítida oposição a qualquer tipo de movimento ditatorial. Dias após o golpe, o movimento militar mostrou o *modus operandi* que por mais de 20 anos pairou pelo cenário político nacional: a repressão.

Dentro da perspectiva gramsciana, o Jornal Pequeno servia como um *aparelho privado contra-hegemônico*, pois não coadunava com o projeto hegemônico defendido pelos militares. No entanto, a conversa no 24º Batalhão de Caçadores, no dia 5 de abril de 1964, obrigou os representantes do jornal a cumprirem as ordens do Regime empresarial-militar.

É possível afirmar com Gramsci que o conceito de *aparelho privado de hegemonia* se aplica ao fato que a partir do momento em que o Jornal Pequeno muda o posicionamento do seu editorial, seus intelectuais orgânicos, que para Gramsci são aqueles responsáveis por nacionalizar um projeto hegemônico, aderem ao projeto dos militares e das elites empresariais nacionalizando o projeto de hegemonia.

CAPÍTULO 3 - A ESTRUTURA DA REPRESSÃO

3.1 Repressão na estrutura militar

A palavra “repressão” tem um significado marcante na história brasileira. No contexto de conflitos e guerras, tem o caráter de neutralizar as ações do inimigo. No entanto, como podemos conviver com ela a partir do Estado democrático de Direito? É possível conviver com a repressão tutelada pelo Estado? E quais são os mecanismos de defesa?

A busca por estas respostas durante o período da Ditadura Empresarial-Militar no Brasil (1964-1985) é motivo de diversos trabalhos acadêmicos pelo Brasil afora. No Maranhão, o Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC) tem publicado diversos estudos sobre a Ditadura Empresarial-Militar no estado, contribuindo para a historiografia local e para entender a dinâmica de repressão por parte dos militares a jornais locais, grupos sociais, partidos políticos, etc., que protagonizaram um duro processo de perseguição contra aqueles que se opunham ao projeto hegemônico dos militares.

No segundo capítulo deste trabalho, apresentamos as análises de um ato de repressão sofrido pelo Jornal Pequeno (JP) em 06 de abril de 1964, quando os redatores do jornal foram “convidados” a comparecer no 24º Batalhão de Caçadores na cidade de São Luís para prestar esclarecimentos sobre as postagens de crítica ao golpe instituído pelos militares cinco dias antes. Após esse episódio, o Jornal Pequeno mudou sua forma de abordagem acerca dos militares e das notícias que publicaria a partir daquela data.

Na dissertação intitulada “Homossexuais e ditadura empresarial-militar brasileira: a aula oficina como ferramenta pedagógica de combate à homofobia, o historiador Jefferson Maciel Lira investigou como a homossexualidade foi percebida pelos militares, analisando os discursos em defesa da moral e utilizando a escola, igreja e outros espaços para a prática da repressão.

Nesta ocasião, o autor analisou o posicionamento do Jornal Pequeno, o Jornal do Dia e o Jornal O Estado do Maranhão. Lira investigou um trecho publicado pelo Jornal Pequeno acerca do seu posicionamento institucional sobre os homossexuais, que eram intitulados como “transviados”.

A Lei não proíbe que o indivíduo se vista como bem entende, contanto que o faça em sua própria casa, longe das vistas do público. Pode andar de vestido de mulher, de porco, de onça, com cabeleira frisada, maquiagem feminina ou bovina, como bem entenda. Isso não tem a menor importância se o indivíduo não passar além dos batentes da sua casa (Jornal Pequeno, 1969).

Nesse contexto, a leitura feita na citação acima é autoexplicativa. Além das falas homofóbicas e misóginas contidas no texto, é necessário apontar que este mesmo periódico se posicionou contra o projeto dos militares cinco anos antes desta postagem. Portanto, o autor aponta outra lógica de repressão no regime de exceção iniciado em 1964: a repressão moral.

Pensar a repressão é um fator determinante para compreender a Ditadura Empresarial-Militar. A criação de instituições militares para “estabelecer a ordem” na censura a jornais, músicas, além da criação de estruturas de espionagem, foram objeto de estudo do historiador Carlos Fico. Segundo ele, os militares chegavam a criar situações para um cidadão qualquer, sendo ou não um suspeito, que poderia ou não ameaçar a moral dos militares, para considerá-lo subversivo e torturá-los (Fico, 2003).

O historiador Jacob Gorender afirma que os pontos marcantes do período militar foram descobertos; no entanto, os detalhes e as atuações individuais podem nos fornecer revelações mais significativas sobre os fatos (Gorender, 1987). Carlos Fico, por sua vez, afirma que é necessário descobrir novas fontes provenientes do governo ou em arquivos sigilosos (Fico, 2003, p. 173).

Fico afirma que, embora tenhamos assimilado a informação de que os militares queimaram fontes, os arquivos dos antigos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) ainda são objeto de análise para pesquisas em todo o país (Fico, 2003). No Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), por exemplo, existe uma gama de possibilidades para pesquisas sobre a ditadura empresarial militar no Maranhão a partir das análises de testamentos, publicações de jornais, imprensa alternativa, dossiês, ofícios de subversão, etc.

Além disso, um aspecto importante para entender a lógica de atuação militar era a criação de um consenso a partir das propagandas lançadas com a proposta de legitimar um “bem-estar social”. A intenção era maquiagem as reverberações provenientes das repressões do regime de exceção. Desta forma, notamos que por trás de toda estrutura militar para fins políticos e econômicos, a montagem de um aparelho repressivo não ficou em segundo plano, pelo contrário: a estrutura capitaneada pelos militares com a intenção de punir, torturar, privar e até matar em nome da manutenção da ordem do aparelho estatal gerou um clima de tensão e medo no Brasil durante o regime ditatorial.

O conceito de Terror de Estado (TDE), defendido pelo professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Enrique Serra Padrós, é importante para entender a dinâmica de repressão adotada pelos militares a partir de 1964. Padrós aponta que esse mecanismo foi utilizado para consolidar as propostas da Doutrina de Segurança Nacional

(DSN), visando aos interesses da elite local e do capital estrangeiro que financiou as ditaduras latino-americanas do Cone Sul, a partir da década de 1960. Desta forma, cabe ressaltar que a intenção dos militares era intimidar as tendências de questionamentos sociais a fim de neutralizar a atuação daqueles que eram considerados subversivos (Padrós, 2007). Para Padrós, o estudo da Doutrina de Segurança Nacional não diz respeito apenas ao modus operandi das forças militares que atuaram na repressão durante o período militar, mas também às graves violações dos direitos humanos, cuja ausência de respostas representam feridas não cicatrizadas na história dos regimes autoritários em toda a América Latina.

Nesse contexto estrutural da repressão, os militares tinham o Serviço Nacional de Informações (SNI), incumbido de coletar informações relacionadas às conspirações antes e depois do golpe. Já no governo de Juscelino Kubitschek, foi criado o Sistema Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), idealizado por Golbery do Couto e Silva (Fico, 2003, p. 175). A figura de Golbery, o ministro Chefe da Casa Militar, o general Jayme Portela de Melo e o general Costa e Silva tornaram-se cruciais para entender as dinâmicas da repressão no regime autoritário, por meio de uma rede de espionagem criada para monitorar os subversivos.

Além disso, a criação da Assessoria Especial de Segurança (AESI) foi motivada pelo prestígio de seus chefes. As AESIs eram assessorias de um “órgão macro” subordinado ao Conselho de Segurança Nacional, destinadas a auxiliar nas investigações e práticas de espionagem.

As iniciativas para criar órgãos públicos de espionagem prosseguiram. O “Plano Nacional de Informações”, aprovado pelo SNI, consistia em uma área de espionagem integrada àquele conglomerado institucional. Outra iniciativa dos “linhas duras” foram os Departamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), que combinavam a coleta de informações com a execução de penas e torturas.

Conforme Carlos Fico, o DOI realizava todo o processo de investigação, coletando recortes de jornais e reunindo provas, enquanto o CODI aplicava castigos, torturava e até executava. Fico menciona ainda outros órgãos internos, como o Centro de Informações do Exército (CIEX), o Centro de Informação de Segurança da Aeronáutica (CESI) e o Centro de Informação da Marinha (CENIMAR). Todos esses órgãos públicos contavam com o respaldo do Estado e tinham como objetivo principal combater a subversão (Fico, 2003).

Também foi criada a Comissão Geral de Investigações (Sistema CGI), destinado a punir homens públicos envolvidos em escândalos de corrupção e enriquecimento ilícito (Fico, 2003,

p. 187). No entanto, o sistema teve vida curta, uma vez que os militares também estavam envolvidos em corrupção.

No Maranhão, em fontes disponíveis no Arquivo Público do Estado, são encontradas várias fichas de cidadãos julgados por militares como “subversivos” e que muitas vezes nem sabiam que eram notificados. Logo, a criação desse braço institucional formado para reprimir os “subversivos” poderia julgar banalmente qualquer cidadão que vivesse uma rotina um pouco diferente dos demais. Afirma-se que um professor universitário militante de esquerda poderia ser considerado um problema sério para os militares. Essa atuação se baseava em um discurso de combate à luta armada e guerrilhas urbanas, inspiradas pela Revolução Cubana em 1959. Essa associação era suficiente para legitimar perante a sociedade a atuação dos órgãos de repressão.

Por outro lado, tivemos no Brasil movimentos de grupos armados que queriam resistir à ação dos militares. Casos conhecidos como o Movimento Nacionalista Revolucionário iniciaram as aproximações com os guerrilheiros cubanos. A partir deste movimento, formou-se um grupo de guerrilha para atuar na Serra do Caparaó em Minas Gerais; a ideia era agir como em Sierra Maestra em Cuba, aproximando os guerrilheiros dos camponeses para consolidar a revolução. Destaca-se a Aliança Libertadora Nacional, ressaltando a figura de Carlos Marighella, morto em 1969 por forças policiais na cidade de São Paulo, e a Vanguarda Popular Revolucionária, cujo nome em destaque foi Carlos Lamarca, que foi morto na Bahia em 1971.

A Guerrilha do Araguaia se apresenta como uma alternativa de resistência no campo. O historiador Victor Gabriel Costa, na obra “A Cobertura da Guerrilha do Araguaia nos jornais “A Classe operária” e “Jornal do Brasil” (1972 – 1979)”, aponta que este movimento foi um ato de resistência contra a Ditadura empresarial-militar, destacando as demandas dos trabalhadores rurais por terra (Costa, 2024). Os militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) se dirigiram à região do Bico do Papagaio, entre os Rios Araguaia e Tocantins; no entanto, o movimento foi sufocado em 1975.

As soluções para os conflitos citados acima se deram através da atuação efetiva de uma força armada respaldada pelo Estado. Com a justificativa de manutenção da Segurança Nacional, isto é, proteger o país das ideias socialistas e do comunismo pregadas pelos movimentos de esquerda, era o argumento utilizado para legitimar o discurso de atuação dos órgãos de repressão. Junto a isso, as estruturas de repressão estavam respaldadas no campo jurídico. Os Atos Institucionais eram um braço do Judiciário para respaldar legalmente as ações dos órgãos de repressão, ampliando os poderes do Executivo.

3.2 Os atos institucionais e o Jornal Pequeno

A ruptura do estado democrático de direito, protagonizada pelo golpe que destituiu João Goulart em março de 1964, foi legitimada juridicamente pela efetivação dos Atos Institucionais. Estes atos concediam poderes aos militares para atuarem de forma conveniente à concretização do projeto de exceção liderado pelos militares, em nome da ordem e proteção do país contra o comunismo.

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória³⁴

O trecho acima faz parte da ementa do Ato Institucional Número Um (AI-1). Percebe-se que o texto não nega sua perspectiva radical, afirmando que esta postura é necessária para que se consolide a “revolução” e esta é legitimada pelo Poder Constituinte que, naquele momento, eram os militares. Segundo Marcos Napolitano, o principal objetivo dos Atos Institucionais era dar um reforço legal ao Poder Executivo e, particularmente, à Presidência da República dentro do sistema político (Napolitano, 2014, p. 12).

Ao todo, entre 1964 e 1977, foram 17 atos principais e 104 atos complementares. Ao lado dos famosos “decretos secretos”, constituem a tessitura principal do emaranhado de leis que marcaram a consolidação dos princípios autoritários do sistema jurídico-político na vida brasileira (Napolitano, 2014, p. 13).

Portanto, os Atos Institucionais, juntamente com os Atos Complementares, marcaram o processo de transição entre o golpe e a institucionalização de uma ditadura autoritária, estabelecendo manutenções das liberdades estabelecidas pelos militares amparados pela lei, observando um distanciamento das características moderadoras que se apresentaram no golpe para um processo de endurecimento do regime empresarial-militar.

Nesse contexto, o Jornal Pequeno não ficou alheio a essas informações. Após o ato de repressão sofrido em 5 de abril de 1964, o Jornal Pequeno cumpriu o que havia prometido em reunião com os militares do 24º BC, comprometendo-se a divulgar as ações da revolução.

A seguir, faremos uma discussão sobre os primeiros cinco Atos Institucionais conforme as reportagens exibidas pelo Jornal Pequeno, mostrando as ações motivadas pelos militares e

³⁴ Texto introdutório do Ato institucional Número Um. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm Acesso em: 16 mar. 2024.

de que forma a efetivação desses atos movimentou o cenário social e político maranhense. As análises e discussões feitas a partir daqui serviram de inspiração para a criação das paródias que serão utilizadas no produto educacional que será apresentado junto desta pesquisa.

3.3 ATO INSTITUCIONAL NÚMERO UM: “chefes da revolução”

Instaurado em 9 de abril de 1964, o AI-1 foi criado por Francisco Campos, o mesmo jurista que havia redigido a Constituição do Estado Novo em 1937, e o advogado Carlos Medeiros da Silva, conhecido por suas posturas conservadoras. O Ato estipulava algumas diretrizes, tais como: 1) O presidente poderia apresentar emendas constitucionais ao Congresso com o prazo de 30 dias para apreciação, sendo aprovadas apenas com o voto da maioria; 2) O presidente tinha poder exclusivo para apresentar projetos de lei envolvendo despesas ao Congresso; 3) O presidente possuía o poder de decretar estado de sítio por 30 dias, podendo prorrogá-lo por mais 30 dias; 4) O presidente tinha o poder de suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão e cancelar mandatos de legisladores estaduais, municipais e federais; 5) O presidente podia suspender a estabilidade dos servidores públicos por seis meses (Skidmore, 1988, p. 49).

Com o discurso de reconstrução econômica, financeira, política e moral, além da restauração da ordem, os militares sentiram a necessidade de aumentar os poderes da presidência da república, alegando que somente os poderes constitucionais seriam capazes de enfrentar o comunismo que ameaçava o país. O ato foi redigido em segredo (Alves, 1984); no entanto, era previsto, uma vez que os militares venderam um discurso de legalidade no golpe. Portanto, fazia-se necessária a legitimação de uma lei aliada a um discurso de moralização do cenário político. Como o Congresso ainda estava ativo, era necessário adotar medidas que, embora truculentas e ameaçadoras ao estado democrático de direito, precisavam estar respaldadas juridicamente. Neste momento, estabeleceu-se uma linha tênue entre a legalidade e o autoritarismo.

No Maranhão, o Jornal Pequeno publicou em 10 de abril de 1964 (um dia após a promulgação do AI-1) uma matéria com o título: “*Chefes da Revolução baixaram o Ato institucional*”. O jornal relatou que o ministro da Guerra reuniu os profissionais da imprensa

na presença dos representantes militares da Aeronáutica e da Marinha para ler o comunicado à Nação.³⁵

O referido ato em síntese, determina o seguinte: Manutenção da Constituição federal de 46 e das constituições estaduais com as modificações que se fazem necessárias para impedir a ação do comunismo, os privilégios e os *negocismos*; Eleição do substituto do Sr. João Goulart dentro de dois dias na primeira reunião que está convocada para sábado às 16h por maioria simples³⁶

Uma série de mudanças estava por vir. A primeira delas foi a revogação de uma cláusula da Constituição de 1946 que impedia os militares de serem eleitos. Isso justificou a realização de eleições indiretas para a presidência da República, na qual os candidatos eram dois militares. O que os militares chamavam de “manutenção da Constituição Federal” consistia em revogar alguns parágrafos da carta de 1946, sendo um deles que os votos de projetos de lei levados à Câmara Federal deveriam ser votados por dois terços dos deputados e não por maioria simples. Portanto, a manutenção constitucional estava em curso.

Na mesma matéria, a reportagem afirma: “Segundo o mesmo ato o presidente poderá anular vitaliciedade ou estabilidade bem como suspender direitos políticos pelo *prazo* de 10 anos bem como cassar os mandatos”. No dia 11 de abril de 1964, o Jornal Pequeno publicou: “Revolucionários iniciam a operação: 40 parlamentares já perderam seus mandatos”, publicando uma lista nominal de todos os parlamentares que haviam perdido seus mandatos dois dias após a implementação do AI-1. Nessa mesma página, o JP informou que Jânio Quadros e João Goulart perderam seus direitos políticos, ambos haviam sido os últimos presidentes do Brasil.

No dia 15 de abril de 1964, o JP publicou várias matérias na primeira página. A de destaque foi: “Hoje, posse do novo presidente”. Os militares haviam cumprido o que tinham prometido e escolhido um presidente militar dias após a promulgação do AI-1, nomeando o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Na mesma página, o JP informa que mais de 67 (sessenta e sete) pessoas tiveram seus direitos políticos cassados, desta vez sem a lista nominal. No entanto, a matéria que mais nos chamou a atenção foi a intitulada “ALTERNATIVA”, publicada no dia anterior no Rio de Janeiro.

Aos círculos políticos não passou despercebido este fato: nenhum dos extremistas que procuraram fugir da ação das Forças Armadas e da polícia tentou refugiar-se em representação de países ligados à Rússia. Isso poderia

³⁵ Alguns dos elementos do texto foram mencionados anteriormente quando listamos algumas das justificativas para a implementação do ato. Na citação acima, encontram-se alguns pontos que não foram previamente abordados.

³⁶ Jornal Pequeno, 1964, p. 1.

ser explicado por não ser geralmente reconhecido na Europa o direito de asilo. Talvez os nossos esquerdistas já muito bem prevenidos sobre isso. Outra explicação seria a de que os nossos esquerdistas são apenas teorizantes e jamais praticantes do comunismo³⁷

Neste trecho acima, os militares sugerem que aqueles considerados subversivos não pediram asilo na Rússia por duas hipóteses: na primeira, já sabiam que o asilo não era possível para países europeus; na outra, os *esquerdistas* não colocavam em prática o seu discurso. Essa tentativa faz parte do projeto militar de desacreditar os movimentos de oposição em detrimento do Golpe e do que eles chamavam de “revolução”.

Maria Helena Moreira Alves, em sua obra *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, aponta que, na promulgação do AI-1, estabeleceu-se um rompimento do apoio tácito do bloco civil-militar, dando origem à dialética Estado/oposição (Alves, 1984, p. 65). Segundo Alves, a tentativa de organizar a sociedade brasileira com base na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSN) criou uma oposição que, de certa forma, nunca foi derrotada. A luta armada, mobilização de grupos sociais no judiciário, movimentos internos entre os próprios militares, etc., a criação dos movimentos de oposição demandou a reorganização da estrutura do Estado capaz de reprimir aqueles que se opunham ao regime de exceção. Uma dessas formas era encontrar falhas no discurso dos movimentos de esquerda e manipular a opinião pública em detrimento do projeto empresarial-militar.

Como foi apontado nas diretrizes do ato institucional, os militares poderiam interferir nas cassações políticas não apenas na esfera federal, mas também na estadual e municipal. No Maranhão não foi diferente. Vários deputados tiveram seus mandatos cassados e foram impossibilitados de continuar suas legislaturas. Os argumentos para cassação mais comuns eram os de subversão. No caso mais emblemático citado pelo Jornal Pequeno foi o do então deputado Sálvio Dino³⁸, pai falecido do ex-governador do Maranhão e atual Ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino.

No dia 26 de abril de 1964, o Jornal Pequeno publicou a seguinte reportagem: *Sálvio Dino afirmou em discurso dramático: Não sou comunista e a História é que me julgará*. A reportagem estampou, na primeira página, em texto corrido, a lista de oito deputados que tiveram seus mandatos cassados acusados de subversão.

Cassação de mandatos provocou lágrimas na Câmara do Estado: revestiu-se de (*ilegível*) a sessão de ontem da assembleia legislativa (*ilegível*) foram cassados os mandatos de deputados maranhenses em face de expedientes do comando do IV exército ao poder legislativo classificando aqueles

³⁷ Jornal Pequeno, 1964, p. 1

³⁸ Advogado, ex-prefeito da cidade de João Lisboa e ex-deputado Estadual, morreu em 24 de agosto de 2020 por complicações do novo coronavírus. Sálvio Dino é membro da Academia Maranhense de Letras.

representantes como incluídos entre os que tentaram subverter a ordem pública e o regime democrático.

DISCURSO

Presentes 28 parlamentares o presidente Frederico Leda abriu a sessão informado ao plenário as razões dos trabalhos, isto é, a perda dos mandatos dos deputados Sálvio Dino, Benedito Buzar e dos suplentes Vera Cruz Marques, Joaquim Mochel, William Moreira Lima e Bandeira Tribuzi acusados de comunistas, além do Sr. José Bento Neves classificado como agitador pelas autoridades militares, perda essa que deveria ser votada pela Câmara do Estado.³⁹

Não há nas edições anteriores do Jornal Pequeno manifestações de qualquer um dos deputados citados acima que nos dessem o motivo ou justificativa para a cassação dos mandatos. Uma vez que o Jornal Pequeno já havia sido proibido de se manifestar contra os militares desde o dia 6 de abril, como vimos anteriormente. No entanto, sabemos que a acusação era de subversão e o então deputado Sálvio Dino discursou:

Esta é a minha despedida desta casa, este é o meu canto do Cisne, Sr. Presidente e senhores deputados... Minha alma chora neste instante, não porque cassem o meu mandato sob a alegação de que sou comunista, ela chora porque vejo que os meus filhos no futuro sofrerão as consequências desta injustiça, pois talvez nos bancos escolares venham a ser isolados como filho de um traidor da Pátria, de um subvertedor da ordem eu que nunca traí meus princípios democráticos nem nunca conspirei contra o regime⁴⁰

Sálvio Dino afirmou posteriormente que não havia indícios para considerá-lo subversivo e que aquele ato fazia parte de um plano político de vingança em uma suposta denúncia do então governador Newton Bello. O deputado governista Pereira do Santos desmentiu a afirmação, sendo a favor do Governador do Maranhão. Segundo a reportagem, outros deputados usaram a palavra e, num clima de nervosismo, um a um foram votando pela perda dos mandatos, mas justificando que o faziam constrangidos. O deputado Bernardo Almeida, ao justificar seu voto, afirmou: *“Tomo para mim a responsabilidade desse voto. Isento as Forças Armadas das minhas atitudes. Só desejo porém ver julgados os ladrões dos dinheiros do povo”*.

O deputado Nunes Freire, beneficiado pela saída de Sálvio Dino, se absteve do voto e afirmou: *“Nunca conquistei nada na vida à custa do sacrifício dos outros”*. O clima era de total desconforto por deputados da base do governo e da oposição.

Ao se despedirem dos seus ex-colegas o pranto (*não compreendido*) nas faces dos deputados Buzar e Sálvio Dino e parlamentares de todas as correntes

³⁹ Jornal Pequeno, 1964, p. 1

⁴⁰ Jornal Pequeno, 1964, p. 1

emocionados despediram-se em lágrimas dos ex-companheiros de luta no Palácio 11 de Agosto.

Ao final de tudo depois de lida a promulgação do ato do legislativo, deputados da oposição e do governo, desceram em silêncio as escadarias da Assembleia como se acabassem de sair de um enterro onde no túmulo houvessem ficado os mais queridos amigos.⁴¹

Na reportagem acima, percebe-se que o Jornal Pequeno dá ênfase ao fato de que os deputados cassados pelo regime autoritário foram acolhidos e consolados, inclusive pelos seus opositores na Assembleia Legislativa. Cabe ressaltar que o Jornal Pequeno se posicionava contra qualquer tipo de ditadura ou regime autoritário e apresentava-se firmemente contra o golpe de 1964 em seu editorial. Essa lógica mudou após o ato ocorrido em 6 de abril de 1964; no entanto, o Jornal não se furtou de publicar o discurso de Sálvio Dino e de outros deputados que não concordavam com a medida, embora não pudessem se posicionar contra os militares.

Outro ponto a ser destacado é que, no discurso de Sálvio Dino, há uma necessidade de negação ao comunismo; isto é, os militares já haviam estabelecido as diretrizes políticas e sociais com o ato institucional e deixavam claro que aqueles que se opusessem à “revolução” estariam contra eles. No discurso do Deputado Bernardo Almeida, é possível perceber a insatisfação com o pedido de cassação, uma vez que, para o deputado, questões mais complexas e nocivas à nação, como a corrupção, deveriam ser combatidas.

O clima de tensão estava estabelecido, tanto no Maranhão como em todos os estados do país. Os expurgos políticos e atitudes autoritárias, por vezes violentas, da Operação Limpeza deixavam claros o *modus operandi* do governo empresarial-militar. No entanto, isso estava apenas começando. A “revolução” dava indícios de que várias arbitrariedades seriam cometidas e que o estado democrático de direito já havia sido apunhalado pelos militares. O Ato Institucional Número Dois (AI-2) viria para controlar o país a partir do sistema eleitoral, sem deixar de lado o caráter repressivo das ações militares.

3.4 ATO INSTITUCIONAL NÚMERO DOIS: “Ritos da repressão”

Um ano após o golpe, os militares haviam deixado sua marca e demonstravam em que passos conduziram a “revolução”. A Constituição de 1946 estipulava que as eleições de 1965 estariam garantidas e, segundo Maria Helena Moreira Alves, o Governo Castelo Branco estaria

⁴¹ Jornal Pequeno, 1964, p. 1

num processo de transição para a normalidade, acenando o fim da Operação Limpeza e também dos IPM's, como parte de uma gradual abertura política (Alves, 1984).

Castelo havia se comprometido em deter a onda de expurgos políticos iniciada com os IPM's, no entanto, essa prática esboçou uma forte tensão nos “linhas duras”, a fim de que a Operação Limpeza fosse completada e prendessem os subversivos, pedindo ainda o cancelamento das eleições de outubro de 1965 (Alves, 1984).

No Maranhão, o Jornal Pequeno publicou, no dia 07 de maio de 1965, em sua capa, uma reportagem intitulada: *Gal. Costa e Silva, garante a operação limpeza*. O General Costa e Silva era o Ministro da Guerra do governo Castelo Branco. Era conhecido por suas medidas enérgicas e considerado “linha dura”, tese que se confirmou quando o militar assumiu a presidência da república, sucedendo Castelo Branco num período conhecido como “anos de chumbo”.

No texto intitulado “*Oceano de Podridão*”, o Jornal Pequeno republicou uma matéria publicada em Brasília no dia anterior:

Brasília, 6 (serviço especial de rádio escuta)- o titular da Guerra, Gal Costa e Silva por ocasião da homenagem às Forças Armadas, hoje na Câmara disse que os soldados voltarão aos quartéis, porém vigilantes, coesos e de arma em punho para manter os ideais da Revolução. Disse o ministro da guerra em certa altura do seu discurso: “Na vez passada procuraram livrar o Brasil do mar de lama, desta vez a Nação nadava num oceano de matérias pútridas”. O orador fez ver que a Câmara teve oportunidade de afastar os elementos nocivos, o que não foi conseguido, razão por que os militares tomaram a iniciativa. Salientou o Gal Costa e Silva que as forças armadas estão prontas para o trabalho de limpeza sem transigência de maneira a acabar com o favoritismo, o negociismo e as gatunagens que tanto vinham infelicitando a Nação⁴².

Nesse trecho, Costa e Silva reafirma o processo de manutenção da Operação Limpeza, indicando que o parlamento não tomou as atitudes necessárias para livrar o país dos corruptos. Essa atitude se encaixa no discurso de desmoralização do cenário democrático para que os militares tivessem tutela para agir em favor da Nação da maneira que achassem conveniente. Alves afirma que alguns setores da linha dura manifestavam indignação com a ausência de punição a candidaturas que foram outrora proibidas com base no AI-1, mas que os direitos políticos não foram suspensos (Alves, 1984, p. 102). Isso gerou uma crise interna entre os militares, causando uma crise no processo político-militar em que militares se manifestaram publicamente contra a restrição de liberdade eleitoral.

Além deste conflito interno, os números da economia ainda não eram satisfatórios, a taxa de inflação estava em queda, mas a recessão havia chegado, demonstrando uma taxa

⁴² Jornal Pequeno, 1964, p. 1

negativa no setor industrial. Além disso, o fantasma do populismo ameaçava os “linhas duras”. Os resultados das eleições para o Governo Estadual não foram satisfatórios.

As eleições de 1965 foram um claro sinal de que a coalizão golpista não mais se sustentava. O sistema político e partidário, acuado, conseguiu se rearticular dentro das possibilidades e lançar candidaturas independentes. A eleição dos governadores da Guanabara (Negrão de Lima) e de Minas Gerais (Israel Pinheiro), ligados a JK, causaram comoção nos quartéis. As pressões da direita militar pelo expurgo radical dos políticos “populistas” não se contentavam com a erradicação da ala esquerda (Napolitano, 2014, p. 17).

As eleições de 1965 externavam um retrato, embora setorizado, de uma parcela que não coadunava com a postura dos militares. As eleições não eram mais um mecanismo periódico para decidir quem eram os representantes da sociedade, mas se tornaram um ato de protesto, gerando um ar de desconfiança nas políticas do Estado. Dessa forma, os partidos que mais se beneficiavam com esse discurso eram aqueles que se posicionavam contra o governo. Estudantes, lideranças sindicais, intelectuais e os demais que sentiram a ação repressiva do Estado viram nessas eleições a oportunidade de registrar o seu protesto.

No dia 26 de outubro de 1965, o Jornal Pequeno publicou em destaque na sua primeira página: *“Poderá a revolução fechar o Congresso”*. O texto publicado cita o embate entre a oposição e governistas acerca do discurso do deputado Doutel de Andrade, que delega a má condução do governo às crises políticas, afirmando que esta não surgiu no Congresso, nos sindicatos e nem nos meios estudantis, mas sim nos atentados à própria constituição promovidos pelo governo. Além disso, a possibilidade de um novo ato institucional estava em curso com a premissa de fechamento do Congresso (Jornal Pequeno, 1965, p. 1).

No dia 27 de outubro de 1965, o Jornal Pequeno publicou uma matéria do dia anterior⁴³, relatando sobre o clima de tensão no Congresso Nacional:

EXÉRCITO, AERONÁUTICA E MARINHA EM ESTADO DE ALERTA. Brasília, 26 (Especial) – Os ministros da Guerra, aeronáutica e marinha passaram a tarde reunidos com o presidente da república e evitaram contatos com a imprensa, permanecendo em lugares reservados no Palácio do Planalto. Informou-se que os três passarão a noite em Brasília e estão de sobreaviso. Durante o expediente vespertino da Câmara dos deputados, vários parlamentares fizeram uso da palavra e teceram severas críticas ao Governo Federal relacionados com as mensagens visando aumentar os poderes da Revolução. Contrariando a praxe do Congresso a votação será iniciada no Senado onde se afirma que é tranquila a aprovação das mensagens. Somente a bancada Petebista reafirma o seu ponto de vista contrário à aprovação das proposições governamentais. Deputados do PTB ocuparam a tribuna da Câmara e decorreram violentas críticas ao Governo conclamando as lideranças para não aprovarem as mensagens do executivo e sim outra

⁴³ Era comum que os jornais maranhenses publicassem matérias de outros estados. Nesse exemplo, o Jornal Pequeno publicou, em 27 de outubro, uma reportagem veiculada em Brasília no dia 26 de outubro.

mensagem de uma rede única de frente. Segundo o deputado Rui Campos, deverão votar pelas proposições 59 deputados do PSD, 69 da UDN, 21 do PTB, 19 do PSP, 15 do PDC, e 20 parlamentares dos pequenos partidos⁴⁴.

A presença das forças militares tinha a função de intimidar a votação dos resultados da oposição. Os deputados do PTB historicamente se posicionaram contra os militares; no entanto, independentemente da legenda, o Congresso, em sua maioria, estava confiante na não aprovação por parte da maioria, uma vez que as propostas de intervenção prejudicariam o pleito eleitoral seguinte, ou seja, prejudicariam os próprios deputados e o processo democrático. Nesse contexto, em outra matéria na mesma página, o *Jornal Pequeno* publicou:

EXPECTATIVA EM TODO PAÍS.

Brasília, 26 (Especial) – Reina Grande expectativa nesta capital e em todo país quando o Congresso Nacional terá de se pronunciar sobre a aprovação ou rejeição dos projetos enviados pelo Presidente da República, entre eles o caso de intervenção federal nos Estados. Vários líderes parlamentares afirmaram hoje que é muito difícil ao Governo encontrar número para a aprovação das mensagens. Líderes do governo na Câmara e no Senado afirmam que não temem resultado desfavorável no Congresso, confiantes que são no espírito patriótico dos parlamentares brasileiros.⁴⁵

Sobre esse dia em Brasília, Alves (1984) apontou que haveria indícios de recusa das emendas por parte do Congresso Nacional e que isso poderia acarretar imposição de um ato institucional por decreto do Executivo. No entanto, essa medida provocaria uma crise institucional, acirrando as tensões entre os militares. Era óbvio que os representantes militares mais esclarecidos preferiam que o Congresso votasse as medidas sem necessidade de decreto (Alves, 1984, p. 109-110).

Com a ameaça de vitória de mais candidatos de oposição que, em tese, ameaçavam os militares, uma atitude precisaria ser tomada. Para Skidmore, Castelo foi pressionado pelos “linhas duras” a tomar uma atitude mais enérgica para a manutenção da “revolução”. Em 27 de outubro de 1965, é promulgado o AI-2 com 33 artigos, nos quais são ampliados os poderes do presidente, é decretada a extinção dos partidos políticos, podendo existir somente dois partidos: Arena, que era considerada governista; e o MDB, visto como partido de oposição. Além disso, o presidente poderia prorrogar o estado de sítio por 180 dias sem consultar o Congresso, mantendo ainda as cassações políticas e permitindo que civis fossem julgados por tribunais militares.

⁴⁴ *Jornal Pequeno*, 1965, p. 1

⁴⁵ *Jornal Pequeno*, 1965, p. 1

No dia 28 de outubro de 1965, o Jornal Pequeno mencionou o novo ato institucional. A notícia não foi destaque devido a um naufrágio na região metropolitana de São Luís, mas ainda publicou o seguinte texto:

PRONTO O ESTADO DE SÍTIO

Rio,27 (ESPECIAL) – O titular da Justiça concedeu entrevista coletiva à imprensa, hoje, quando declarou textualmente: “O ato institucional n.º 2 não foi promulgado para impressionar ou para amedrontar. Foi feito para ser executado. Este não é um governo de blefe e sim um governo em luta pelo bem coletivo com plena convicção. É um governo que não abusa da força, mas que tem consciência do seu dever democrático” E frisou: “O ato n.º 2 é uma arma excepcional, mas que somente será utilizada pelo governo na medida em que for necessária”. Confirmou que o decreto no Estado de Sítio já está redigido, bem como medidas complementares, que somente serão postas em prática em caso absoluta necessidade⁴⁶.

No trecho acima, no pronunciamento de um membro do governo, é evidente o caráter informativo, porém ameaçador, dos militares acerca do AI-2. Expressões como “foi feito para ser executado” e “não abusa da força, mas tem consciência do dever democrático” evidenciam que o Executivo, comandado pelos militares, não estaria disposto a dialogar com qualquer ideia que estivesse em desacordo com o que os militares haviam estabelecido. O uso do ato como uma “arma” que será utilizada apenas se necessário é contraditório, uma vez que apenas os militares julgavam a necessidade de efetivação das medidas que eles próprios estabeleceram.

3.5 ATO INSTITUCIONAL NÚMERO TRÊS: “Indiretas Já”

Com as novas diretrizes propostas pelo Ato Institucional Número Dois, a repressão militar assume sua forma ditatorial, não mais camuflada pela fumaça democrática. Segundo Napolitano (2004), o Ato Institucional Número Três (AI-3) foi um complemento do AI-2. As eleições indiretas para governadores estavam desenhadas e esse seria o próximo passo dos militares, pois o governo temia a perda do controle político da federação e, sobretudo, a volta civil pela via eleitoral (Napolitano, 2004, p. 21). Segundo Skidmore, o AI-3 foi feito para “proteger as eleições”, em que prefeitos das capitais de cidades consideradas importantes para a manutenção da segurança nacional seriam nomeados pelos governadores. “O governo estava reconhecendo que não podia mais dar-se ao luxo de se arriscar a eleições abertas e diretas em qualquer nível que interessasse” (Skidmore, 1988, p. 107).

No entanto, as articulações de oposição para lutar contra os militares precisavam avançar, uma vez que as medidas arbitrárias tomadas pelos militares deturpavam os interesses

⁴⁶ Jornal Pequeno, 1965, p. 1

democráticos. Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, que inicialmente apoiaram o golpe militar, romperam com o governo e ambos foram cassados. No entanto, criaram a Frente Ampla para lutar contra os abusos dos militares. A atuação desse grupo se dava inicialmente por meio de manifestos em jornais no sul do país. Napolitano (2004) afirmou que, apesar das críticas, o tom dos manifestantes da Frente Ampla era de apelo ao diálogo, na esperança de uma alternativa negociada para o impasse do isolamento político no qual o regime parecia estar imerso.

Enquanto isso, no Maranhão, o cenário político se desenhava favorável aos militares. Nas eleições para o governo do Estado, José Sarney havia sido eleito pela UDN. Com o bipartidarismo imposto pelo AI-2, o governador eleito filiou-se ao ARENA. No dia 20 de novembro de 1965, o Jornal Pequeno publicou a seguinte reportagem:

SARNEY EXALTA A REVOLUÇÃO – Falou durante 30 minutos a uma cadeia de emissoras do país.

RIO,19 (Especial) – O governador eleito do Maranhão, Sr. José Sarney, falou ontem à noite durante 30 minutos, numa cadeia de emissoras brasileiras sob o comando da rádio nacional do Rio de Janeiro... Destacou Sarney as grandes vitórias da revolução de 31 de março no setor agrário, no setor econômico e até mesmo na esfera política realçando a lei das inelegibilidades e da emenda do Domicílio Eleitoral... Fez ver que a extinção dos partidos políticos não constituiu uma novidade uma vez que os partidos já estavam extintos pelo próprio processo político nacional e pela própria vontade do eleitorado que não obedecia mais a nenhum sentimento partidário.⁴⁷

A figura de José Sarney é emblemática no Maranhão. No imaginário maranhense, a oligarquia Sarney tem influência histórica nas decisões políticas do Estado, o que desemboca em questões sociais como o atraso em infraestrutura, educação e diversos índices socioeconômicos. José Sarney foi eleito governador do Maranhão e durante todo o período ditatorial esteve filiado ao ARENA, partido vinculado aos militares.

Durante o processo de transição e redemocratização política, Sarney se projetou como vice-presidente da primeira república e, com a morte de Tancredo Neves, José Sarney tornou-se o primeiro presidente eleito democraticamente por eleições diretas pós-ditadura empresarial-militar. No texto acima, Sarney demonstra diálogo com os militares e aceitação do bipartidarismo como uma medida política assertiva, passando pela desmoralização da dinâmica política vencida pelos militares.

No dia 4 de fevereiro de 1966, o Jornal Pequeno publicou, na segunda página, uma pequena menção à nova medida que seria aplicada pelos militares.

ELEIÇÃO INDIRETA NOS DEMAIS ESTADOS-Poderá ser editado um novo ato institucional

⁴⁷ Jornal Pequeno, 1965, p. 1.

RIO, 4 (ESPECIAL) – O senador Mem de Sá, atual titular da pasta da justiça confirmou, falando à reportagem que o presidente da república está tratando da regulamentação de eleições indiretas para os Estados informando ainda se essa regulamentação se fará por meio de outro ato institucional ou se fará por um simples ato complementar⁴⁸.

Nota-se na reportagem que o senador, titular da pasta da Justiça, ainda punha em dúvida a implantação de um Ato Institucional ou de um ato complementar. No entanto, a dúvida não subestimava a gravidade da violação no processo eleitoral/democrático. O estabelecimento de eleições indiretas para as capitais dos estados era uma ferramenta de controle poderosa nas mãos dos militares para consolidar o projeto militar. Se pudssemos estabelecer uma movimentação da atuação dos militares conforme as esferas de poder no campo político, podemos dizer que eles começaram a “revolução de cima para baixo”, uma vez que esse movimento se inicia com a destituição de um presidente da república, cassação de deputados federais, cassação de deputados estaduais, impugnação de candidaturas para os governos estaduais, nomeação de governadores e prefeitos.

No dia 5 de fevereiro de 1966, foi emitido o AI-3. Este dava aos governadores o direito de indicar os nomes dos prefeitos das capitais brasileiras aprovados pelas suas respectivas assembleias legislativas. Os senadores poderiam exercer, com licença prévia do Congresso, a função de prefeito de Capital. Essas medidas aumentaram drasticamente o controle dos militares; isto é, o governo tinha sob sua tutela a presidência da república, o Congresso Nacional, os governos estaduais e as prefeituras das capitais.

3.6 ATO INSTITUCIONAL NÚMERO QUATRO: “A carta”

Durante o processo eleitoral conduzido com base no AI-3, muitos pleitos foram acusados de corrupção, ilegalidade e compra de votos. Alves (1984) afirmou que o processo foi feito à base de intimidação militar. Cidades de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul tiveram seus processos eleitorais acompanhados por tropas militares. Essa justificativa seria a válvula propulsora para justificar uma atitude mais drástica para “limpar” o processo eleitoral. O cenário parecia favorável para a mudança, pois o ARENA havia vencido em maioria; dessa forma, o governo precisava atuar em um campo que o resguardava juridicamente, cujas medidas fossem permanentes, uma vez que os atos institucionais tinham prazo de validade. Era necessária a mudança da constituição.

⁴⁸ Jornal Pequeno, 1966, p. 2

O Jornal Pequeno publicou, no dia 24 de novembro de 1966, em destaque na primeira página, a notícia:

Será editado um novo ato institucional - Tramitação da nova Carta”
BRASÍLIA,23, ESPECIAL- A partir das 16 horas de amanhã, a Comissão de Justiça da Câmara passará a se reunir para examinar o texto do Conselho de Segurança Nacional, dando ciência do decreto presidencial que cassou os últimos mandatos. Já se encontram em Brasília os deputados suficientes para garantir o quórum da sessão. Cerca de 30 deputados do MDB começaram a estudar a divulgação de um protocolo pelo qual todos os signatários se comprometem a tomar uma atitude coletivamente. O líder do MDB, deputado Vieira de Melo, declarou que não está articulando a formação de um partido popular preconizado pelo acordo firmado entre Juscelino e Carlos Lacerda. Fontes do Ministério da Justiça revelaram que o Marechal Castelo Branco vai editar brevemente o Ato institucional n.º 4 que regulamentará a tramitação ao projeto da nova constituição⁴⁹.

Mesmo com as medidas políticas estabelecidas pelos Atos Institucionais, a Frente Ampla era pauta das questões no Congresso pela influência que Carlos Lacerda e Juscelino tinham no espectro nacional. Além disso, algumas empresas do ramo empresarial, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), mesmo apoiando o regime, exigiam mudanças no setor econômico. Isto é, a política econômica adotada pelo governo não era unanimidade entre seus pares, pois para os empresários não bastava controlar a inflação, mas retomar o crescimento industrial (Napolitano, 2004, p. 23).

No dia 07 de dezembro de 1966, foi baixado o Ato Institucional Número Quatro (AI-4), com a intenção de modificação da Constituição. O projeto foi aprovado por 223 votos a 110 na Câmara dos Deputados e por 37 a 17 com 7 abstenções no Senado. Nos termos do ato, a comissão teria 72 horas para votar o projeto da constituição.

O MDB continuou protestando. Em matéria do Jornal Pequeno, no dia 10 de dezembro de 1966, o Jornal Pequeno publicou:

ONDA DE CRÍTICAS À NOVA CONSTITUIÇÃO – Manifesto da oposição RIO,9 (ESPECIAL) – Esteve reunido, hoje na Guanabara, o Gabinete Nacional do MDB, ocasião em que examinou amplamente o texto da futura constituição, no final dos trabalhos foi distribuída à imprensa, a seguinte nota:
- O gabinete da Executiva Nacional do MDB, reunida para examinar os últimos atos do governo revolucionário, relacionados com o problema da reforma constitucional, resolveu:
1º- Manifestar sua repulsa ao Ato Institucional n.º 4 por ter termos realmente afrontosos à competência do Congresso Nacional.
2º- Repudiar o projeto da Constituição já publicado que se pretende encaminhar ao Congresso Nacional por ser de índole autoritária e incompatível à segurança do desenvolvimento do país e ao resguardo do interesse da coletividade
3º- Dar conhecimento das providências do poder executivo, convocando a comissão diretora nacional para, com a presença dos representantes

⁴⁹ Jornal Pequeno, 1966, p. 1

parlamentares, fixar a orientação definitiva do partido dentro do critério de resistência e luta em defesa da ordem democrática e da Justiça⁵⁰.

Em outro trecho da mesma matéria, foi publicado o seguinte trecho:

CONGRESSO ESCRAVIZADO

SALVADOR, 9 (ESPECIAL)- O Advogado Sobral Pinto que se encontra nesta capital fez severas críticas ao Governo Federal e ao ante-projeto de reforma da Constituição. Disse ainda que o ato institucional n.º 4 é uma monstruosidade. Acrescentou que este novo ato escraviza totalmente o Parlamento e que os congressistas que vão votar a matéria estarão subjugados pelo Executivo.

NOVA CARTA É MALDOSA

RIO,9 (ESPECIAL) – O deputado Oscar Dias Correia iniciou ontem o exame minucioso, artigo por artigo, do texto da nova constituição e declarou que existe muita maldade na nova Carta adiantando que pelo Ato Institucional n.º 4 o Congresso não vai votar cousa nenhuma e apenas contestar uma carga indireta⁵¹.

Pela primeira vez, o Jornal Pequeno publicou a versão da oposição sobre um ato institucional. Nas edições analisadas, não encontramos o posicionamento de políticos maranhenses em nenhuma esfera, seja federal, estadual ou municipal. No entanto, nota-se nesta edição que houve interesse em publicar duas páginas sobre a insatisfação da oposição em relação ao AI-4.

Na segunda página, o presidente do MDB de São Paulo, Senador Lino de Matos, teve acesso ao texto do anteprojeto da reforma constitucional proposta pelo AI-4. O senador chamou a atenção para a concentração de poder nas mãos do Presidente da República e a quebra de autonomia das capitais. Sobre o ato institucional, o Senador destacou como uma “jogada de mestre” do governo que promoveu uma troca de papéis, isto é, ao invés da oposição obstruir a tramitação da matéria para impedir sua aprovação dentro do pequeno prazo estipulado pelo AI-4, este papel será de responsabilidade da ARENA, que impossibilitou a aprovação de qualquer emenda.

Nesta mesma página (segunda), no dia 10 de dezembro, o Jornal Pequeno publicou ainda uma reportagem intitulada: “*Ato Institucional Humilha o Congresso – Presidente com Super Poder*”. A matéria não emitiu nenhuma opinião sobre o ato ou as alterações propostas pela criação da nova constituição; apenas apresentou a ementa e os artigos do ato. No entanto, é importante identificar que nesta página contém um pronunciamento do líder da bancada do MDB, senador Lino de Matos, em tom de crítica e um título de matéria um tanto quanto tendenciosa, uma vez que a expressão “humilhação” poderia ser contestada pelos militares

⁵⁰ Jornal Pequeno, 1966, p. 1

⁵¹ Jornal Pequeno, 1966, p. 1

como ação necessária para a manutenção da “revolução”. A expressão “super poder” pode ser lida como um ato de grandeza, ao mesmo tempo que remonta a ideia do poder que vai além do que se pode ter. Teria sido essa a intenção do Jornal Pequeno?

Isto posto, a constituição tinha a intenção de aprovar uma série de medidas que já haviam sido contempladas nos atos institucionais; no entanto, o prazo de validade dos atos não determinaria a longevidade das medidas necessárias para a manutenção da “revolução” proposta pelos militares. Além disso, a carta estava sujeita a uma série de modificações, sendo uma delas a separação de poderes. Para Alves (1984), o Legislativo foi fortemente debilitado pelos militares, configurando um cenário de descrédito da política e do cenário eleitoral. A nova constituição poderia aprovar projetos de leis urgentes em até 45 dias; após isso, seriam considerados aprovados. No entanto, os projetos que não tinham urgência seriam aprovados de forma automática em 60 dias, se não houvesse nenhum ato de rejeição. O Congresso se viu de mãos atadas em detrimento do crescimento do poder Executivo.

No dia 12 de dezembro de 1966, o Jornal Pequeno publicou:

MODIFICAÇÕES NA NOVA CARTA MAGNA- DECLARAÇÃO DO SENADOR FELINTO MULLER

RIO, 10 (ESPECIAL)- O senador Felinto Muller acaba de informar à reportagem que as modificações introduzidas pela ARENA no projeto da reforma constitucional visam aperfeiçoar a nova carta. Adiantou que entre outras modificações destaca a que restringe o direito de Legislar conferido ao presidente da república que só poderá fazê-lo em matéria de segurança ou de finanças⁵².

Segundo Alves (1984), a medida mais importante da Constituição de 1967 foi aquela que deu ao executivo o direito exclusivo de legislar sobre pautas que incluíam questões de Segurança Nacional e finanças públicas, como citado na reportagem acima. Essa dinâmica convergia com o conceito de Segurança Nacional que caracterizava os direitos políticos e individuais e institucionalizava o modelo econômico. Além disso, todas as medidas restritivas ao judiciário contidas no AI-2 foram anexadas ao texto da nova carta (Alves, 1984, p. 129).

Podemos dizer, portanto, que a elaboração desta carta constitucional foi um conglomerado de leis já apresentadas pelos Atos Institucionais Um, Dois e Três com a intenção de legitimar a força da “revolução”, desta vez expressa pela carta magna constitucional do país. O controle do legislativo, das ações de segurança nacional, das finanças, da infiltração nas cidades que eram consideradas áreas de segurança nacional através das nomeações de prefeitos: os militares estavam respaldados para continuar a manutenção do seu projeto de poder.

⁵² Jornal Pequeno, 1966, p. 1

3.7 ATO INSTITUCIONAL NÚMERO CINCO: “Canção de tortura”

Arthur da Costa e Silva era o presidente. Conhecido como militar “linha dura”, foi eleito por um colégio eleitoral em 3 de outubro de 1966, assumindo em 15 de março de 1967. A proposta de Costa e Silva era iniciar um processo de liberalização que deveria acontecer de forma controlada, mas sob ampla tutela dos militares. No entanto, a economia não ia bem. As taxas de inflação aumentavam circunstancialmente, e os salários diminuíram entre 1965 e 1968, segundo estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (Alves, 1984, p. 137-140).

Por outro lado, as oposições já haviam iniciado seus planos de ações contra os militares. O movimento estudantil ganhou impulso com as manifestações estudantis internacionais em cidades como Berlim, Paris e Tóquio. Nos Estados Unidos, movimentos deste tipo influenciaram na aceitação da população em relação à guerra do Vietnã (Skidmore, 1988). Essa movimentação apavorava os militares, pois com a industrialização as informações chegavam ao Brasil com facilidade, e os ambientes universitários brasileiros haviam sentido fortemente a ação repressiva dos militares com as medidas de censura a professores universitários e expurgos de funcionários públicos previstos desde as ações do AI-1. A União Nacional dos Estudantes (UNE) já havia sido extinta, e as decisões arbitrárias dos militares inflamaram os estudantes.

Como abordamos anteriormente, o setor empresarial que havia apoiado o golpe já não se mostrava tão entusiasmado com a condução militar por conta da crise financeira. A Igreja Católica, que também havia se posicionado a favor da “revolução”, protagonizou uma cisão. A figura de Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, era uma das vozes progressistas que continuamente se posicionavam contra o governo.

Segundo Alves (1984), a Igreja aderiu definitivamente aos ideais do movimento estudantil com a morte do estudante Edson Luís Lima Souto na cidade do Rio de Janeiro. Estudantes se manifestavam em frente a um restaurante no Rio em protesto ao alto preço da alimentação e os militares responderam ostensivamente matando o estudante. Na missa em homenagem póstuma, com mais de 30 (trinta) mil pessoas presentes, ao saírem da celebração, foram hostilizados pela polícia. Os ataques tiveram grande comoção além da hostilização do templo sagrado (Alves, 1984, p. 141-146).

Além disso, Skidmore (1988) apontou que a Igreja havia denunciado a Doutrina de Segurança Nacional e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou um documento denunciando a DSN de “fascista”. Na ocasião, para conturbar ainda mais o ambiente, o Cardeal da Cidade de São Paulo havia se negado a celebrar a missa do Presidente

Costa e Silva. Em um país com maioria católica na década de 1960, este ato foi considerado um insulto (Skidmore, 1988, p. 159-160).

Com todo esse cenário adverso, os militares se viram acuados. A pressão de vários setores da sociedade estava insatisfeita com as medidas repressivas, decisões políticas e abusos sociais cometidos pela censura por parte dos militares. No entanto, o modus operandi dos militares parecia padrão e logo ventilou-se a ideia da promulgação de outro ato institucional.

Devido ao clima de instabilidade do governo militar, algo precisava servir como justificativa para a implementação do novo ato. A historiografia clássica sobre o regime aponta um discurso do então deputado Márcio Moreira Alves como estopim para a implementação do Ato Institucional Número Cinco (AI-5). No dia 2 de setembro de 1968, o então deputado fez um discurso com o plenário vazio, fazendo alusão a uma peça sobre as mulheres de Atenas que se recusavam a encontrar-se com os maridos enquanto eles não voltassem a lutar contra Esparta e vencessem a Guerra.

[...] É preciso que se estabeleça, sobretudo por parte das mulheres, como já começou a se estabelecer nesta Casa por parte das mulheres parlamentares da Arena, o boicote ao militarismo. Vem aí o Sete de Setembro. As cúpulas militaristas procuram explorar o sentimento profundo de patriotismo do povo e pedirão aos colégios que desfilem juntos com os algozes dos estudantes. Seria necessário que cada pai e cada mãe se compenetrasse de que a presença de seus filhos nesse desfile é um auxílio aos carrascos que os espancam e metralham nas ruas. Portanto, que cada um boicote esse desfile (Câmara dos Deputados, 1968).

O discurso fez alusão a um possível boicote das esposas aos deputados governistas e às esposas dos militares, além de um recado aos pais de estudantes que desfilariam no dia 7 de setembro, que não o fizessem, uma vez que estes se tornariam coniventes com os abusos militares. O discurso durou pouco mais de cinco minutos e o que parecia irrelevante tornou-se uma afronta aos militares, logo sendo abertos pedidos de cassação do deputado.

O Jornal Pequeno publicou, no dia 17 de outubro de 1968, uma matéria sobre o caso de Moreira Alves intitulada: “Marcio Alves Prenuncia o fechamento do Congresso”, e seguiu:

OUTRAS CASSAÇÕES PODERÃO SURTIR

BRASÍLIA, 16, (SE)- Da tribuna da Câmara amanhã o dep. Marcio Moreira Alves vai dizer que o seu discurso de 2 de setembro não teve o objetivo de injuriar as Forças Armadas, mas sim a condenação dos crimes praticados por alguns poucos e aos que protegendo os culpados usando indevidamente o direito de falar em nome dos militares. No seu discurso de amanhã, Marcio relembra toda sua atuação como jornalista e como deputado, para concluir que jamais criticou as Forças Armadas como instituição, nem mesmo quando analisou os IPMs através dos livros “Torturas e torturados” e “Cristo do povo”. Afirmará Marcio que sempre diferenciou um grupo pequeno de policiais e sargentos que praticam violência e crime das Forças Armadas, mas que isso não pode ser visto como uma condenação aos militares em geral, pois

sempre deu o nome dos que exorbitam de suas atribuições. O Parlamentar analisará a situação do que ele classifica como grupos minoritários que usam o poder, dando inclusive sua versão sobre os motivos pelos quais está sendo exigida sua degola, que poderá ser a primeira entre muitas que rolarão até o fechamento do Congresso⁵³.

Mais uma vez, o Jornal Pequeno abriu sua primeira página para dar voz a um discurso que se opunha aos governistas. No caso acima, foi publicada uma matéria de Brasília, não assinada, sobre a justificativa que o deputado Márcio Moreira Alves daria no Congresso Nacional sobre o discurso que causou indignação dos militares, afirmando que a persistência do processo resultaria num insulto à democracia e abriria margem para outras cassações, até o possível fechamento do Congresso. As articulações para a cassação do deputado Márcio Moreira se intensificaram, mas parte da ARENA e o MDB não estavam dispostos a aderir ao processo. Isto é, cassar o mandato de Márcio Moreira Alves significava a desmoralização do Congresso Nacional, aliada a um ato de censura comprometendo a liberdade de expressão.

No dia 11 de dezembro de 1968, o Jornal Pequeno publicou uma reportagem em sua primeira página: “*Renato disse na TV do Bacelar: O Congresso vai enfrentar a truculência do Governo*”. O entrevistado era Renato Archer, ex-vice-governador do Maranhão e então deputado federal pelo MDB. O deputado foi membro e um dos motivadores da Frente Ampla em 1966. Deputado de oposição declarada, Renato Archer concedeu uma entrevista para um programa de televisão da TV Difusora⁵⁴.

A entrevista ganhou destaque na primeira página do Jornal Pequeno:

EM FOCO O CASO DE MÁRCIO ALVES

Falando na noite passada na emissora de televisão do Sr. Mágnio Bacelar, o deputado Renato Archer teceu acerbos críticas ao governo federal a determinados grupos das forças armadas e, de um modo geral, à revolução, no episódio do pedido de licença para processar o Deputado Marcio Moreira Alves, que deverá ser apreciado, hoje pelo plenário do Congresso Nacional. O ex-líder da Frente Ampla anunciou que, diante da evolução dos acontecimentos na esfera política nacional, não pode permanecer em São Luís para receber o ex-presidente Juscelino Kubitschek, cuja chegada à nossa capital está prevista para amanhã.⁵⁵

Neste trecho, a entrevista deixa claras as ligações entre o deputado e a oposição contra os militares, destacando sua afinidade com a figura de Juscelino, ex-presidente do Brasil. Continuando a entrevista, o Jornal Pequeno prosseguiu:

⁵³ Jornal Pequeno, 1968, p. 1

⁵⁴ Atualmente, a Difusora faz parte do mesmo grupo empresarial do Jornal Pequeno. Filiada ao SBT (Sistema Brasileiro de Televisão), a TV Difusora é um dos maiores meios de comunicação do Maranhão, perdendo apenas para a afiliada da TV Globo, a TV Mirante.

⁵⁵ Jornal Pequeno, 1968, p. 1

Sobre o comportamento do Governo no caso Marcio Alves assinalou o se. Renato Archer, que pela primeira vez o plenário do Congresso sofrerá as truculências de um governo, ante suas constantes ameaças aos que não votarem pela concessão da licença. No entender de Renato, o deputado Marcio Alves não ofendeu as Forças Armadas, mas sim, a um determinado grupo que desprestigiaram-nos. Anunciou ter sido procurado, pouco antes de viajar para São Luís, por alguns oficiais superiores das Forças Armadas que lhe pediram para transmitir ao deputado Mário Covas que certo grupo que se arroga com o direito de falar das Forças Armadas não tinha o direito de fazê-la e que tais cavalheiros iriam sentir isso na primeira vez que pretendessem infringir as regras que estavam estabelecidas.⁵⁶

Mário Covas era o líder da bancada do MDB e foi um incansável defensor do direito à liberdade de expressão no Congresso Nacional. Archer estava denunciando a ameaça feita por oficiais militares aos que ousassem se pronunciar da mesma forma que Márcio Alves e que receberiam punições na primeira oportunidade. Na continuidade da reportagem, abaixo da entrevista de Renato Archer, o Jornal Pequeno publicou uma nota da redação. A última sobre este tema havia sido publicada em 1964, seis dias após o golpe, que culminou na mudança de postura do Jornal Pequeno ao se posicionar frequentemente sobre o golpe de 1964⁵⁷.

XXX

NOTA DA REDAÇÃO

Estranhamos bastante o Sr. Magno Bacelar haver permitido, num momento em que o país vive um clima emocional como esse, o pronunciamento do deputado Renato Archer, no qual abre as suas baterias contra a Revolução. Há poucos dias, como o povo pode recordar, esse mesmo Magno Bacelar, impediu que o deputado Freitas Diniz ocupasse sua emissora de televisão, para mostrar irregularidades no Governo do Estado. Evidentemente, há uma grande incoerência em tudo isso [...]⁵⁸

Nesta reportagem, o Jornal Pequeno manteve uma postura de repúdio à fala de Renato Archer, fazendo uma crítica ao seu posicionamento contra a “revolução”. Além disso, criticou o proprietário da TV Difusora por permitir a abertura do espaço para esta entrevista. No entanto, a nota é contraditória, isto é, o editorial criticou a abertura do espaço para entrevista, ao mesmo tempo que publicou dando destaque, na primeira página, ao posicionamento do deputado. O Jornal Pequeno já havia sido censurado. Dadas as contradições do editorial, era esperado que o Jornal se posicionasse dessa forma, assumindo compromisso com o que havia sido “acordado” com o 24º BC no dia 06 de abril de 1964.

No dia 12 de dezembro de 1968, foi votado na Câmara Federal o processo que cassaria o deputado Marcio Moreira Alves. Segundo Alves (1988), o resultado surpreendeu o executivo:

⁵⁶ Jornal Pequeno, 1968, p. 1

⁵⁷ Tema abordado no segundo capítulo desta dissertação.

⁵⁸ Jornal Pequeno, 1968, p. 1

216 votos contra a suspensão da imunidade parlamentar, e apenas 141 a favor (Alves, p. 160, 1988). Com uma diferença considerável de 75 votos, os deputados da ARENA confirmavam seus interesses em garantir a liberdade de expressão no Congresso Nacional. Ao fim da votação, o hino nacional foi entoado e a ideia de vitória pairava no Congresso.

Um dia após o resultado da votação, foi promulgado o Ato Institucional Número Cinco (AI-5). O que parecia uma vitória do Congresso Nacional apontava o nascimento do aparato repressivo mais efetivo da ditadura empresarial-militar.

A partir de 13 de dezembro de 1968, o Brasil entrava numa era de “Terror de Estado”, tornado legal pela nova lei. Além da cassação generalizada de parlamentares e cidadãos, o AI-5 suspendia o *habeas corpus* de presos políticos, reforçava a centralização do poder no Executivo federal (diminuindo a força política dos governadores), permitia a decretação do Estado de Sítio, sem prévia autorização do Congresso. Em 1969, o governo regulamentou a censura prévia sobre os meios de comunicação e sobre os produtos culturais como um todo (Napolitano, 2004, p. 33)

Em suma, os poderes atribuídos ao Executivo pelo AI-5 consistiam em: fechamento do Congresso; cassação de deputados e membros do Legislativo e Executivo em instâncias federais, estaduais e municipais; demissão de funcionários públicos nas três instâncias; demitir ou remover juízes, removendo garantias ao Judiciário; decreto de estado de sítio; confisco de bens em caso de corrupção; suspensão de garantia de *habeas corpus*; julgamento de crimes políticos pelos tribunais militares e o Judiciário não poderia mais julgar pessoas punidas pelo AI-5 (Alves, 1988).

No dia 15 de dezembro de 1968, o Jornal Pequeno publicou em sua primeira página:

TITULAR DA JUSTIÇA FALOU SOBRE O ATO INSTITUCIONAL

[...] Ninguém pode contestar que a Revolução de Março de 1964 trouxe indiscutíveis benefícios morais e materiais para o Brasil. Todavia, muitos não quiseram compreender e desse pouco as forças adversas, através dos mais variados processos, e dos mais diversos comportamentos iniciaram o movimento de agitação, de subversão, comprometendo a ordem política e social, gerando intranquilidade e prejudicando mesmo às exigências fundamentais da vida do povo brasileiro. Nestes últimos meses, as agitações se ampliaram; a guerra contra-revolucionária se iniciou. Dos mais diferentes setores partiram comprometidos com o regime deposto para combater a revolução, esta todavia não poderia falhar aos seus propósitos; não poderia negar as suas finalidades; não poderia de forma alguma ser traída por aqueles que tudo fizeram para dar o Brasil melhores dias, tranquilidade e autêntica ordem democrática, onde todos pudessem viver em uma vida de ser vivida [...]⁵⁹

O governo militar brasileiro adotou uma postura de ataque em relação àqueles que “ameaçavam os objetivos da revolução”. Na fala do ministro da Justiça, ficou evidente que os

⁵⁹ Jornal Pequeno, 1968, p. 1

militares precisariam usar da força para reprimir mais efetivamente os que se opunham ao golpe, lutando contra os que ameaçavam a “revolução”. Em 1968, vários movimentos de oposição se articularam e foram fortemente reprimidos pelos militares, desde expurgos políticos até mortes. No fim da fala do ministro, é citada uma “autêntica ordem democrática”. No entanto, é possível pensar em democracia sem a presença da representatividade política? Os militares fecharam o Congresso Nacional, proibindo de legislar aqueles que foram escolhidos pelo povo.

Em 17 e 21 de dezembro de 1968, o Jornal publicou mais reportagens sobre o AI-5. Na primeira, o Jornal Pequeno elenca uma lista de governadores que manifestaram apoio ao AI-5. Nessa lista, não estava explícito o nome do então governador José Sarney. No dia 21, o ministro do Exército concedeu uma entrevista fazendo considerações sobre o AI-5. Na entrevista, o ministro afirmou que *“Os episódios da votação na Câmara, no dia 12 decorrente, foram, sem dúvida, uma das páginas mais negras da história da democracia brasileira.”* (Jornal Pequeno, 1968). Essas falas incorrem em paradoxos bem definidos. Mais uma vez, os militares falam em deturpação da democracia, deslegitimando as ações de um Congresso eleito pelo povo.

No dia 31 de dezembro de 1968, o Jornal Pequeno publicou uma matéria já esperada pelos maranhenses que acompanhavam o impresso e os acontecimentos da política nacional.

REVOLUÇÃO PUNIU RENATO E LACERDA - 11 Deputados Cassados RIO,31 – Presidente assinou ato cassando mandatos de 11 deputados e suspendendo direitos políticos de Carlos Lacerda e do senhor Joaquim dos Santos Neto.

Deputados Federais cassados pela revolução:

- Marcio Moreira Alves
- Hermano Alves
- David Lerer
- Helio Navarro
- Gastão Hering
- Alceu Smith
- Henrique Rink
- Maurilio Silveira lima
- Renato Archer
- José Carlos e Estelita Guerra

O presidente falará amanhã pela voz do Brasil, quando fará importante pronunciamento sobre o Ato Institucional n.º 5.⁶⁰

Márcio Moreira Alves foi cassado, mesmo sendo absolvido pela maioria na Câmara Federal. Foi para o exílio assim que o resultado da votação do dia 12 de dezembro havia terminado, afirmando em um documentário intitulado *“AI-5, o Dia que Não Existiu”*, que sabia que seria insustentável a permanência no Brasil se ele fosse absorvido pelo Congresso.

⁶⁰ Jornal Pequeno, 1968, p. 1

O deputado federal maranhense, Renato Archer, também foi cassado pelas imposições do AI-5. Seus posicionamentos contra o regime e seu envolvimento direto com a Frente Ampla davam indícios de que os militares não autorizariam sua permanência no Congresso. Como punição, ele teve seus direitos políticos suspensos por dez anos. Após o período de redemocratização, Archer voltou para o cenário político, sendo um dos fundadores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Os cinco primeiros Atos Institucionais contemplados nesta pesquisa foram instrumentos utilizados pelo regime militar brasileiro para consolidar e fortalecer o controle do governo sobre o país, com base no legislativo. Eles foram fundamentais para a repressão política, a censura, a perseguição de opositores e a centralização do poder nas mãos dos militares, sem a possibilidade de contestação.

Esses atos também foram responsáveis por estabelecer as bases legais para a suspensão de direitos civis e políticos, a cassação de mandatos e a intervenção em estados e municípios. Desta forma, os primeiros Atos Institucionais foram peças-chave na estruturação do autoritarismo e da repressão durante a ditadura empresarial-militar no Brasil.

Nesta pesquisa, procuramos entender de que forma esses atos foram retratados em um dos jornais impressos de maior reverberação no Estado do Maranhão, analisando seus impactos sociais e políticos na sociedade maranhense. O Jornal Pequeno dedicou dezenas de páginas retratando os atos institucionais e seus impactos na vida política brasileira. Essas reportagens se resumiam à divulgação de reportagens de todo o Brasil e opiniões do editorial. Como foi abordado nesta pesquisa, o Jornal Pequeno foi censurado pelo regime empresarial-militar seis dias após o golpe. A partir daí, o jornal mudou seu posicionamento institucional em relação ao regime de exceção e, assim, mudou a abordagem: de golpe para revolução.

Nesse processo, algumas figuras políticas do Maranhão fizeram parte das abordagens aqui apresentadas. José Sarney, Sálvio Dino e Renato Archer fizeram parte das discussões que envolveram diretamente as consequências dos cinco primeiros Atos Institucionais no cenário político maranhense.

CAPÍTULO 4: PRODUTO EDUCACIONAL

4.1 Apresentação do Produto Educacional :Parodiando a Ditadura Empresarial-militar no Maranhão

Parodiando a Ditadura Empresarial-Militar no Maranhão é um material que surgiu a partir das minhas experiências em sala de aula como professor de História em escolas do Ensino Básico. Com a necessidade de dar um caráter mais lúdico nas aulas de História, sempre utilizei a música como linguagem para ministrar aulas. Com mais de 10 (dez) anos de experiência como músico, sempre utilizei esta ferramenta como possibilidade para a prática docente. Portanto, este material foi criado para servir de apoio ao professor para dinamizar as aulas de ditadura empresarial-militar através da utilização da música como linguagem para facilitar a dinamização do Ensino de História.

Com base na documentação do Jornal Pequeno, foram criadas 6 (seis) paródias inéditas sobre os assuntos que este periódico publicou entre os anos de 1964 e 1979. Este marco temporal justifica-se pelo ano do golpe militar que destituiu João Goulart da presidência da República, no dia 01 de abril de 1964, e pela revogação dos atos institucionais em 1979. Durante os primeiros dias após o golpe, o Jornal Pequeno dedicou parte do seu editorial aos temas relacionados ao processo de implementação do golpe. Neste produto educacional terão ênfase as reportagens sobre os atos de repressão que o jornal sofreu seis dias após o golpe e ainda as determinações dos atos institucionais que protagonizaram uma série de atentados contra a democracia.

A paleta de cores foi definida em vermelho, preto, branco e cinza. A elaboração da capa foi pensada a partir de traços relacionados à fonte (jornal) e elementos musicais representados por uma partitura (música). No centro da capa foi estampada o nome do produto educacional com um pano de fundo do Jornal Pequeno. Na parte central inferior, em letras menores está escrito o nome do autor.

Uma vez que a proposta é a reprodução das paródias em plataformas digitais de vídeo e música.

A proposta de capa segue na figura abaixo:



Figura 2: Capa do Produto educacional

Fonte: Elaborado por Victor Gabriel Costa

4.1 Metodologia da pesquisa desenvolvida

Os conteúdos apresentados neste produto serão 6(seis)paródias inéditas elaboradas e produzidas pelo autor deste trabalho. A metodologia de criação e exposição das paródias serão feitas nas seguintes etapas:

- **Análise das fontes**

As paródias serão criadas com base nas publicações do Jornal Pequeno entre os anos de 1964 a 1979. As letras tratarão sobre as reportagens exibidas pelo Jornal Pequeno e a composição contará com a licença poética necessária para a construção de rimas e adaptações necessárias para a construção da música.

- **Do repertório**

O repertório que dará direcionamento para a criação das paródias será diversificado. Com base na historiografia citada acima, não é viável fechar os horizontes para a inserção de novas músicas. No entanto, as paródias que serão apresentadas neste trabalho fazem parte do cancionário popular maranhense e todas as versões foram feitas tendo como referência músicas de cantores maranhenses.

- **Dos temas**

Os temas serão propostos a partir das publicações do Jornal Pequeno. Em levantamento feito através de pesquisas anteriores, constata-se que o Jornal Pequeno publicou sobre os temas propostos neste trabalho: o golpe e os atos institucionais. Dessa forma, teremos paródias sobre o golpe e os atos institucionais trabalhando suas especificidades com o foco na repressão.

Após o processo de finalização de criação das paródias, as músicas serão gravadas em estúdio e serão disponibilizadas em áudio na plataforma digital YOUTUBE. O material será disponibilizado de forma digital (PDF) e poderá ser acessado no site do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST).

No produto educacional serão disponibilizadas as letras das músicas e cifras para quem toca instrumentos musicais, além disso toda a problematização histórica feita a partir das paródias será disponibilizada para o professor no produto educacional.

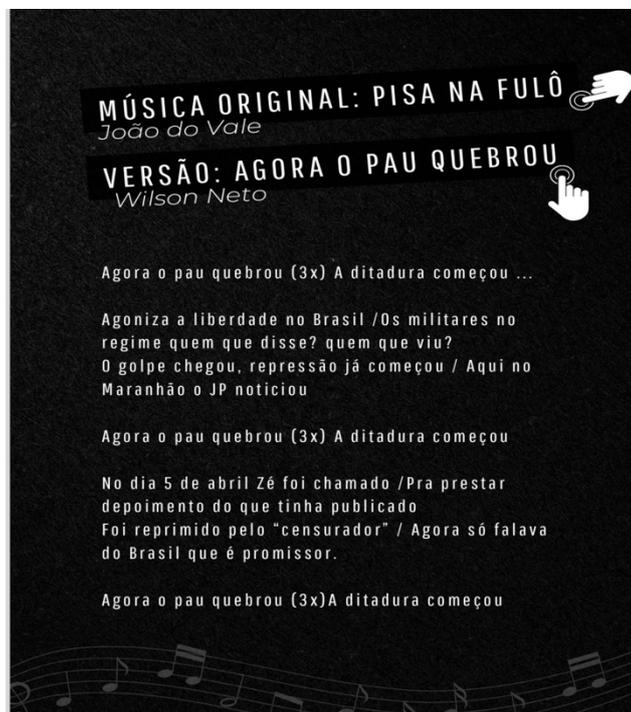


Figura: Página do produto **Fonte:** Elaborado por Victor Gabriel Costa

As páginas com as paródias serão dispostas na forma representada acima. No início da página teremos o título da música original. Do lado direito temos a figura de uma mão. No material em PDF, clicando em cima no nome da música, o leitor é direcionado para o site YOUTUBE, isto é, terá a possibilidade de ouvir a versão original da canção que será trabalhada em sala de aula.

O mesmo ocorre com a paródia. Abaixo do nome da canção original, teremos o nome da paródia criada. Clicando sobre o nome, o leitor será direcionado para a versão em áudio da paródia disponibilizada no YOUTUBE. Na mesma página o leitor terá ainda a possibilidade de acessar a música em forma de karaokê. Isto possibilitará que ele consiga trabalhar com mais facilidade na hora de cantar a música em sala de aula.

4.3 Metodologia do desenvolvimento do Produto Educacional

A apresentação do produto educacional será feita em 6(seis) capítulos que abordarão 6(seis) temas sobre a ditadura empresarial-miliar no Maranhão que chamaremos de Faixas. Cada uma delas irá apresentar a seguinte estrutura:

- 1) **PASSANDO DE SOM:** A “passagem de som” são os preparativos para o show. O professor deverá localizar o aluno apresentando contexto histórico do tema sugerido em cada faixa.
Ex: **Faixa 1: O Golpe** – O professor deverá analisar os antecedentes do golpe de 1964 e apresentar ao aluno como foi noticiado pelo Jornal Pequeno. Nesta fase introdutória apresentaremos um breve contexto histórico em cada capítulo(faixa).
- 2) **HORA DO SHOW :** Na “Hora do show” a banda começou a tocar. O professor deve apresentar a paródia que estará disponível em áudio e vídeo no Youtube.
- 3) **BASTIDORES:** Nesse momento o professor deve explicar cada frase da música apresentada localizando o contexto de cada trecho. A fundamentação será feita de acordo com os temas sugeridos pela faixa.
- 4) **SÓ VOCES:** Nesse momento o aluno aprendeu a cantar a música. É hora de cantar sozinho e fazer as atividades sugeridas.

Esta disposição se aplicará em todos os capítulos/ faixas. Em cada capítulo teremos a **passagem de som**, a **hora do show**, os **bastidores** e o momento **só vocês**.

Com base nos estudos apresentados no primeiro capítulo desta pesquisa o Ensino de História tem o dever de apresentar possibilidades de investigação com base em fontes que permitem o desenvolvimento do saber histórico.

Ao trabalhar as paródias disponibilizadas neste produto educacional, o professor deverá demonstrar o contexto histórico dos elementos que levaram a criação da paródia. Demonstraremos a canção apresentada na imagem acima, um clássico da música maranhense de João do Vale, intitulada *Pisa na Fulô*. Nesse momento, o professor terá oportunidade de

apresentar uma canção de um grande compositor e intérprete maranhense além de fazer as análises pertinentes aos elementos que levaram a criação desta canção. No momento “**bastidores**” será feita uma análise do contexto histórico da canção demonstrando a intenção do autor na construção de cada frase.

A canção *Agora o pau quebrou* faz alusão ao golpe militar de 1964. A expressão é muito conhecida no estado do Maranhão e significa “*que algo não está bem, saiu do controle*”. Nesse momento, o professor deve contextualizar o golpe do dia 01 de abril de 1964 com a leitura das reportagens analisadas no segundo capítulo deste trabalho, possibilitando a contextualização do golpe com as matérias que o Jornal Pequeno publicou no dia 1º de abril sobre a instabilidade política antes do golpe, a mobilização dos militares em Minas Gerais e São Paulo e a não rendição de Brizola do dia 2 (dois) de abril de 1964: “Agora o pau quebrou a ditadura começou”

“*Agoniza a liberdade no Brasil /Os militares no regime quem que disse? quem que viu? O golpe chegou, repressão já começou / Aqui no Maranhão o JP noticiou*” (NETO, 2023). Nesse trecho a letra se reporta à reportagem do dia 1º de abril de 1964 intitulada: *Agoniza o regime da liberdade no Brasil*. Nesse momento o professor deve mostrar a fonte disponibilizada neste trabalho mostrando a capa da edição deste dia e as reportagens que o Jornal Pequeno noticiou.

No segundo ponto, *Os militares no regime quem que disse? quem que viu?*, o autor usa da licença poética para informar que os militares assumiram o poder e abre uma possibilidade de interpretação: quem viu? quem publicou?. Logo em seguida, ele aponta que o processo repressivo já iniciou. Nesse momento o professor pode usar a publicação do jornal Última Hora que mostra a invasão ao Jornal do Brasil no dia 31 de abril de 1964.

Para finalizar a primeira estrofe o autor pergunta: Quem noticiou? A resposta poderá caber aos alunos. O professor deve explicar o que significa a sigla. Desta forma, na análise dessa primeira estrofe o estudante deverá ser capaz de entender: o que o Jornal Pequeno publicou no dia do golpe; como inicia o processo de repressão a partir dos exemplos citados; e qual o posicionamento do Jornal Pequeno mediante a implementação do regime de exceção política.

Na segunda estrofe da música o autor retoma outra reportagem. Desta vez, a do ato de repressão sofrido pelo jornal no dia 6 (seis) de abril de 1964. “*No dia 5 de abril Zé foi chamado /Pra prestar depoimento do que tinha publicado/Foi reprimido pelo “censurador” / Agora só falava do Brasil que é promissor*” (NETO, 2023). Este trecho da música trata do dia em que o proprietário do Jornal Pequeno foi chamado ao 24º Batalhão de Caçadores para prestar esclarecimentos das reportagens publicadas no dia anterior.

A partir desta abordagem, o Jornal Pequeno muda a postura do seu editorial caracterizando um ato de censura por parte dos militares. *Agora só falava do Brasil que é promissor*, trata da mudança de posicionamento político do Jornal que muda os termos do golpe (para revolução) e anos depois de exaltação ao regime empresarial-militar. Ao final da análise desta estrofe, o estudante deverá ser capaz de compreender: os motivos da mudança de postura do Jornal, as estratégias de repressão a imprensa numa perspectiva geral; em análise mais profunda, perceber diferença entre os aparelhos privados de hegemonia e aparelhos privados contra hegemônicos, segundo Gramsci.

As demais paródias trabalharão sobre os cinco primeiros atos institucionais com base nas publicações do Jornal Pequeno. A proposta é que o mesmo processo metodológico seja aplicado na utilização das demais paródias. No entanto o professor poderá fazer suas próprias adaptações a partir da sua criatividade. Além disso, no produto educacional serão propostas formas de avaliar o estudante após o desenvolvimento desta prática, a mesma regra da criatividade poderá servir para o processo de avaliação.

O objetivo deste produto educacional é que o aluno desenvolva competências e habilidades para compreender o processo histórico inerente à Ditadura empresarial-militar no Maranhão. Desta forma o aluno deve ter, ao final desta aula, condições de entender de que forma esse processo se deu no Maranhão sob a ótica de um Jornal que circulava no próprio Estado; que o estudante conheça os atores maranhenses que fizeram parte deste processo histórico; que o estudante tenha condições de apontar quais as questões fundamentais que levaram ao golpe militar e as consequências políticas e sociais dos Atos institucionais no Maranhão.

No momento **“Só vocês”** serão propostos exercícios de fixação . Neste momento o professor poderá utilizar a atividade proposta ao final de cada faixa, no entanto, poderá ficar livre para sugerir outras atividades acerca do tema trabalhado em cada capítulo.

Ao final da exposição das 6(seis) faixas e todos os seus momentos, teremos um **“Bônus”** em que ofereceremos ao professor a proposta de uma atividade utilizando a música (leitura com ritmos) e a proposta de uma eletiva que será apresentada no produto educacional.

A leitura com ritmos musicais foi uma metodologia aplicada pela primeira vez em sala de aula no IEMA PLENO DE BACABEIRA, uma escola de tempo integral. A aula era no 6º(sexto) horário, logo após o almoço. A turma se encontrava sonolenta e indisposta, então a solução foi ler os slides da aula utilizando ritmos musicais que os alunos se identificassem. Ao final, são criadas frases de efeitos com os tópicos trabalhados nos slides de forma musical.

É importante ressaltar que este é um recurso que pode ser aplicado em qualquer disciplina, em qualquer aula. A partir dos fatos históricos apresentados nas aulas, ou de um conjunto de fórmulas químicas ou em problemas de matemática, o professor deve selecionar tópicos ou frases que ele julga importante e submeter às leituras com ritmos musicais.

Para realizar esta atividade alguns passos precisam ser seguidos:

- 1- **Pergunte aos alunos que ritmos musicais eles mais gostam de ouvir:** Esta etapa é importante pois precisamos deixar nossos gostos pessoais de lado com relação ao repertório. O que pode ser bom para o professor, pode ser enfadonho para o aluno. Escolher um repertório mais próximo da realidade dos alunos aumenta a possibilidade de sucesso da aula.
- 2- **Execute o ritmo com palmas ou baixando na internet:** Caso o professor/a professora não tenha habilidade de reproduzir os ritmos musicais com palmas, oferecemos o passo-a-passo para baixar os ritmos no YOUTUBE. 1) Coloque na aba de pesquisa a palavra LOOP e complete com o ritmo que você deseja encontrar. Exemplo: *loop de samba, loop de baião, loop de rock*, como na imagem a baixo:

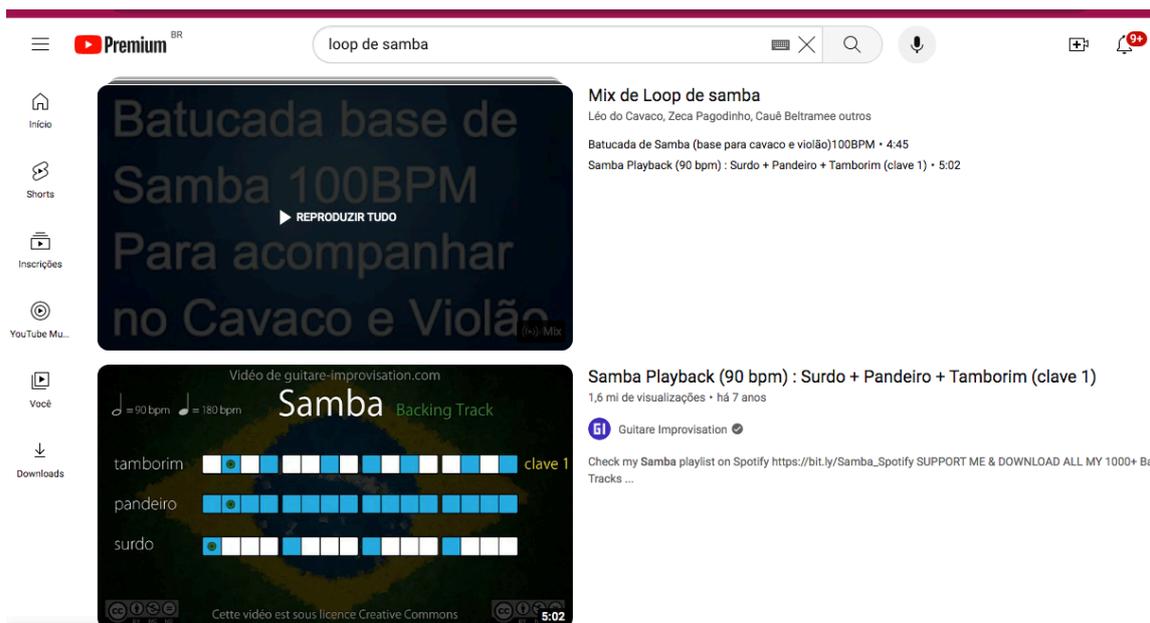


Figura: Print da Tela

Fonte: Youtube

Os BPMs (batidas por minuto) indicam a velocidade do ritmo desejado, quanto maior o número de BPM, mais rápido o ritmo; 2) Baixe o ritmo em qualquer plataforma para baixar áudios no formato mp3. Desta forma você poderá executar

o ritmo de forma off-line. Caso tenha acesso à internet na sala de aula, não é necessário baixar o arquivo.

- 3- **Cante os tópicos selecionados nos ritmos sugeridos:** após executar o ritmo, cante os tópicos selecionados no ritmo em que o professor sentir confortável ou que os alunos consigam cantar. Essa atividade requer uma habilidade musical básica, no entanto, o professor pode fazê-la de forma antecipada, podendo ser aplicada como aula invertida. Um grupo de alunos poderá ficar responsável pela elaboração dos tópicos, outro grupo para colocar os mais variados ritmos nos tópicos selecionados e executá-la, isto é, cantar os tópicos no ritmo indicado.

Os materiais utilizados para a realização destas atividades são:

- Notebook,
- Datashow
- Caixa de som

A aplicação dessa técnica em sala de aula dinamiza muito a apresentação do conteúdo e pode ser uma ferramenta importante para tornar a aula mais lúdica para o ensino básico. Ao final da experiência no IEMA PLENO DE BACABEIRA, decidimos adotar esta técnica em outras aulas, além de oferecer formações na escola para os demais professores.

Para as aulas sobre a Ditadura empresarial-militar no Maranhão a lógica é mesma. Como exemplo, podemos apresentar tópicos sobre as principais medidas repressivas do AI-1:

- Cassação de mandatos políticos;
- Amplos poderes ao presidente da República;
- A proibição de manifestações políticas e sindicais consideradas contrárias aos interesses do governo militar.

A partir da escolha dos tópicos, aplicamos os direcionamentos sugeridos no passo a passo indicado acima e professor terá a possibilidade de aplicar esta metodologia em sua aula. Em muitas ocasiões fomos questionados com relação a habilidade musical necessária para realizar essa atividade. Todas as atividades sugeridas neste produto foram criadas por um músico, portanto exigem uma habilidade musical para serem executadas, no entanto o grau de dificuldade pode ser considerado baixo uma vez que, para a execução destas atividades o professor não precisa tocar um instrumento musical, as ferramentas estarão disponíveis na internet.

Além disso temos uma possibilidade que não deve ser desprezada para a realização dessas atividades: a participação do aluno. Em alguns anos de experiência sempre nos deparamos com

estudantes que tem uma habilidade artística, seja musical, cênica, etc. Organizando a atividade com antecedência a participação do aluno pode fazer diferença no sucesso dessa metodologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diálogo entre História e Música sempre foi uma paixão. Organizar aulas para o ensino básico sempre exigirá do professor um olhar mais atento às metodologias e aplicabilidade das ações para um fazer pedagógico mais eficaz. O Ensino de História por sua vez, enfrenta o constante desafio do diálogo com o presente. A herança deixada pelo passado, por muito tempo no Brasil foi associando o Ensino de História ao que é velho, antigo. Além disso associou-se à ideia de disciplina decorativa, que pouco tem haver com o sentido real da disciplina e sua aplicação em sala de aula.

Este trabalho nasceu da necessidade de mostrar que é possível um Ensino de História aplicado a partir dos parâmetros científicos apontados por tantos historiadores como primordiais para que o conteúdo chegue ao estudante de forma eficaz. A disputa da narrativa do Ensino de História com a mídia, com as tendências tecnológicas atuais, com as mudanças das diretrizes curriculares pautadas pela implementação do NEM (Novo Ensino Médio) causando a diminuição da carga-horária das disciplinas das Ciências Humanas, a implantação dos itinerários formativos que lançaram luz a novos desafios para os educadores, foram temas abordados no início desta dissertação.

Ainda nesse contexto, analisamos os documentos curriculares do território maranhense, tanto do ensino fundamental, quanto do ensino médio, apontando as diferenças de abordagem e de que forma o Estado do Maranhão enquanto agente promotor da educação, interveio com políticas públicas eficientes no combate aos menores índices educacionais do Brasil. As escolas integrais marcaram um novo momento da educação pública no Estado desde 2016, começando com os IEMAs depois com os Centros EducaMais, no entanto, trouxeram alguns problemas quanto a formação docente para atender as demandas do Novo Ensino Médio.

No segundo capítulo discorremos sobre o golpe empresarial-militar de 1964, sua historiografia e a utilização do Jornal Pequeno como fonte. A censura sofrida pelo Jornal Pequeno dias após o golpe, mudou o posicionamento político do Jornal e alterou o direcionamento das publicações, desta vez não mais questionando o golpe, nem a “revolução”. As reportagens em sua maioria eram cópias de outros jornais do país e geralmente publicadas em caráter informativo afim de evitar que a censura dos militares agisse de forma repressiva.

Como sustentação teórica, serviram de base os estudos de Maria Helena Capelato sobre a imprensa como fonte e objeto de estudo analisando os apontamentos necessários para entender os processos metodológicos que devem ser utilizados pelo historiador para o estudo da imprensa no Brasil.

Neste capítulo apresentamos ainda as origens do *Jornal Pequeno*, que antes se chamava *Jornal do Povo*, um jornal esportivo de caráter popular que ao longo do tempo foi dando palco para as questões sociais e políticas do Maranhão. Esse impresso tinha uma grande influência na imprensa maranhense e logo se juntou aos grandes jornais do estado. Desse modo, o *Jornal Pequeno* dedicou espaço significativo para as divulgações de notícias sobre a “revolução de 64”. Encerramos o capítulo esmiuçando o ato de censura sofrido no dia 6 de abril de 1964 quando o 24º Batalhão de Caçadores do Exército convocou os jornalistas que assinaram as reportagens de 1º a 5 de abril de 1964 pedindo esclarecimento sobre o posicionamento do *Jornal Pequeno* contra a “revolução”. Após este dia o *Jornal Pequeno* mudou drasticamente o posicionamento político do seu editorial.

No terceiro capítulo analisamos o segundo objeto de estudo proposto nesta pesquisa: os cinco primeiros atos institucionais. A metodologia aplicada consistiu em analisar as reportagens referentes aos atos institucionais no *Jornal Pequeno* e entender de que forma as ações legitimadas juridicamente pelos atos reverberaram no cenário político maranhense. Com as promulgações dos atos institucionais, alguns políticos nos âmbitos estadual e federal perderam seus mandatos. José Sarney foi o primeiro governador do Maranhão eleito pós golpe empresarial-militar. Salvio Dino, falecido pai do atual ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) e ex-governador do Maranhão, Flávio Dino, teve seu mandato cassado sob a acusação de ser comunista. Renato Archer, deputado federal pelo MDB, perdeu seu mandato e seus direitos políticos por 10(dez) anos acusado de subversão pelas suas constantes críticas ao governo empresarial-militar e sua aproximação direta com a Frente Ampla.

No quarto e último capítulo expusemos um esboço do produto educacional que foi produzido e será entregue junto ao texto dissertativo ao fim deste trabalho. Produzimos um material de apoio para o professor do ensino básico utilizando a música como linguagem para o Ensino de História através da criação de paródias referentes ao golpe de 1964 e os primeiros 5(cinco) atos institucionais que foram publicados pelo *Jornal Pequeno* de 1964 a 1979. Além disso, propusemos a aplicação de metodologias de êxito em sala de aula propondo leitura de tópicos com ritmos musicais que fazem parte do cotidiano do estudante.

Este material tem o objetivo de auxiliar o professor em suas aulas sobre a ditadura empresarial-militar no Maranhão para o ensino básico. A música é uma ferramenta lúdica que

tem o poder direcionar a atenção do estudante e auxilia na fixação de conteúdo. No entanto, este material sugere a possibilidade de aplicação disponibilizando 6(seis) paródias: *uma sobre o golpe de 1964* e o ato de repressão sofrido pelo Jornal Pequeno em 31 de março de 1964; e 5(cinco) músicas sobre os *cinco primeiros atos institucionais* e sua reverberação no Maranhão. Essas músicas estarão disponíveis na plataforma YOUTUBE em formato de áudio e vídeo e sua contextualização histórica será feita de forma escrita no produto educacional apontando linhas de interpretação para as discussões em sala de aula. Além disso, no produto educacional, iremos propor formas de avaliação e sugestão de *disciplinas eletivas* para aplicação em escolas de tempo integral com itinerário formativo e parte diversificada.

Esta pesquisa, portanto, é fruto do diálogo entre duas disciplinas que têm muito a contribuir com o processo de ensino e aprendizagem. A intenção deste trabalho foi contribuir com a sociedade maranhense nos estudos sobre a ditadura empresarial-militar no Maranhão utilizando um dos maiores jornais impressos da cidade para refletir sobre este passado conturbado da história recente do Brasil e do Maranhão. O caminho percorrido até aqui foi somente uma “ramificação” de um longo trajeto que vários estudantes de graduação e pós graduação tem percorrido durante os últimos anos na produção acadêmica do nosso estado.

Desta forma, esperamos que este trabalho seja fonte de inspiração e desperte a criatividade de professores que motivem seus alunos para contribuir na construção da trilha desde longo caminho que são os estudos sobre a Ditadura empresarial-militar no Maranhão.

ANEXOS/APÊNDICE

Freita abre caminho ao golpe:

Agonia do Regime da Liberdade no Brasil

Prontidão Gercl

6 páginas
CR\$ 20,00

JORNAL PEQUENO
ANO XIII - S. LUIS, 6 DE ABRIL DE 1964 - N. 5398

DESASTRE

Choques Militares

Foragido

BALEADO

Tropas ocupam Jornais

NA ESTIVA

Ultima Hora

Dramática a situação nos Estados sulistas

JORNAL PEQUENO 01/04/1964

Revolução

JORNAL PEQUENO

ANO XIII - S. LUIS, 6 DE ABRIL DE 1964 - N. 5398

Nota da Redação

O jornalista Ribamar Boga, diretor-proprietário do Jornal Pequeno, foi chamado ontem, a presença do Cel. Comandante da Guarnição Federal, a fim de prestar esclarecimentos sobre o partido do Dr. Plácido Gomes de Castro e de outras personalidades que assinaram artigos publicados em nossa edição, ontem tendo também comparecido ao Quartel do 24 BC os nossos redatores, Elyzer Farias e Luiz Vasconcelos.

Na oportunidade, fomos informados de que o movimento de libertação nacional surgido em Minas Gerais e em São Paulo, não tem iniciativa das governadoras Magalhães Pinto e Ademar de Barros como tanto apregoaram as emissoras de «Cadeia» da Legalidade e sim produto do entusiasmo de diversos oficiais das nossas Forças Armadas, não se justificando, portanto, o episódio da primeira página de ontem, que falava em revolução financiada pelo capital estrangeiro.

Um Colaborado com aqueles que desejam ver a paz reinar em todos os recantos do País a direção de Jornal Pequeno não vai impedir, tem por obrigação, a publicação de quaisquer comentários políticos, sejam da Direita, da Esquerda ou do Centro. Inclusive os assinados, limitados, esta folha nosso dia a divulgar apenas reportagens e informações da vida de, do país e do Exterior, para que os nossos leitores tenham conhecimento do que ocorre em todos os recantos do Mundo.

JULGAMENTO EM FAMÍLIA

RIO, 6 (Serviço Especial)

O governo do Rio de Janeiro decidiu, em decisão que não afetará o comportamento, não poder ser julgada e executada pelos seus familiares.

JORNAL PEQUENO 06/04/1964

Chefes da Revolução baixaram Ato Institucional

Vencimento dos Militares

Amplas facilidades ao Presidente da República

Mazili viaja

Parade imprensa menor

SUJEIRA DESAFIA AUTORIDADES

APÓIO ao Cel. Castelo Branco

Manifesta-se o Ministro

DETENCOES NO 24 BC

Acidente de veículo

Contrabando

ESTADISTA VIAMA

CR\$ 20,00

JORNAL PEQUENO 10/04/1964

Esta edição 100 páginas

Cr\$ 100

Jornal Pequeno

ANO XIII - S. LUIS - MARANHÃO, 26 DE DEZEMBRO DE 1963 - N. 5.355 (SEXTA-FEIRA)

ELEIÇÕES DIRETAS PARA PRESIDENTE

ARENA mutilou a Carta da Revolução

Encaminhado ao Congresso o projeto da Nova Lei de Imprensa

LAVRADOR BALEADO

DEBE em nova fase: OHEBE ajuda a solucionar problema da energia no Maranhão

CR\$ 20,00

JORNAL PEQUENO 26/12/1966

Revolucionarios iniciam operação:

40 Parlamentares já perderam Mandatos

Relação nominal

Janio e Jango ficaram sem direitos políticos

SEXAGENÁRIO ATROPELADO

Serão demitidos

Virada de caminhão

Reconheço

APROVADO "ALKIMIN"

Bealila, O Especialista

4 Páginas 20,00

CONCURSO SUSPENSO

NB COM CB

Intervenção na C. N. I.

4 Páginas 20,00

JORNAL PEQUENO 11/04/1964

Jornal Pequeno "O Ato Institucional de n. 2"

NOVEMBRO 23

farmacias de plantão

MUNDANISMO

SABÃO

NOSSO TELEFONE 1127

JORNAL PEQUENO 23/11/1965

Salvio Dino afirmou em discurso dramático:

Não sou comunista e a História é que me julgará

Cassação de mandatos provocou Laurimas na Câmara do Estado

JORNAL PEQUENO

Gaudêncio deixa S. Luis

Promulgação

4 Páginas 20,00

JORNAL PEQUENO 26/04/1964

Jornal Pequeno

NOSSO TELEFONE 1127

Poderá a Revolução fechar o Congresso

Cozinheiro ou Juiz?

Julgamentos de ontem

Febril expectativa nos meios políticos da Nação

Adiado o lançamento do Geníu VI

DESAPARELHADA NAO PODE ATENDER

ABSURDOS DA CEMAR

JORNAL PEQUENO 26/10/1965



JORNAL PEQUENO 10/11/1965



JORNAL PEQUENO 20/11/1965



JORNAL PEQUENO 10/12/1966



JORNAL PEQUENO 10/12/1966



JORNAL PEQUENO 07/05/1964

Jornal Pequeno
 Diretor-Proprietário: José Ribamar Nogueira
 ANO XVII - 5. LUIZ MARANHÃO 17 DE OUTUBRO DE 1966 - R. 577 - (QUINTA-FEIRA)
 Nº 1127

NOSSO FONE 1127

ESTA EDIÇÃO 4 PAGINAS
 Cr\$ 10

Pelo Nordeste, ontem, em Belém, Moto, Ox Remo, 1

MARCIO ALVES PRENUNCIANDO O FECHAMENTO DO CONGRESSO

Outras cassações poderão surgir

Campanha pelas vítimas do Goibal

Estudantes nas ruas

Assalto ao Banco

Aumento para o funcionalismo

Derrotado o Moto Club

Caída do Bonde

ABSURDOS DA CEMAR

Recepção a D. Edmilson

Instalações subterrâneas

JORNAL PEQUENO 17/10/1968

Jornal Pequeno
 Diretor-Proprietário: José Ribamar Nogueira
 ANO XVII - 5. LUIZ MARANHÃO 24 DE SETEMBRO DE 1966 - R. 577 - (SEXTA-FEIRA)
 Nº 1127

NOSSO TELEFONE 1127

ESTA EDIÇÃO 4 PAGINAS
 Cr\$ 50

Poderá a Revolução fechar o Congresso

Cozineiro ou Juiz?

Julgamentos de ontem

Febril expectativa nos meios políticos da Nação

Conhecida a nossa representante no Festival do Algodão

Adiado o lançamento do Genéi VI

Desaparelhada não pode atender

Reformulação da rede elétrica

Recepção a D. Edmilson

Instalações subterrâneas

JORNAL PEQUENO 06/10/1965

Jornal Pequeno
 Diretor-Proprietário: José Ribamar Nogueira
 ANO XVII - 5. LUIZ MARANHÃO 12 DE DEZEMBRO DE 1966 - R. 577 - (SEXTA-FEIRA)
 Nº 1130

NOSSO FONE 1127

ESTA EDIÇÃO 4 PAGINAS
 Cr\$ 100

NOVA LEI SERÁ NOTADA À PENA

Pleito de Novembro

Depois haverá Aviação para T-10s

Aumento saje

Balanco do Campeonato

NOTA DA REDAÇÃO

Reformulação da rede elétrica

Recepção a D. Edmilson

Instalações subterrâneas

JORNAL PEQUENO 20/12/1966

Jornal Pequeno
 Diretor-Proprietário: José Ribamar Nogueira
 ANO XVII - 5. LUIZ MARANHÃO 24 DE NOVEMBRO DE 1966 - R. 577 - (SEXTA-FEIRA)
 Nº 1129

NOSSO TELEFONE 1127

ESTA EDIÇÃO 4 PAGINAS
 Cr\$ 100

Poderá a Revolução fechar o Congresso

Cozineiro ou Juiz?

Julgamentos de ontem

Febril expectativa nos meios políticos da Nação

Conhecida a nossa representante no Festival do Algodão

Adiado o lançamento do Genéi VI

Desaparelhada não pode atender

Reformulação da rede elétrica

Recepção a D. Edmilson

Instalações subterrâneas

JORNAL PEQUENO 24/11/1966

Jornal PEQUENO NOSSO FONE 1127

Recepcionou o Moto Clube, Perdendo Para o Paulistano, em São Luis, pelo escore de 2 x 0

REAGE O EXERCITO

Revolta de Menores

Revoltados contestam notícia falsa

Projeto engavetado

Acidentado

Nota Oficial Sobre o Caso Mário

Facada na Região Abdominal

Eliminado o Clube da Fabril

Diplomas Sui-Generis

Jornal PEQUENO NOSSO FONE 1127

TITULAR DA JUSTIÇA FALOU SOBRE O ATO INSTITUCIONAL

Navalhada na João Lisboa

MILTON CAMPOS COM A PALAVRA

Uma Hora

Facadas e Pauladas




JORNAL PEQUENO 09/11/1968

JORNAL PEQUENO 15/12/1968

Jornal PEQUENO NOSSO FONE 1127

REVOLUÇÃO PUNIU RENATO E LACERDA

Homenagem a Juarez

11 DEPUTADOS CASSADOS

Violada

Fotografias

Explosão criminosa Desbaratada Quadrilha

Desbaratada Quadrilha

Estudantes nas ruas

Aumento para o funcionalismo

Assalto ao Banco

Derrotado o Moto Clube

Jornal PEQUENO NOSSO FONE 1127

Pelo Nordeste, ontem, em Belém, Moto, Ox Remo, 1

MARCIO ALVES PRENUNCIA O FECHAMENTO DO CONGRESSO

Outras cassações poderão surgir

Campanha pelas vítimas do Goiabral

Estudantes nas ruas

Aumento para o funcionalismo

Assalto ao Banco

Derrotado o Moto Clube

JORNAL PEQUENO 31/12/1968

JORNAL PEQUENO 17/10/1968

REFERÊNCIAS

Fontes documentais

Jornal Pequeno, 04/05/1961 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
Jornal Pequeno, 26/05/1961 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
Jornal Pequeno, 14/02/1964 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
Jornal Pequeno, 05/04/1964 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
Jornal Pequeno, 06/04/1964 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
Jornal Pequeno, 11/04/1964 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
Jornal Pequeno, 15/04/1964 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
Jornal Pequeno, 26/04/1964 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
Jornal Pequeno, 07/05/1965 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
Jornal Pequeno, 27/10/1965 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
Jornal Pequeno, 28/10/1965 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
Jornal Pequeno, 20/11/1965 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
Jornal Pequeno, 04/02/1966 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
Jornal Pequeno, 24/11/1966 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
Jornal Pequeno, 10/12/1966 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
Jornal Pequeno, 11/12/1966 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
Jornal Pequeno, 17/10/1968 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
Jornal Pequeno, 11/12/1968 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
Jornal Pequeno, 15/12/1968 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
Jornal Pequeno, 31/12/1968 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)

Fontes bibliográficas

ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de; PESCE, Marly Krüger de. Formação do professor pesquisador na perspectiva do professor formador. **Form. Doc.**, Belo Horizonte, v. 04, n. 07, p. 39-50, jul./dez. 2012.

ALVES, F. L. Usos e abusos da imprensa escrita enquanto fonte histórica para a historiografia e história da educação. In: **VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Cultura no Brasil”**, 7, 2006, Campinas, Anais...Campinas, Graf. FE: HISTEDBR, 2006.pp. 1-10

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 2. Ed- Petrópolis: Vozes, 1984.
- AZEVEDO, Crislane Barbosa; LIMA, Aline Cristina Silva. Leitura e compreensão do mundo na educação básica: o ensino de História e a utilização de diferentes linguagens em sala de aula **Roteiro**, Joaçaba, v. 36, n. 1, p. 55-80, jan./jun. 2011.
- AZEVEDO, Crislane Barbosa de (org.) **Docência em história [recurso eletrônico]: experiências de estágio supervisionado e formação do professor-pesquisador**. Natal, RN : EDUFRN, 2017.
- BITTENCOURT, Circe Fernandes. Prefacio. In: AZEVEDO, Crislane Barbosa de (org.) **Docência em história [recurso eletrônico]: experiências de estágio supervisionado e formação do professor-pesquisador**. Natal, RN : EDUFRN, 2017.
- BRITO, Teca Alencar de. **Música na educação infantil**. São Paulo; Peirópolis, 2003.
- BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.
- BURKE, Peter. **A revolução Francesa da historiografia: a escola dos Annales, 1929- 1989**. São Paulo: Unesp, 1991.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CAPELATO, Maria Helena. **História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. História do tempo presente..** Rio de Janeiro: FGV, 2014
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2006.
- CERTEAU, Michel de. (1975) A operação historiográfica. In: _____. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, pp 65- 119.
- COMPARATO, Fábio Konder. **Compreensão história do regime empresarial-militar brasileiro**. Rio de Janeiro, falta editora, 2014.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1994.
- COUTINHO, Carlos Nelson, **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder, e golpe de classe**. Rio de janeiro: vozes, 1987.
- FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

- FICO, Carlos. **Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FICO Carlos. **Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão**. In: FERREIRA, Jorge; Delgado, Lícilia (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins de século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 167-2005.
- FICO Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro, Record, 2001
- FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. **Democracia ou Reformas. Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno** (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Ed. Civilização Brasileira (1991-1993)
- KUSHNIR, Beatriz, Cães de Guarda: entre jornalistas e censores. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.) **O Golpe militar e a ditadura civil militar 40 anos depois(1964-2004)**. Baurus :Edusc 2004.
- LAPUENTE, R. S. . A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. **Revista de História Bilros: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)**, [S. l.], v. 4, n. 06, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/bilros/article/view/7604>. Acesso em: 08 de set. 2023
- LEMOS, Renato. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. **Marx e o marxismo**, v. 2, p. 111-138, 2014.
- LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. **Topoi**. Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 287-313
- LUCA, Tânia Regina. A história dos, nós e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- MACIEL, Carolina. “Novo Ensino Médio”: perpetuação das desigualdades educacionais no Brasil?. **História da Ditadura**, 15 mai. 2023. Disponível em: <https://www.historiadaditadura.com.br/post/novo-ensino-medio-perpetuacao-das-desigualdades-educacionais-no-brasil>. Acesso em: [01/09/2023].

MELO, D. B. **A Miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MELO, D.B. **'Ditadura 'civil-militar'?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente**. Espaço Plural (Marechal Cândido Rondon. Online), v. 27, p. 39-53, 2012.

MELO, D.B. **A miséria da historiografia: o revisionismo historiográfico 40 anos depois do golpe de 1964**. – Monografia (Bacharel em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Departamento de História, 2005

NAPOLITANO, Marcos. **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. (2007). América Latina: Ditaduras, segurança nacional e Terror de Estado. **Revista História e Luta de Classes**, ano 3-Edição nº 4

SECMA. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007**. São Luís: edições SECMA, 2007.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SPOHR, Martina. A relação empresarial-militar entre Brasil e Estados Unidos no golpe de 1964. **Militares e Política** (UFRJ), v. 9, p. 52-63, 2012.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida Brasileira**, Ed. Artenova S.A 1975.